

**PLANEJAMENTO
ACADÊMICO 2025**
ATIVIDADES PRIORIZADAS



CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1282	Antonio Augusto Teixeira Diniz	Direito e Economia das Mudanças Climáticas: integração de instrumentos econômicos por uma atuação ecoeficiente e resolutive	Priorizado	Antonio Augusto Teixeira Diniz	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	À luz do Direito Ambiental e Economia, estudar o emprego de instrumentos econômicos no regime das mudanças climáticas, com enfoque nos preceitos econômicos empregados pelo Ministério Público para uma atuação resolutive e coeficiente na tutela climática.	Teoria das Externalidades Ambientais (2h/a): Falhas de Mercado; Correção das Externalidades Climáticas; Teoria da Escolha Pública e Mudanças do Clima. Direito e Economia Donut e o balizamento de premissas deontológicas (2h/a): Dignidade: Limite e Objetivo da Justiça Ecológica; Proporcionalidade: Base Social e Teto Ecológico; Interpretação: Zonas de Certeza e de Penumbra. Direito das Mudanças Climáticas (3h/a): Teoria Geral do Direito Climático; Regime Internacional de Mudanças Climáticas; Status Supralegal do Tratados em Matéria Climática. O Uso de Instrumentos Econômicos na Política Ambiental Brasileira (4h/a): Tipologia dos Instrumentos Econômicos em Matéria Climática; Experiências de Precificação; Experiências de Mercado. Litigância Climática e Atuação Resolutive do MP (3h/a): Atuação Resolutive e Diminuição dos Custos de Transação; Limites à Barganha e Estratégias Ecoeficientes; Litígios Climáticos no Brasil e no Exterior. Estudo de Caso: ACP da tragédia gaúcha de 2023 (2h/a).	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
990	Daiane Londero	A macrocriminalidade financeira e os crimes ambientais	Priorizado	Gattiênio da Cruz Paulino	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	Apresentar aspectos teóricos, práticos e levantamento de dados estatísticos sobre a relação da macrocriminalidade financeira (corrupção, lavagem de dinheiro e crime organizado) e os crimes ambientais.	1. Apresentar aspectos teóricos sobre crimes ambientais e sua relação com a macrocriminalidade 2. Analisar aspectos práticos sobre a atuação em crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e crime organizado relacionados a crimes ambientais 3. Analisar dados estatísticos de atuação e de incidência da macrocriminalidade e dos crimes ambientais como objeto daquela. 4. Apresentar casos práticos identificados no Brasil que relacionem ambas as temáticas, especialmente a atuação de organizações criminosas e facções através de crimes ambientais.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1197	Lindôra Maria Araujo	Financiamento da Educação no Brasil	Priorizado	Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Educação, Cultura e Sociedade	MPF	Qualificar a atuação dos membros do Ministério Público e do próprio sistema de justiça em face dos desafios da educação básica, riscos e oportunidades de atuação, bem como fomentar a adoção de estratégias uniformes e coordenadas na temática do Fundeb.	Curso sobre os mecanismos de financiamento da educação pública, tais como Fundeb, mínimo constitucional da educação e outras políticas públicas associadas, meios e parâmetros de controle: papel do Ministério Público e sinergia com o controle social.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1180	Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara	Enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo no âmbito penal	Priorizado	Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito Penal e Processo Penal	MPF	Capacitar os participantes sobre as diversas etapas relacionadas ao funcionamento do sistema de justiça criminal no que diz respeito ao crime de redução à condição análoga à de escravo, pontuando os principais desafios.	1. Dados sobre a perseguição penal do trabalho análogo ao escravo no Brasil 2. O 3º Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e o Papel do MPF 3. A investigação no crime de trabalho análogo ao escravo 4. A prova no crime de trabalho análogo ao escravo em juízo 5. Trabalho análogo ao escravo doméstico: configuração e desafios 6. Técnicas de entrevista e aspectos psicológicos de vítimas e testemunhas 7. Tráfico de Pessoas: O Plano Nacional de Enfrentamento, caracteres e pontos de contato com o trabalho análogo ao de escravo 8. Proteção, assistência e reinserção de vítimas de trabalho escravo e tráfico de pessoas	Aprovada com alteração da modalidade para Híbrido.
1086	Kettily Ingrid de Queiroz (Analista MPU)	Procedimentos Investigatórios do Ministério Público no combate à corrupção: Regulação Normativa, Poderes e Limites com foco na prática e jurisprudência.	Priorizado	Eduardo El Hage	Aperfeiçoamento	Híbrido	17	Direito Penal e Processo Penal	MPF	Apresentar os instrumentos extrajudiciais investigatórios disponíveis no Ministério Público, abordando os seus objetivos, possíveis diligências e ferramentas investigatórias e suas limitações.	Procedimentos Investigatórios. Ministério Público. Combate à Corrupção. Instrumentos. Poderes. Limites. Jurisprudência e prática.	Aprovada com indicação Eduardo El Hage para a orientação pedagógica da atividade. Indica-se contemplar a proposta 1381 na ementa da atividade.
1333	Daniel Luis Dalberto	Povos indígenas e tradicionais: histórias, territorialidades e culturas	Priorizado	Daniel Luis Dalberto	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	Analisar os conceitos de cultura. Estudar os conhecimentos tradicionais e sua relação com a biodiversidade para proteção e salvaguarda. Aprofundar o tema do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional, bem como sobre mecanismos delineados pela CDB. Compreender o papel da arqueologia na conservação do patrimônio biocultural e as perspectivas futuras para a gestão do patrimônio arqueológico. Conhecer o patrimônio linguístico brasileiro e as estratégias de preservação e valorização.	Cultura. Patrimônio cultural e biodiversidade brasileira. Normas jurídicas incidentes e estratégias protetivas e de valorização. Patrimônio genético e conhecimento tradicional associado. Línguas indígenas ameaçadas. Preservação e valorização. Arqueologia e sua importância na conservação do patrimônio biocultural e dos sítios arqueológicos.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
967	Vladimir Aras	Proteção de dados no processo penal	Priorizado	Vladimir Aras	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito Penal e Processo Penal	MPF	- Compreender a importância da proteção de dados pessoais na segurança pública e no processo penal. - Examinar os desafios da PDP nesses campos - Analisar a compatibilidade da legislação e da praxe nacionais em temas de PDP penal com a CF e o SIDH.	Proteção de dados - Autodeterminação informacional - Regime jurídico global - Marco jurídico nacional - Direito à PDP na segurança pública e no processo penal - Jurisprudência nacional, comparada e internacional - Transferência internacional de dados e cooperação jurídica	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1006	Luciana Loureiro Oliveira	Mudanças climáticas e transição energética: desafios do Ministério Público	Priorizado	Luciana Loureiro Oliveira	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	Compreender o estado da arte da produção de energia no Brasil (modais predominantes, práticas regulatórias, monitoramento de emissões de carbono, compromissos internacionais do Brasil) e avaliar as perspectivas econômicas e jurídicas de execução da transição energética, como instrumento necessário à efetivação da política nacional de mudanças climáticas (Lei 12187/2009)	A Política Nacional de Mudança do Clima traça diversas diretrizes ao Estado brasileiro, decorrentes de compromissos assumidos no cenário internacional (Convenção-Quadro da ONU sobre mudança do clima, Protocolo de Kyoto, Acordo de Paris), voltadas à concretização de medidas mitigadoras (como a redução das emissões de carbono) e adaptativas às mudanças climáticas, entre elas a utilização de instrumentos financeiros e econômicos, a promoção da cooperação internacional e interna, o aperfeiçoamento do monitoramento da resiliência dos biomas, os estímulos às ações de baixas emissões de carbono e à adoção de padrões sustentáveis de consumo. Nesse contexto, é inevitável falar de transição energética, já que esse setor é o responsável maior pelos impactos climáticos. Embora ainda em discussão uma política nacional de transição energética (PL 327/2021), é importante refletir sobre como o MP pode atuar para induzir ações governamentais como meio de realizar a política nacional de mudança climática	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1384	Stanley Valeriano da Silva	Promovendo um Ministério Público com diversidade e inclusão	Priorizado	Stanley Valeriano da Silva	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Democracia, Governança e Estado de Direito	MPF	Capacitar membros e servidores para lidar com conhecimentos aprofundados sobre temas relacionados a raça e gênero, buscando promover mudanças estruturais e estimular a diversidade e inclusão	- Racismo, machismo, homofobia - O que é racismo estrutural/institucional - O mito da democracia racial - Como promover um MP inclusivo - Diversidade de gênero e novas relações sociais/de trabalho - O que é interseccionalidade e como ela afeta os avanços sociais	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1406	ANALUCIA DE ANDRADE HARTMANN	Restauração de ecossistemas como política de mitigação de efeitos climáticos adversos	Priorizado	Analucia Hartmann	Aperfeiçoamento	Híbrido	20	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	Estabelecer os cenários das mudanças climáticas em relação aos biomas e ecossistemas brasileiros em maior risco, e as estratégias de restauração como estratégias de planejamento e ação, e como cumprimento de metas do Estado Brasileiro na comunidade internacional. Estabelecer encaminhamentos para enfrentar a omissão de planejamento voltado às mudanças climáticas, e preservar os elementos naturais mais importantes e fragilizados por essas mudanças (em risco).	MEIO AMBIENTE. MUDANÇAS CLIMÁTICAS. BIOMAS. RESTAURAÇÃO DE FLORESTAS E DE ECOSSISTEMAS COMO ESTRATÉGIA PARA ALCANÇAR OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. URGÊNCIA CLIMÁTICA. MITIGAÇÃO DE EFEITOS DANOSOS AO HOMEM E AO MEIO AMBIENTE.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1311	Andre de Carvalho Ramos	Desafios contemporâneos na promoção de direitos dos migrantes e refugiados e a atuação do Ministério Público	Priorizado	Andre de Carvalho Ramos	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	32	Democracia, Governança e Estado de Direito	MPF	Capacitar os membros do Ministério Público Federal para enfrentar os desafios contemporâneos na promoção e defesa dos direitos dos migrantes e refugiados, por meio de uma atuação proativa, com foco no respeito aos direitos humanos e em articulação com os demais órgãos especializados (Conare, etc.) e sociedade civil organizada.	O curso abordará as questões fundamentais relacionadas à proteção dos direitos humanos de migrantes e refugiados no Brasil e no contexto internacional. Serão explorados os principais marcos legais e normativos, tanto nacionais quanto internacionais, que regem o tema, com destaque para a Convenção de Genebra de 1951, o Protocolo de 1967, a legislação brasileira pertinente (inclusive as resoluções do CONARE), e as diretrizes de organismos internacionais. Abordará questões como xenofobia, acesso à justiça, regularização migratória, proteção de grupos vulneráveis (como crianças, mulheres e LGBTQIA+), e a importância da cooperação interinstitucional e internacional. A atuação do MPF será contextualizada em casos práticos e jurisprudenciais, com foco na construção de estratégias para a promoção de políticas públicas eficazes, no fortalecimento da rede de proteção, e na defesa da dignidade humana dos migrantes e refugiados.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1356	Washington Luis Gois da Silva	Blockchain e investigação criminal	Priorizado	Alexandre Senra	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	10	Democracia, Governança e Estado de Direito	MPF	Compreender a tecnologia blockchain e aprender interpretá-la no rastreo de ativos digitais.	DIREITO PENAL. BLOCKCHAIN. ATIVOS DIGITAIS. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1239	Luiz Gustavo Mantovani	Curso "Ações e Recursos Cíveis Eleitorais"	Priorizado	Luiz Gustavo Mantovani	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	20	Direito Eleitoral e Política	MPF	Capacitar membros e servidores do Ministério Público Eleitoral que atuem diretamente na tramitação ou elaboração de minutas de pareceres e peças das ações eleitorais, apontando os eventos processuais mais importantes em cada uma das ações cíveis de natureza eleitoral, além de apresentar, ao final, o que mudou com as reformas eleitorais dos últimos anos.	A ementa não cabe dentro do limite de caracteres deste campo e pode ser acessada no arquivo anexo.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1324	André de Carvalho Ramos	Direitos Civis, Políticos, Sociais e Ambientais na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e seu impacto na atuação do Ministério Público	Priorizado	André de Carvalho Ramos	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	32	Direito Constitucional e Jurisprudência	MPF	Capacitar os membros do Ministério Público Federal para compreender e aplicar os precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) em sua atuação, com foco na proteção e promoção dos direitos civis, políticos, sociais e ambientais, visando alinhar a prática do MPF aos padrões internacionais de justiça, promovendo o controle de convencionalidade e assegurando a garantia dos direitos das populações vulneráveis.	O curso oferece uma análise aprofundada da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e sua relevância para a atuação do Ministério Público Federal. Serão examinados os principais casos julgados pela Corte IDH que envolvem direitos civis, políticos, sociais e ambientais, destacando as obrigações internacionais assumidas pelo Brasil e as interpretações internacionalistas que influenciam diretamente a prática jurídica nacional. Serão abordados temas como o direito à vida, à integridade pessoal, à liberdade de expressão, ao acesso à justiça, ao meio ambiente equilibrado, e ao desenvolvimento sustentável, com base em precedentes da Corte IDH. Serão apresentados estudos de caso, exercícios práticos e debates sobre a aplicação concreta dessas decisões no contexto brasileiro, visando a formação de uma atuação proativa, eficaz e alinhada aos padrões internacionais.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1420	2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF	Capacitação - Boas Práticas em ANPPs	Priorizado	Gattiênio da Cruz Paulino	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	16	Direito Penal e Processo Penal	MPF	Aprimorar a utilização do ANPP.	A ser construída com o Grupo de Trabalho sobre ANPP.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1393	Fernando Antonio de Alencar Alves de Oliveira Junior	Os 30 anos de combate aos cartéis no Brasil: o que podemos aprender com a experiência do CADE.	Priorizado	Fernando Antonio de Alencar Alves de Oliveira Junior	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	6	Direito Administrativo e Regulatório	MPF	Apresentar conceitos básicos sobre os cartéis, bem como aprofundar seu estudo a partir de casos relevantes julgados pelo CADE no período entre 1994, quando foi promulgada a Lei 8.884/1994 e, de fato, a defesa da concorrência no Brasil passou a ser praticada, até 2024.	<ol style="list-style-type: none"> O que é um cartel? Consequências na esfera administrativa e persecução na prática. Consequências na esfera penal e persecução na prática. Quando um crime de cartel será julgado pela Justiça Federal? Consequências na esfera civil e persecução na prática. Classificações recorrentes de cartéis. Estudo de casos <ol style="list-style-type: none"> Cartel do Aço planos (primeiro caso condenado no CADE) Cartel em licitação na Petrobras (primeiro caso cartel licitação) Cartel dos Vergalhões Cartel dos Postos Florianópolis (primeiro caso condenado com provas emprestadas). Cartel das Britas (primeiro caso em que houve busca e apreensão) Cartel dos Vigilantes (primeiro caso em que houve leniência) Cartel dos Gases Medicinais (maior multa até então aplicada, com possíveis nulidades na colheita inicial da prova) Cartel do Cimento (maior multa aplicada) Cartel das Padarias de Sobradinho/DF (caso corriqueiro em mercado relevante local, com prisão em flagrante). 	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1369	Samir Cabus Nacheff Júnior	Tribunal do Júri Federal	Priorizado	Samir Cabus Nacheff Júnior	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	16	Direito Penal e Processo Penal	MPF	O objetivo do curso é preparar os membros do MPF para atuação em processo do Tribunal do Júri na Justiça Federal.	<ol style="list-style-type: none"> Inquérito envolvendo crimes doloso contra a vida. Técnicas de redação da denúncia e gerenciamento do sumário de culpa. Seleção de jurados. Atuação em Plenário Recursos no Tribunal do Júri 	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1130	ELAINE MARIA PENA DOS SANTOS ROCHA	Solução nas demandas ambientais cíveis no âmbito extrajudicial e judicial	Priorizado	Isabela Brant	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	12	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	Discutir solução nas demandas ambientais cíveis no âmbito extrajudicial e judicial.	Solução de demandas complexas da área ambiental/cível. Atuação resolutiva extrajudiciais e judiciais de matéria ambiental de grandes complexidade.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1189	Lindôra Maria Araujo	Curso de Aperfeiçoamento - Previdência e assistência social	Priorizado	Zélia Luiza Pierdoná	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	16	Direito Constitucional e Jurisprudência	MPF	Habilitar e atualizar os participantes do curso para o enfrentamento das ações envolvendo direito previdenciário (tanto no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, quanto no Regime Próprio de Previdência Social), e assistencial, incluindo aquelas relacionadas ao financiamento da seguridade social e especificamente da previdência social.	Disposições constitucionais relacionadas a todo o sistema de seguridade social e àquelas específicas aos subsistemas previdenciários e assistencial; Diferenças entre a previdência e a assistência social; Características da previdência social obrigatória (Regime Geral e Regime dos Servidores) e da previdência complementar; Preceitos constitucionais e infraconstitucionais dos benefícios previdenciários e do benefício assistencial de prestação continuada; Normas constitucionais do financiamento da seguridade social e, especificamente, da previdência social. Sustentabilidade da proteção social, em especial da previdência social.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1283	André Luiz Porreca Ferreira Cunha	Redação Jurídica Aplicada ao Ministério Público Federal	Priorizado	André Luiz Porreca Ferreira Cunha	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	20	Educação, Cultura e Sociedade	MPF	Capacitar os participantes na redação de peças processuais, com foco nas necessidades do Ministério Público Federal, abordando tanto os aspectos gramaticais quanto a redação jurídica aplicada. O curso visa auxiliar no aprimoramento da atividade finalística dos gabinetes, de modo que os textos produzidos atendam aos padrões de clareza, objetividade, precisão técnica e conformidade com as normas jurídicas e gramaticais aplicáveis ao MPF.	O curso aborda, em 20 horas-aula, os fundamentos e técnicas de redação jurídica específicas do Ministério Público Federal, divididos em dois módulos: Gramática Aplicada à Redação Jurídica e Redação Jurídica Aplicada ao MPF. O primeiro módulo foca em normas gramaticais, vícios de linguagem e revisão estilística. O segundo módulo é dedicado à elaboração de peças processuais e extrajudiciais, como denúncias, petições, pareceres, alegações finais, recursos, acordos de não persecução penal e documentos administrativos. Com um enfoque prático, o curso visa aprimorar a clareza, precisão e objetividade das produções textuais, contribuindo para a eficiência e melhoria institucional do MPF.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1234	ANDREA WALMSLEY SOARES CARNEIRO	CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	Priorizado	ANDREA WALMSLEY SOARES CARNEIRO	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	8	Direito Constitucional e Jurisprudência	MPF	Capacitar e atualizar servidores e servidoras do MPF e do MPDFT sobre os crimes de sonegação fiscal e os entendimentos consolidados no âmbito do STJ e do STF.	1. Direito penal econômico: noções gerais; 2. Bem jurídico ordem tributária; 3. Crimes materiais contra a ordem tributária - Lei 8.137/90; 4. Crimes formais contra a ordem tributária - Lei 8.137/90; 5. Apropriação indébita previdenciária, sonegação de contribuição previdenciária e descaminho; 6. Entendimentos do jurisprudência em teses dos STJ.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1360	Michele Vilas Boas Santana	Prescrição Penal	Priorizado	Douglas Fischer	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	5	Direito Penal e Processo Penal	MPF	Aprimorar as manifestações acerca da prescrição penal e revisar os principais dados que devem ser buscados ao analisar o processo.	Conceito. Fundamento. Prescrição da pretensão punitiva. Prescrição intercorrente. Prescrição retroativa. Prescrição da pretensão executória. Causas interruptivas e impeditivas. Prescrição no concurso de crimes. Reincidência no prazo prescricional.	Aprovada com indicação de Douglas Fischer para orientação pedagógica, em razão da atuação e conhecimento sobre a matéria.
1171	Galtieni da Cruz Paulino	Técnicas avançadas de investigação: estudo prático, perícia e análise	Priorizado	Galtieni da Cruz Paulino	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	22	Direito Penal e Processo Penal	MPF	Proporcionar um estudo prático sobre as principais técnicas avançadas de investigação, tendo como foco a experiência prática dos expositores, proporcionando uma análise que possibilite conhecimentos de análise, perícia e estratégias de investigação aos alunos.	Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias - SIMBA - Atualizações da nova versão e seu impacto nas investigações. Novas Funcionalidades e a Celeridade Processual, alcance no Sistema Financeiro Nacional e recebimento de dados não sigilosos; SITTEL - operação e funcionalidades do sistema. Técnicas de análise em sigilo telefônico com dados obtidos no Sittel. Extração e análise de dispositivos eletrônicos; Ação controlada; Colaboração premiada - aspectos práticos e técnicas de negociação; Gestão do Conhecimento; Interceptação telefônica	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1109	ELAINE MARIA PENA DOS SANTOS ROCHA	Atuação Estratégica em Face dos Impactos Ambientais do Mercúrio na Amazônia	Priorizado	Ricardo Perin Nardi	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	12	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	Riscos a que estão expostos os trabalhadores e as comunidades, nos diferentes estágios da cadeia produtiva em contato direto ou indireto com o Mercúrio. Discutir experiências e propostas de enfrentamento do problema, judicial e extrajudicialmente, inclusive com a possibilidade de atuação integrada entre os ramos do MPU e dos MPES.	Riscos do mercúrio ara saúde pública. Conhecer os efeitos adversos decorrentes da utilização de mercúrio na extração de recursos minerais nos estados da Amazonas. Discutir a experiência do MPU e MPES no combate à contaminação de mercúrio na Amazônia. Conhecer as consequências socioambientais decorrentes do uso de mercúrio no processo de extração de minérios. Discutir ações para reduzir o impacto ambiental da utilização do metal em garimpos de ouro. Conhecer alternativas sustentáveis à utilização do Mercúrio na exploração mineral de ouro e formas de compatibilização entre a atividade minerária e a Convenção de Minamata sobre Mercúrio, ratificada pelo Decreto nº 9.470/2018.	Atividade aprovada com a indicação de Ricardo Perin Nardi para orientação pedagógica, em razão da atuação e conhecimento sobre a matéria. Indica-se a abordagem conjunta à proposta 1202, "Seminário sobre Mercúrio", na modalidade EAD Síncrono
976	Armando Cesar Marques de Castro	Direito Penal Empresarial: questões práticas da atuação do Ministério Público Federal	Priorizado	Armando Cesar Marques de Castro	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	16	Direito Penal e Processo Penal	MPF	Capacitar membros e servidores do Ministério Público Federal nas questões específicas da criminalidade de empresa, difundindo conhecimentos que podem contribuir para uma persecução penal técnica e eficiente, abrangendo técnicas de construção de denúncia, critérios de determinação de autoria em contextos societários, responsabilidade do empresário por omissão e teoria da cegueira deliberada.	1. Construção de denúncias em crimes societários. 2. Critérios para a delimitação da autoria em crimes societários. 3 Responsabilidade penal de dirigentes de empresa por omissão 4. Dolo e teoria da cegueira deliberada: compreensão à sua adequada compreensão.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1221	Karoline Alencar Nogueira	Promovendo o Antirracismo no MPF: Estratégias e Políticas para um Ambiente de Trabalho Inclusivo*	Priorizado	Denise Vinci Tulio	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	30	Educação, Cultura e Sociedade	MPF	"Desenvolver uma compreensão abrangente das questões relacionadas ao racismo e suas implicações no ambiente de trabalho do MPF, analisando a interseção entre políticas institucionais e práticas de inclusão. O curso visa capacitar os servidores para identificar, enfrentar e promover políticas e práticas antirracistas, reforçando o compromisso do MPF com a igualdade e a justiça."	Fundamentação Teórica e Política do Racismo Conceituação: Definições de racismo, discriminação racial e preconceito. Histórico: Evolução do racismo no Brasil e no mundo, políticas públicas e mudanças legislativas. Impactos Institucionais: Efeitos do racismo nas instituições e no ambiente de trabalho, incluindo o MPF. Atividade: Leitura e discussão de textos sobre racismo e políticas antirracistas. Racismo no Contexto do MPF Dinâmicas e Desafios: Formas e manifestações de racismo no MPF. Políticas Existentes: Revisão e aplicação das políticas de diversidade e inclusão do MPF. Módulo 3: Desenvolvimento e Implementação de Políticas Antirracistas e práticas inclusivas. Educação e Treinamento: Capacitação contínua em diversidade e técnicas de mediação. Mecanismos de Denúncia: Melhoria dos canais de denúncia e suporte para vítimas de racismo. Atividade: Simulação de mediação de conflitos raciais. Feedback: Reflexão e proposição de políticas e práticas antirracistas no MPF.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1199	Alesander Wilckson Cabral Sales	A ATUAÇÃO AUTOCOMPOSITIVA DO NUPIA/MPF	Priorizado	Alesander Wilckson Cabral Sales	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	8	Atuação Resolutiva	MPF	Apresentar aos membros do MPF a atuação do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição do MPF (NUPIA/MPF), estrutura vinculada ao gabinete do PGR, demonstrando as modalidades autocompositivas que o NUPIA/MPF poderá desenvolver em atuações conjunta entre membros, NUPIA, Câmaras, PFDC e demais estruturas institucionais, visando incrementar a autocomposição como instrumento de resolutividade no MPF.	1. a resolutividade no planejamento estratégico do CNMP; 1.2. resolutividade judicial e extrajudicial, adversarial e autocompositiva; 1.3. a resolutividade autocompositiva; 2. o sistema brasileiro de gestão adequada de disputas; 2.1 autocomposição na atuação do Ministério Público: negociação direta, mediação de conflitos, conciliação, justiça restaurativa, convenções processuais e construção de consenso; 2.2. elementos negociais da atuação autocompositiva; 3. O NUPIA/MPF, criação, atribuições, estrutura e cooperação; 3.1. atuação do NUPIA: provocação, procedimento, desenho da disputa e formas de auxílio aos membros; 3.2. análise de casos concretos já em análise e projeções de outras possibilidades de auxílio do NUPIA/MPF	Contemplar na ementa as propostas 1208 e 1238.
1402	Gisele Elias de Lima Porto Leite	MPF GERCO FASE 2 Turmas 13 e 14 - Oficina de Capacitação para atuação em gestão de praias	Priorizado	Gisele Porto	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	15	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	Entender como é feita atualmente a gestão patrimonial de praias, conhecer os requisitos da demarcação de terrenos de marinha; as formas de destinação e fiscalização; a possibilidade de gestão compartilhada com os Municípios; os requisitos para assinatura pelos Municípios do Termo de Adesão à Gestão das Praias, o conteúdo e as obrigações definidas; o papel do Projeto Orla; o papel dos membros do Ministério Público Federal -extrajudicial e judicial - e os cuidados no caso de judicialização.	ZONA COSTEIRA. PRAIAS E TERRENOS DE MARINHA. ATUAÇÃO DO EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL DO MPF NO TEMA GESTÃO DE PRAIAS.	Atividade aprovada com voto do conselheiro suplente do MPF.
1366	Ana Paula Ricardo Montenegro	Curso Alteração da Lei de Improbidade	Priorizado	Ronaldo Pinheiro de Queiroz	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	20	Direito Administrativo e Regulatório	MPF	Aprofundamento no tema. Alterações que ainda não estão pacificadas na jurisprudência. ADI 7236/DF.	Alterações da Lei de Improbidade Administrativa.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1005	Daiane Spessatto	Atualização em recursos no Processo Civil	Priorizado	Sérgio Arenhart	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	12	Direito Civil e Processo Civil	MPF	Atualização de servidores do MPF em recursos no Processo Civil.	Atualização em recursos no Processo Civil.	Atividade aprovada com a indicação de Sérgio Arenhart para orientação pedagógica, em razão da atuação e conhecimento sobre a matéria.
963	Renato Tabosa Koch Coutinho	Avaliação de Impacto de Programas e Políticas Sociais	Priorizado	Renato Tabosa Koch Coutinho	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	36	Democracia, Governança e Estado de Direito	MPF	Conhecer a avaliação de impacto aleatorizada como ferramenta para melhorar a eficácia de políticas públicas e de programas sociais. O curso aborda temas relevantes para qualquer tipo de avaliação de programas, tais como medição adequada dos resultados de interesse, garantia da qualidade dos dados, e uso dos resultados das avaliações como insumo para o desenho de novos programas e políticas.	Conteúdo Programático Módulo 1 - Avaliação de impacto Módulo 2 - Avaliação aleatorizada Módulo 3 - Teoria da Mudança Módulo 4 - Realização de avaliação aleatorizada Módulo 5 - Tamanho amostral e poder estatístico Módulo 6 - Medição Módulo 7 - Aspectos operacionais Módulo 8 - Desafios após o desenho Módulo 9 - Uso de evidência Módulo 10 - Avaliação do início ao fim	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1292	SANDRA AKEMI SHIMADA KISHI	Governança compartilhada no saneamento e plano de segurança da água	Priorizado	Suzana Fairbanks	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	12	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	Discutir o compartilhamento da gestão do saneamento, em nível da integração no planejamento estratégico hidrológico (Plano Diretor, Plano de Saneamento, Plano de Regularização Fundiária Urbana e etc.)	DIREITO À ÁGUA SEGURA. QUALIDADE DA ÁGUA. SANEAMENTO. SAÚDE AMBIENTAL. POTABILIDADE DA ÁGUA. GOVERNANÇA DA GESTÃO INTEGRADA DO SANEAMENTO. PLANIFICAÇÃO HIDROLÓGICA ESTRATÉGICA E CONCATENADA. REGIONALIZAÇÃO. COMPLIANCE HÍDRICO E AMBIENTAL.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1049	maria aparecida gugel	A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E OS DIREITOS EM LINGUAGEM SIMPLES	Priorizado	Maria Aparecida Gugel	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	12	Atuação Resolutiva	MPF	PROMOVER O CONHECIMENTO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PREVISTOS NA CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CDPD) E NA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LBI) ARTICULADO COM O DEVER DA CONSCIENTIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA LINGUAGEM SIMPLES	1. PRINCÍPIOS GERAIS DA CDPD APLICADOS AOS DIREITOS DA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. 2. ABORDAGEM SISTEMICA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ACESSIBILIDADE E RECONHECIMENTO DA CAPACIDADE CIVIL. 3. CONSCIENTIZAÇÃO E LINGUAGEM SIMPLES.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1143	Lucas de Moraes Gualtieri	Nexo Crime-Terror: Os vínculos entre crime organizado e o terrorismo no Brasil.	Priorizado	Lucas de Moraes Gualtieri	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	10	Direito Penal e Processo Penal	MPF	Apresentar os conceitos da atividade terrorista e estabelecer suas interfaces com o crime organizado, com especial enfoque na lavagem de dinheiro e em casos concretos.	<p>Introdução ao terrorismo global. Breve história do terrorismo. Definição de terrorismo: debates e desafios. A essência do terrorismo. Causas do terrorismo. Terrorismo no Brasil: breve contextualização. O nexos entre crime organizado e terrorismo. Exemplos do nexos crime/terror. Ciclo da atividade terrorista. Dinâmica e estrutura dos grupos terroristas. Operações terroristas: etapas, estratégias e táticas. Estudo de caso do grupo terrorista Hezbollah. Hezbollah e seu alcance global e suas operações na América do Sul e o Brasil.</p> <p>Introdução ao estudo das organizações criminosas. Organizações criminosas no mundo e no Brasil. Evolução e modelos de estruturação e atuação. Marco legal. Organizações criminosas, organizações terroristas e atividades econômicas ilícitas. Expansão dos mercados ilegais. Fluxo de bens, direitos e valores. Novos meios de pagamento. Expansão do mercado de criptoativos e fintechs. Caso PCC. Estudos de caso.</p> <p>- Estudo de caso: Operação Trapiche.</p>	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1098	Fabiana Keylla Schneider	Curso sobre mineração ilegal: instrumentos de atuação e bases de dados	Priorizado	Fabiana Keylla Schneider	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	5	Direito Penal e Processo Penal	MPF	Apresentar aos membros do MPF instrumentos de investigação e base de dados para pesquisas sobre mineração ilegal.	<p>1) Identificação da cadeia do ouro</p> <p>2) Fragilidades do controle da exploração e comércio do ouro</p> <p>3) Inovações Legislativas</p> <p>4) Instrumentos de investigação e mitigação de riscos da cadeia do ouro na lavagem de capitais e financiamento do crime organizado</p> <p>5) Bases de dados, mapas e sugestões de atuação otimizada</p>	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1112	Mayra Cavaleiro Costa	CURSO LETRAMENTO EM VIOLÊNCIAS ESTRUTURAIS	Priorizado	Sadi Flores Machado	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	35	Educação, Cultura e Sociedade	MPF	Ao final do curso, o(a) discente deverá ser capaz de ter discernimento, no escopo de sua atuação (extrajudicial e administrativa), sobre as violências estruturais que perpassam os conflitos interpessoais e saberá a forma mais adequada de conduzir os processos, mediante postura empática e assertiva a partir do reconhecimento de seus privilégios e atravessamentos pelas violências estruturais e estruturantes.	<p>- Apresentar os vários tipos de violências - incluindo-se a violência simbólica - criadas e enraizadas no sistema social moderno desde o advento da colonização e por isso denominadas de estruturais;</p> <p>- Oportunizar a participação de especialistas em cada um dos letramentos específicos para encontros sobre Machismo, Racismo, Classismo, LGBTQIAP+fobia e Etarismo e Capacitismo;</p> <p>Continua no arquivo anexado.</p>	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1016	Ronaldo Kietzer Oliveira	Garantismo Penal Integral: um Direito Penal para a Sociedade	Priorizado	Bruno Calabrich	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	4	Direito Penal e Processo Penal	MPF	Disseminar reflexões acerca da necessidade de se reequilibrar a interpretação sobre as garantias processuais fundamentais e incluir a vítima e a sociedade como seus destinatários.	Esclarecer distorções em torno da doutrina de Ferrajoli feitas no Brasil e apontar criticamente entendimentos doutrinários e jurisprudenciais que interpretam as garantias constitucionais unicamente pro reo, descartando os interesses da vítima e da sociedade enquanto destinatários da tutela penal.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1330	Daniel Luis Dalberto	Estudos interétnicos. Confronto do Ocidente com as cosmologias ameríndias e africanas. Esfera política, religiosa e educacional. Mitologia, memórias e rituais.	Priorizado	Daniel Luis Dalberto	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	16	Educação, Cultura e Sociedade	MPF	Proporcionar conhecimentos sobre as cosmologias ameríndias e africanas em confronto com o Ocidente. Ministrar conhecimentos sobre o patrimônio cultural brasileiro e sobre a complexidade na junção de mundos para aprimorar a atuação do MPF na defesa e promoção dos direitos humanos das minorias. Abordar os temas da liberdade religiosa e racismo.	Estudos interétnicos. Cosmologias ameríndias e africanas em confronto com o Ocidente. As estruturas políticas ancestrais ameríndias e os contextos políticos atuais. Educação intercultural. Zonas limítrofes entre liberdade religiosa e racismo. Mitologia, memórias e rituais.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1272	Luiz Fernando Rodrigues	Investigação Bancária no Contexto Atual: Desvendando as Novas Instituições Financeiras	Priorizado	Daniel Azevedo Lobo - Procurador da República	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	16	Inovação, Tecnologia e Gestão Pública	MPF	Capacitar Membros e Servidores do Ministério Público para compreender como cada tipo de instituição financeira opera e quais produtos e serviços podem ser utilizados nesses esquemas ilícitos. Este curso pretende fornecer uma visão abrangente das estratégias, ferramentas e técnicas necessárias para obter e analisar dados financeiros eficazmente.	<p>Módulo 1: Panorama do Sistema Financeiro Moderno</p> <ul style="list-style-type: none"> Introdução aos Diferentes Atores Financeiros Produtos e Serviços Oferecidos Aspectos Regulatórios <p>Módulo 2: Quebras de Sigilo e Coleta de Dados Financeiros</p> <ul style="list-style-type: none"> Processo Legal para Quebra de Sigilo SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias. CCS – Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional. SISBAJUD – Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário. <p>Módulo 3: Vulnerabilidades e Métodos de Lavagem de Dinheiro</p> <ul style="list-style-type: none"> Uso de Produtos Bancários em Esquemas Ilícitos Neobancos e Tecnologias Emergentes Instituições de Pagamento e Fintechs <p>Módulo 4: Insights sobre Tecnologias e Ferramentas Avançadas para Investigação</p> <ul style="list-style-type: none"> Softwares de Análise Financeira: Ferramentas comerciais e desenvolvimentos institucionais. Big Data e Inteligência Artificial: Como essas tecnologias podem transformar a análise de dados financeiros. 	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1358	Lucas Costa Almeida Dias	Diversidade sexual nas Américas: panorama internacional de direitos LGBTQIA+	Priorizado	Lucas Costa Almeida Dias	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	16	Educação, Cultura e Sociedade	MPF	Desenvolver estudos conjuntos com organismos internacionais e Ministérios Públicos de outros países sobre a abordagem do eixo LGBTQIA+ na atuação do sistema de justiça	<p> Cenário internacional de proteção de pessoas LGBTQIA; Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos; Supremas Cortes e papel internacional dos sistemas de justiça/direito comparado; Direitos LGBTQIA+ nas Américas; Orientação sexual e identidade de gênero; Ações afirmativas para pessoas trans; Mercado de trabalho e discriminações estruturais; Conquistas civilizatórias LGBTQIA+.</p>	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1231	ANDREA WALMSLEY SOARES CARNEIRO	Juiz das Garantias no Processo Penal	Priorizado	ANDREA WALMSLEY SOARES CARNEIRO	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	8	Direito Penal e Processo Penal	MPF	Atualizar os discentes (servidores) sobre a temática do juiz das garantias a partir da visão do Supremo Tribunal Federal.	1. Previsão Constitucional; 2. Teoria da dissonância cognitiva; 3. Funções do juiz no modelo acusatório de processo penal; 4. Reforma no Código de Processo Penal pela Lei 13.964/19, no que tange ao juiz das garantias; 5. Precedentes dos Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1294	SANDRA AKEMI SHIMADA KISHI	Orçamento e Meio Ambiente	Priorizado	Suzana Fairbanks	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	20	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	Estudo analítico e sistematizado da legislação nacional e internacional sobre compliance, governança e gestão de risco, considerando critérios e princípios ESG e responsabilidades pela não adoção da gestão adequada ou desvios, à luz do princípio da prevenção ou da evitação do risco social, ambiental e socioambiental.	DIREITO INTERNACIONAL. DIREITO AMBIENTAL. ESG. COMPLIANCE. GESTÃO DE RISCO. ORÇAMENTO. CONTROLE INTERNO. ESTUDO LEGISLATIVO. RESPONSABILIDADE ANTI-CORRUPÇÃO E PELA NÃO PREVENÇÃO DO RISCO.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1220	alfredo carlos gonzaga falcao junior	Riscos legais do mercado de apostas desportivas: quota fixa e outras modalidades.	Priorizado	alfredo carlos gonzaga falcao junior	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	16	Direito Administrativo e Regulatório	MPF	Tratar sobre a regulamentação do mercado nacional de apostas, em especial as apostas desportivas "online". Da importância do papel do MPF junto às agências reguladoras, em especial Ministério da Fazenda, secretaria de prêmios e apostas e compreender quais são os principais riscos penais no mercado de apostas. Apresentar questões de prevenção contra danos penais.	Regulamentação normativa do mercado de apostas e de apostas desportivas. Papel do MPF junto à agência reguladora de prêmios e apostas. Atual arcabouço normativo do mercado de apostas. Tipologias de riscos do ambiente de apostas desportivas. Discussões sobre ações preventivas.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1083	Beatriz Accioly Vaz	Curso "Patrimônio Cultural e Povos e Comunidades Tradicionais"	Priorizado	Beatriz Accioly Vaz	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	20	Educação, Cultura e Sociedade	MPF	Promover o conhecimento e o debate sobre a importância do patrimônio cultural para povos e comunidades tradicionais, capacitando os participantes a atuarem de forma qualificada na proteção e promoção desses direitos.	Histórico da Política de Patrimônio Cultural •Evolução das políticas de proteção do patrimônio cultural no Brasil •Conceito de patrimônio cultural material e imaterial. •Marcos normativos Instrumentos de Acautelamento e Proteção •Mecanismos jurídicos e administrativos para a proteção do patrimônio cultural. •O papel do Ministério Público na proteção do patrimônio cultural dos PCT's. •Estudos de caso sobre processos de acautelamento em comunidades tradicionais. Quilombos e Patrimônio Cultural •Reconhecimento de territórios quilombolas e a relação com a preservação do patrimônio cultural. •Cultura, memória e territorialidade em comunidades quilombolas. •Instrumentos de proteção do patrimônio cultural quilombola Povos Indígenas e Patrimônio Cultural •Identidade, memória e patrimônio cultural indígena. •A proteção do conhecimento tradicional e dos saberes indígenas. •A luta pela preservação do território e seu impacto na proteção do patrimônio cultural indígena.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1299	SANDRA AKEMI SHIMADA KISHI	Governança, compliance e gestão de risco: responsabilidades	Priorizado	Lauro Cardoso	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	12	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	Estudo analítico e sistematizado da legislação nacional e internacional sobre compliance, governança, gestão de risco e responsabilidades, considerando critérios ESG e reflexos na responsabilidade pela não adoção da gestão adequada das políticas públicas, à luz do princípio da prevenção ou da evitação do risco social, ambiental e socioambiental.	DIREITO INTERNACIONAL. DIREITO AMBIENTAL. COMPLIANCE. GESTÃO DE RISCO. RESPONSABILIDADES PELA NÃO PREVENÇÃO DO RISCO, DESVIOS DE FINALIDADE.	Aprovada com indicação de Lauro Cardoso para orientação pedagógica, em razão da atuação e conhecimento sobre a matéria.
1313	Pedro Pouchain	Crimes contra o Estado de Direito: problemas e casos atuais	Priorizado	Pedro Pouchain	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	8	Direito Penal e Processo Penal	MPF	Compreender os debates e problemas atuais debatidos atualmente pela doutrina e jurisprudência, no âmbito nacional e internacional. Pretende-se apresentar os pilares centrais de interpretação dos crimes previstos nos artigos 359-L e 359-P do Código Penal. Além disso, busca-se mapear as principais situações julgadas recentemente pelos tribunais brasileiros como passo essencial para fins de uma análise normativa.	1. Introdução ao tema 2. Relação entre direito constitucional e direito penal no âmbito dos crimes contra o EDD 3. Sistemática dos crimes contra o EDD 4. Debates específicos sobre cada um dos elementos dos crimes contra o EDD 5. Apresentação e discussão de casos recentes julgados pela jurisprudência (abordagem nacional e internacional) 6. Questões processuais, dosimetria da pena e concurso aparente de normas	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1122	Leonardo Andrade Macedo	Proteção de dados pessoais com módulo prático e exercícios incluídos	Priorizado	Leonardo Andrade Macedo	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	45	Inovação, Tecnologia e Gestão Pública	MPF	Oferecer conhecimento de ponta a respeito da proteção de dados pessoais, nos seus mais variados aspectos, tanto jurídicos quanto computacionais e de gestão de incidentes de segurança. Curso diferenciado e com viés extremamente prático, ao longo do qual os próprios participantes, divididos em equipes de trabalho e sob a supervisão, deverão elaborar documentos utilizados no processo de adequação à LGPD, baseando-se no dossiê de um caso hipotético, com foco na realidade do MPU.	1. Conceitos fundamentais e categorias especiais de dados 2. Fundamentos e princípios da proteção de dados pessoais 3. Módulo prático 1: Entendendo o fluxo de dados e iniciando um mapeamento (RoPA) 4. Bases legais (hipóteses de tratamento de dados pessoais) 5. Sujeitos envolvidos no tratamento de dados pessoais, à luz da LGPD 6. Módulo prático 2: enquadramento em bases legais 7. Direitos do titular de dados pessoais 8. ANPD e tratamento pelo Poder Público, com foco nas atividades do MPU 9. Módulo prático 3: Análise de lacunas (gap analysis) 10. Sanções 11. Contratos, contratações públicas e LGPD: como evitar erros comuns 12. Módulo prático 4: Alocando riscos 13. Segurança da Informação e LGPD 14. Módulo prático 5: Gestão de incidentes de segurança 15. Módulo prático 6: conclusão das tarefas, entrega do produto final, feedback da Equipe do Centro DTIBR e de profissionais convidados	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1340	PABLO COUTINHO BARRETO	Entendendo a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades.	Priorizado	PABLO COUTINHO BARRETO	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	16	Atuação Resolutiva	MPF	Capacitar os discentes sobre a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades, identificando os obstáculos de exercício pleno do acesso à justiça por esse grupo vulnerabilizado e as potencialidades de atuação dos Ministérios Público da União e dos Estados de forma colaborativa e empática.	A Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua (Resolução CNJ nº 425/2021) foi desenvolvida com base em um trabalho interinstitucional e em colaboração multidisciplinar de uma rede de atores envolvidos na política judiciária, contemplando as vozes de quem vive, sente e conhece profundamente as experiências resultantes da ausência de políticas públicas.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1374	Isabela Leal Malta Cabral	Técnica de elaboração de denúncia oferecida contra membros do crime organizado	Priorizado	Lucas Gualtieri	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	8	Direito Penal e Processo Penal	MPF	Capacitar e atualizar o membro e o servidor de gabinete e do GAECO quanto à elaboração de denúncia oferecida contra membros do crime organizado, visando que a peça acusatória seja conduzida com maior precisão, evitando brechas legais e contribuindo para condenações mais robustas. Denúncias mal elaboradas podem comprometer investigações de longa duração e desperdiçar recursos valiosos, de modo que se visa dominar as nuances da elaboração desse tipo de denúncia.	Capacitação. Técnica de Elaboração de Denúncia oferecida contra Membros do Crime Organizado. Aperfeiçoamento técnico de redação jurídica: estrutura da denúncia: elementos essenciais e facultativos; redação jurídica precisa: clareza e objetividade; técnicas de fundamentação e argumentação jurídica. Desenvolvimento de uma compreensão avançada da Lei nº 12.850/2013. Análise de denúncias oferecidas contra ORCRIM, identificando os acertos e os erros: estudo de caso. Identificação de falhas que podem comprometer o êxito da denúncia. Aprendizado sobre a melhor forma de narrar o contexto fático e individualizar as condutas nos crimes de ORCRIM.	Aprovada com indicação de Lucas Gualtieri, em razão da atuação e conhecimento sobre a matéria.
1211	Marlon Alberto Weichert	Fundamentos científicos e métodos de tomada de depoimentos eficientes e não coercitivos. Os Princípios Mendez.	Priorizado	Marlon Alberto Weichert	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	8	Atuação Resolutiva	MPF	Aprofundar a capacidade de membros do MPU de conduzir entrevistas (colheita de depoimentos) de suspeitos, acusados, vítimas e testemunhas de acordo com estudos científicos que indicam métodos de maior eficácia e com pleno respeito aos mais altos standards de direitos humanos.	Investigações criminais e civis. Método de tomada de depoimento com maior potencial de eficácia. Procedimentos de entrevistas com pleno respeito aos direitos humanos. Teoria e prática. Estudo do método PEACE - Preparation and planning; Engage and Explain; Account, Clarification and Challenge; Closure; Evaluation. Estudo dos Princípios Mendez, elaborados por especialistas em investigações criminais e defensores de direitos humanos sob coordenação do Professor Juan Méndez, ex-relator especial das Nações Unidas sobre a Tortura e ex-assessor especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Prevenção ao Genocídio, e reconhecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1347	WILSON JOSÉ FIGUEIREDO ALVES JUNIOR	Proteção dos sistemas aquíferos interestaduais e internacionais: diálogos com órgãos mundiais de proteção ambiental	Priorizado	WILSON JOSÉ FIGUEIREDO ALVES JUNIOR	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	15	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	O presente projeto busca definir a proteção integral dos recursos hídricos subterrâneos, interestaduais e/ou internacionais existentes no Brasil, com vistas à sua proteção e a delimitação de áreas de abrangência. O Sistema Aquífero Guarani será objeto deste estudo, cujas formações perpassam territórios de oito Estados-membros brasileiros e até mesmo quatro Países (Argentina, Paraguai, Uruguai). Através desta pesquisa, procura-se intermediar junto a grandes organizações mundiais	Fortalecer o papel do Ministério Público na conservação desses lugares com formações geomorfológicas privilegiadas e promover a proteção ambiental em detrimento da exploração ou abandono por falta de investimentos, resgatando e inserindo-os no cenário nacional e internacional. Lutar contra o abandono e a proteção desse patrimônio e das áreas no entorno, visando a utilização industrial, agrícola e o consumo humano. Ampliar a visão estratégica de utilização e mapeamento do Sistema Aquífero Guarani.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
972	Felipe Rhenius Nitzke	Sistema SINASSPA: A produção de conhecimento no âmbito do MPF e a geração de valor nessa atividade.	Priorizado	Felipe Rhenius Nitzke	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	16	Inovação, Tecnologia e Gestão Pública	MPF	Apresentar o sistema de produção de conhecimento no Sistema Nacional de Perícia, Pesquisa e Análise e as possibilidades de geração de valor nos serviços prestados.	O sistema SINASSPA está presente em todas as unidades do MPF pelo país, com suas particularidades referentes às diversas instâncias de atuação. Nessa linha, busca-se a realização de um seminário presencial, para discussão dos serviços prestados em todas as instâncias do SINASSPA e como gerar valor para tais serviços, no atual âmbito da Sociedade da Informação.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1375	Lindôra Maria Araujo	Diálogos institucionais e boas práticas na fiscalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar	Priorizado	Bruno Jorge Rijo Lamenha Lins	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	16	Direito Constitucional e Jurisprudência	MPF	Apresentar um panorama da atuação fiscalizatória das verbas e das finalidades do PNAE no âmbito do controle interno (FNDE e CGU) e do Ministério Público Federal, apresentando aqui alguns dos principais temas institucionais relativos à questão.	Marco normativo, funcionamento do PNAE, objetivos e princípios da execução do programa. Financiamento do programa: Fonte de Recursos e Critério de Distribuição. Mecanismos de controle interno no âmbito do FNDE. Principais mudanças no fluxo de prestação de contas a partir da Resolução FNDE n. 7/2024. Atuação da Controladoria-Geral da União na fiscalização dos recursos do PNAE. Controle social: os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE). Parâmetros nutricionais e qualidade da merenda escolar. Relação entre alimentação adequada e aprendizagem. Percentual mínimo de compra de itens da agricultura familiar. Estudo de caso: Análise de experiências bem-sucedidas e desafios.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1133	PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA MACHADO	Os Direitos das Vítimas de Violência Sexual e o atendimento humanizado pelo Poder Público	Priorizado	Pedro Antonio de Oliveira Machado	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	16	Direito à Saúde e Saúde Pública	MPF	Considerando os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2024, disseminar informação sobre o atendimento das vítimas de violência sexual, que habilite os membros, nas suas áreas de atuação, a fiscalizar as políticas públicas, notadamente quanto ao atendimento humanizado, profilaxia da gravidez e doenças sexualmente transmissíveis, atuação integrada (em rede) dos órgãos de saúde, assistência social, educação, segurança pública, evitando-se a revitimização - Lei 12.845/2013	Atendimento humanizado das vítimas de violência sexual - Protocolo SUS - Profilaxia da gravidez e doenças sexualmente transmissíveis, atendimento psicológico, assistência social e jurídica - Necessidade de atuação integrada (em rede) dos órgãos de saúde, assistência social, educação, segurança pública, evitando-se a revitimização - Necessidade de Fiscalização das políticas públicas pelo Ministério Público Brasileiro - Lei 12.845/2013 - Lei 9.970/2000.	Atividade aprovada com alteração da modalidade para EAD Síncrono.
1173	Marcelo Malheiros Cerqueira	A liberdade de expressão como direito humano e fundamental nas democracias contemporâneas: âmbito de proteção e limites em uma perspectiva comparada	Priorizado	Marcelo Malheiros Cerqueira	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	16	Direito Constitucional e Jurisprudência	MPF	Explorar o regime de proteção e de limites da liberdade de expressão a partir de análise aprofundada dos precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Suprema Corte dos Estados Unidos e do Supremo Tribunal Federal brasileiro, além de tribunais regionais federais e tribunais de justiça.	1. Introdução à liberdade de expressão no direito norte-americano. Influência na jurisprudência brasileira e das cortes internacionais. (2 horas) 2. Liberdade de expressão e incitação à violência. Análise comparativa entre a jurisprudência dos EUA, Brasil e Corte Interamericana de Direitos Humanos. (4 horas) 3. Liberdade de expressão e relações de trabalho nos setores públicos e privados, incluindo a de membros do Ministério Público no Brasil. Direito comparado (EUA) e jurisprudência brasileira. (3 horas) 4. Liberdade de expressão e discurso de ódio no Brasil. Análise da jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Justiça (de 2010 a 2022). (2 horas) 5. Liberdade de expressão e honra: conflitos e desafios. Doutrina da malícia real. Estudo da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. (3 horas)	Atividade aprovada com alteração da modalidade para EAD Síncrono, visto a natureza teórica do tema.

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1229	Fabiana Keylla Schneider	Justiça Climática	Priorizado	Fabiana Keylla Schneider	Seminário	Híbrido	9	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	Buscar um letramento em justiça climática, apresentar conceitos e leading cases mundiais sobre litigância climática, buscar meios de atuação efetiva a partir de sugestões de arquitetos e urbanistas para enfrentar a catástrofe já instaurada, prevenindo situações e mitigando outras.	1) Letramento em Justiça Climática 2) Estudos de leading cases mundiais de litigância climática 3) A visão de arquitetos e urbanistas para remodelamento urbano	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1317	Nathalia mariel	Eleições com enfoque em grupos minorizados.	Priorizado	Nathalia mariel	Seminário	Híbrido	8	Direito Eleitoral e Política	MPF	Debater e acompanhar as inovações sobre eleições e grupos minorizados. Cotas, violência política, financiamento e tempo de propaganda.	Direito eleitoral e políticas afirmativas. Cota de gênero. Cota de raça. Cotas indígenas. Eleições 2024 e o que esperar de 2026.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1382	STELLA FÁTIMA SCAMPINI	DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO AO CONTRABANDO DE MIGRANTES. DESAFIOS, PRINCIPAIS ROTAS, COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS	Priorizado	STELLA FÁTIMA SCAMPINI	Seminário	Híbrido	6	Cooperação e Relações Internacionais	MPF	O objetivo do seminário é a conscientização (na semana do imigrante - dia comemorado no Brasil em 25/06) acerca do direito à migração e da necessidade de enfrentamento ao contrabando de migrantes, mostrando os modus operandi mais utilizados pelas organizações criminosas, os desafios enfrentados, os temas transversais envolvidos (corrupção, gênero, lavagem de capitais,...) e a necessidade da cooperação internacional para o enfrentamento do crime transnacional e da devida assistência às vítimas,	DIREITO À MIGRAÇÃO. ENFRENTAMENTO AO CONTRABANDO DE MIGRANTES. DESAFIOS. ROTAS. TEMAS TRANSVERSAIS (CORRUPÇÃO, GÊNERO, LAVAGEM DE CAPITAIS E NOVAS TECNOLOGIAS). CRIME TRANSNACIONAL. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL. ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1412	ZANI CAJUEIRO TOBIAS DE SOUZA	MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DESAFIOS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	Priorizado	ZANI CAJUEIRO TOBIAS DE SOUZA	Seminário	Híbrido	7	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	ESTABELECEER DIÁLOGO COM SOCIEDADE CIVIL, IPHAN E ICOMOS, VISANDO DIAGNOSTICAR OS PRINCIPAIS IMPACTOS NO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO, COM FOCO NOS SÍTIOS RECONHECIDOS PELA UNESCO COMO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE E NOS BENS, MATERIAIS E IMATERIAIS, VINCULADOS A CADA BIOMA.	O SEMINÁRIO PROPÕE REFLEXÃO SOBRE O PANORAMA, NACIONAL E INTERNACIONAL, DOS IMPACTOS TRAZIDOS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, ENFATIZANDO, NO CURSO DE SEU DESENVOLVIMENTO, ESPECIFICAMENTE AQUELES, VINCULADOS AO BRASIL, A PARTIR DA ANÁLISE DOS EFEITOS NOS SÍTIOS RECONHECIDOS COMO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE E NOS BENS, MATERIAIS E IMATERIAIS, PROTEGIDOS EM CADA BIOMA.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1186	Claudia Vizcaychipi Paim e Patrícia Maria Núñez Weber	Tragédia Climática RS: atuação do MPF e situação do Estado após aproximadamente um ano da tragédia. Análise de mecanismos de prevenção e resposta ao desastre diante da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.	Priorizado	Claudia Vizcaychipi Paim	Seminário	Híbrido	12	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	O objetivo da atividade é discutir e analisar a tragédia climática ocorrida no RS, diante da sua magnitude e complexidade de causas, sob o ponto de vista da prevenção e resposta dos órgãos estatais e da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Objetiva-se, também, apresentar e analisar a atuação do MPF em face das repercussões sociais e jurídicas do evento extremo e avaliar a situação do Estado e das políticas de prevenção e resposta após o decurso de um ano do evento.	Tragédia Climática RS: atuação do MPF e situação do Estado após aproximadamente um ano da tragédia. Análise de mecanismos de prevenção e de resposta ao desastre diante da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Busca-se analisar a tragédia climática ocorrida no RS, diante da sua magnitude e complexidade de causas, sob o ponto de vista da prevenção e resposta dos órgãos estatais. Objetiva-se, também, apresentar e analisar a atuação do Ministério Público, em especial o Ministério Público Federal, em face das repercussões sociais e jurídicas do evento extremo e avaliar a situação do Estado e das políticas de prevenção e resposta após o decurso de um ano do evento.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1319	Wilson Rocha Fernandes Assis	Territórios tradicionais: perspectivas e desafios.	Priorizado	Wilson Rocha Fernandes Assis	Seminário	Híbrido	16	Democracia, Governança e Estado de Direito	MPF	A atividade insere-se no âmbito do Projeto Territórios Vivos (MPF-GIZ-CNPCT) e objetiva debater, avaliar e difundir a Plataforma de Territórios Tradicionais como ferramenta de autodeclaração territorial, nos moldes do Enunciado 47, da 6a. CCR. Objetiva-se também dialogar com a sociedade civil organizada, com a academia e com órgãos de governo sobre estratégias de busca ativa de comunidades tradicionais e regularização fundiária de seus territórios.	A Plataforma de Territórios Tradicionais: avaliação de sua difusão e de sua integração a políticas públicas. Autodeclaração de territórios: o direito à autodeterminação em contextos de quase inércia na proteção dos territórios tradicionais. Protagonismo e vulnerabilidade: as lideranças PCTs na proteção do meio ambiente e dos territórios tradicionais. Posses tradicionais: reconhecimento e inclusão na política de ordenação fundiária. Tendências e territórios: territórios tradicionais em contexto urbano.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1167	Aline Mancino da Luz Caixeta	ATUAÇÃO DO MP NA GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Priorizado	Daniel de Alcantara Prazeres	Aperfeiçoamento	Híbrido	12	Direito Constitucional e Jurisprudência	MPF	Capacitação de membros e servidores para atuação na defesa de direitos fundamentais de Pessoas com Deficiência. Apresentar os conceitos e arcabouço legal, casos concretos de atuação e induzir a discussão de estratégias de atuação para o alcance de maior efetividade na implementação dos direitos, com base nas demandas sociais.	Direitos das pessoas com deficiência - Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPC) e da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - Atuação do Ministério Público na promoção dos direitos - Desafios enfrentados para a efetivação dos direitos - Módulo teórico e módulo prático.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1202	Ricardo Perin Nardi	Seminário sobre Mercúrio	Priorizado	Ricardo Perin Nardi	Seminário	EAD Síncrono	20	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	Compartilhamento de conhecimento e definição de estratégias que podem ser adotadas para a repressão e prevenção da comercialização e utilização irregular do mercúrio em diversas frentes, com a participação de outros atores, como, por exemplo, a Polícia Federal, o IBAMA e a Agência Nacional de Mineração, órgãos do Poder Executivo federal com atribuições afetas à questão.	i) Convenção de Minamata sobre o Mercúrio; ii) Contaminação da Água, solo e seres humanos por mercúrio e o impacto ao meio ambiente e saúde; iii) Comércio ilegal de mercúrio no Brasil: a origem do mercúrio no Brasil; iv) Técnicas para o acobertamento da origem criminosa do mercúrio e as medidas investigadas utilizadas para sua descoberta; v) Medidas preventivas e estratégias para coibir a utilização irregular de mercúrio; vi) a importância do controle na produção de ouro para o combate à utilização do mercúrio ilegal;	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1293	SANDRA AKEMI SHIMADA KISHI	Bioeconomia, Etnodesenvolvimento, Mercado de Carbono e Direitos Humanos	Priorizado	Wilson Rocha Fernandes Assis	Seminário	EAD Síncrono	8	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	Trata-se de curso com a finalidade de buscar opiniões e posicionamentos jurídicos sobre mercado de carbono e sua relação com povos e comunidades tradicionais, diante de evidências científicas e casos práticos em nível nacional e internacional. Além disso, objetiva-se debater a respeito de bioeconomia e etnodesenvolvimentismo, à luz da noção de desenvolvimento sustentável.	MERCADO DE CARBONO. POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. POVOS INDÍGENAS. BIOECONOMIA. MERCADO DE CARBONO. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.	Aprovada com indicação de Wilson Rocha Fernandes Assis para orientação pedagógica, em razão da atuação e conhecimento sobre a matéria.
1300	Daniel Luis Dalberto	Os estados-nação e os desafios dos direitos dos indígenas isolados em áreas transfronteiriças.	Priorizado	Daniel Luis Dalberto	Seminário	EAD Síncrono	16	Cooperação e Relações Internacionais	MPF	Trazer à baila a situação e os graves problemas enfrentados pelos povos indígenas em isolamento e de recente contato que ocupam tradicionalmente áreas transfronteiriças e enfrentam situações de ameaças e vulnerabilidades. Alinhar atuações de órgãos de e instituições estatais, da sociedade civil e de organizações indígenas brasileiras e dos países vizinhos envolvidos com a temática para defesa dos territórios e dos direitos dos povos em isolamento. Estudos sobre corredores transfronteiriços.	Povos indígenas isolados e de recente contato. Áreas de fronteiras internacionais. Estudos e trocas de experiências sobre as normas jurídicas, sobre as responsabilidades e as formas de atuação dos países limítrofes onde vivem os povos indígenas em isolamento e de recente contato. Estudos sobre a situação atual, as ameaças e os desafios na defesa de seus territórios e demais direitos. Possibilidades e propostas de avanços e alinhamentos entre órgãos e instituições estatais, da sociedade civil e de organizações indígenas dos países das fronteiras. Corredores transfronteiriços, viabilidade de implementação.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1164	Edelamare Barbosa Melo	As mudanças climáticas e os impactos nos Territórios Tradicionais	Priorizado	Andrea Valentim Alves Ferreira	Seminário	EAD Síncrono	20	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	Este curso tem como objetivo proporcionar uma compreensão aprofundada das mudanças climáticas e seu impacto sobre os povos e comunidades tradicionais. Com uma carga horária de 20 horas, a formação abordará os efeitos das mudanças climáticas sobre esses grupos, analisando suas vulnerabilidades e adaptabilidades, e discutirá estratégias para promover a resiliência e a preservação de seus conhecimentos e práticas tradicionais.	O curso aborda mudanças climáticas e seus impactos em povos e comunidades tradicionais. Inicia com a definição e conceitos básicos das mudanças climáticas, suas causas e consequências globais e locais, e a relação com questões ambientais. Em seguida, examina os efeitos dessas mudanças sobre territórios e modos de vida tradicionais, destacando vulnerabilidades e impactos culturais, econômicos e sociais. Explora a importância do conhecimento tradicional na adaptação, apresentando casos de sucesso e estratégias para fortalecer a resiliência. Analisa políticas públicas e estratégias de adaptação, incluindo a integração de saberes tradicionais. Finaliza com estudos de caso reais, discussão de abordagens práticas e elaboração de propostas para apoiar a adaptação e mitigação nas comunidades tradicionais. A metodologia inclui aulas teóricas, workshops, estudos de caso e elaboração de projetos.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
992	Nilton Euripedes de Deus Filho	Gerenciamento Costeiro: fundamentos, potencialidades e desafios.	Priorizado	Nilton Euripedes de Deus Filho	Seminário	EAD Síncrono	12	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	Compreender os conceitos técnicos e normativos fundamentais ao gerenciamento costeiro, assim quanto atribuições institucionais, potencialidades e desafios de interesse e intervenção do MPF. Bem como, proporcionar a troca de informações com as instituições brasileiras para obter benefícios mútuos no âmbito desta temática, atualizar as técnicas pertinentes, angariar esforços para a atuação do MPF, e atuar de forma integrada, sistêmicas e preventiva para a proteção da Zona Costeira brasileira.	Até meados de 2019, o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-Gerco) era um grupo interinstitucional no âmbito do Poder Executivo, que assumia a coordenação e organização de atividades associadas temática de gerenciamento costeiro no Brasil. No entanto, em 2019, o GI-Gerco foi extinto, o que comprometeu a condução da temática no âmbito multiinstitucional. Nessa esteira, o MPF nos últimos 5 anos vem assumindo o protagonismo de manter a discussão sobre o gerenciamento costeiro brasileiro por meio destas atividades anuais, o que abre espaço para o desenvolvimento de uma atividade de capacitação como a proposta, pois apresenta o que está sendo feito pelo MPF para com o gerenciamento costeiro brasileiro, ao mesmo tempo que atrai a contribuição do público externo para uma discussão e apresentação das inovações e práticas associadas a esta temática.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1110	ELAINE MARIA PENA DOS SANTOS ROCHA	Escravidão Digital, gênero e raça e seus impactos na saúde mental.	Priorizado	Elaine Maria Pena dos Santos Rocha	Seminário	EAD Síncrono	8	Direito do Trabalho	MPF	Conhecer as atuais formas de escravidão digital na interseccionalidade de gênero e raça, e seus impactos na saúde mental.	Conceitos de escravidão moderna, mostrando a interseccionalidade de gênero e raça. A invisibilidade da ausência de políticas públicas voltadas ao enfrentamento à escravidão digital. Impactos na saúde mental da escravidão digital.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1309	LEANDRO MITIDIERI FIGUEIREDO	Terras Quilombolas e Unidades de Conservação	Priorizado	LEANDRO MITIDIERI FIGUEIREDO	Seminário	EAD Síncrono	4	Direito Constitucional e Jurisprudência	MPF	Atualizar os últimos entendimentos sobre a questão da dupla afetação entre terras quilombolas e unidades de conservação	O seminário pretende abordar os últimos entendimentos sobre a questão da dupla afetação entre terras quilombolas e unidades de conservação, principalmente em relação às práticas adotadas em âmbito federal pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1290	André Luiz Porreca Ferreira Cunha	Combate ao Garimpo Ilegal na Amazônia	Priorizado	André Luiz Porreca Ferreira Cunha	Seminário	EAD Síncrono	2	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	Capacitar os participantes para uma atuação mais eficaz no combate ao garimpo ilegal na Amazônia.	O seminário "Combate ao Garimpo Ilegal na Amazônia" aborda as estratégias de enfrentamento ao garimpo ilegal, um dos maiores desafios ambientais e sociais na região amazônica. Destinado a membros, servidores e estagiários do Ministério Público Federal, o evento discutirá os impactos ambientais e sociais decorrentes dessa atividade ilícita, além dos desafios legais e institucionais enfrentados no combate ao garimpo ilegal. Com a participação do Procurador da República André Luiz Porreca Ferreira Cunha, titular do 2º Ofício da Amazônia Ocidental, especializado no enfrentamento à mineração ilegal, o seminário trará casos práticos de atuação do MPF e estratégias de cooperação interinstitucional, proporcionando aos participantes uma visão abrangente e técnica sobre o tema. A carga horária é de 2 horas, com certificação pela ESMFU para os participantes.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1351	THOMAZ MUYLAERT DE CARVALHO BRITTO	EXPERIÊNCIAS NA AMAZÔNIA LEGAL: RELATOS DE PROCURADORES QUE ATUAM NA 6ª CCR	Priorizado	THOMAZ MUYLAERT DE CARVALHO BRITTO	Seminário	EAD Síncrono	20	Educação, Cultura e Sociedade	MPF	O objetivo geral do curso consiste no compartilhamento de experiências, ideias e boas práticas pelos membros que atuam na temática da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão no âmbito da Amazônia Legal. Os membros poderão narrar, dessa forma, as dificuldades e as medidas resolutivas que têm adotado para a prevenção de crimes, a proteção das terras dos povos originários e a garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. O curso será voltado mais para a prática e permeado por dinâmicas.	CONSTITUCIONALISMO. NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO. AS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL, DA BOLÍVIA E DO EQUADOR. A PERSPECTIVA MULTICULTURAL. A PERSPECTIVA INTERCULTURAL. NOVOS DIREITOS. A SALA DE MÁQUINAS DA CONSTITUIÇÃO. ATUAÇÃO PRÁTICA NA ÁREA DA 6ª CCR. POVOS ORIGINÁRIOS. A 6ª CCR E A AMAZÔNIA LEGAL. PLURALISMO JURÍDICO INTEGRAL. PLURALISMO JURÍDICO PARCIAL. PLURALISMO POLÍTICO. DIREITO DA NATUREZA. A INFLUÊNCIA MADEIREIRA NA AMAZÔNIA LEGAL. PRÁTICAS CRIMINOSAS NA AMAZÔNIA LEGAL. O MARCO TEMPORAL E SUA INCONSTITUCIONALIDADE. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O ASPECTO CONTRAMAJORITÁRIO. DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS. CONVENÇÃO 169 DA OIT. DESINTRUSÃO. JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1121	LEONARDO CARDOSO DE FREITAS	As equipes conjuntas de investigação no âmbito da cooperação internacional. Uma experiência conjunta Brasil e União Europeia.	Priorizado	LEONARDO CARDOSO DE FREITAS	Seminário	EAD Síncrono	12	Educação, Cultura e Sociedade	MPF	Em um mundo cada vez conectado de todas as formas, no qual as fronteiras nacionais tornam-se cada dia mais porosas a todo tipo de atividades, lícitas ou ilícitas, a cooperação internacional em matéria penal adquire, ao mesmo tempo, cada dia mais importância. A partir dessa realidade, o objetivo geral do seminário é aprimorar essa atividade, a partir da experiência compartilhada do MPF brasileiro e autoridades da União Europeia, especialmente no tema das equipes conjuntas de investigação.	Direito Penal e Processo Penal. Cooperação Internacional. Equipes Conjuntas de Investigação - ECI. Experiência compartilhada Brasil e União Europeia. Aspectos práticos e teóricos. Boas práticas.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1376	Mario Luis Grangeia Ramos	Ciclo "Direitos e Agenda 2030: Por dentro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável"	Priorizado	Mario Luis Grangeia	Seminário	EAD Síncrono	16	Educação, Cultura e Sociedade	MPF	A proposta é aprofundar público nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Abordam-se premissas como a relevância de quem atua no MP articular saberes jurídicos aos de áreas afins aos ODS (ex.: grau de efetivação de direitos sociais em contextos locais). A ideia é atualizá-los sobre saberes práticos e teóricos neste período de implementação da Agenda 2030, lançada em 2015 pelas Nações Unidas e instituições da sociedade civil. Os nomes dos convidados dependem de confirmação de agenda.	Abertura + (1) Erradicação da pobreza + (2) Fome Zero (3) Boa saúde e bem-estar + (4) Educação de qualidade (5) Igualdade de gênero + (16) Paz, justiça e instituições fortes (6) Água limpa e saneamento + (7) Energia acessível e limpa (8) Emprego digno e crescimento econômico + (9) Indústria, inovação e infraestrutura (10) Redução das desigualdades + (11) Cidades e comunidades sustentáveis (12) Consumo e produção responsável +(13) Combate a alterações climáticas (14) Vida de baixo d'água + (15) Vida sobre a terra (17) Parcerias em prol de metas + Encerramento	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1301	André Luiz Porreca Ferreira Cunha	Convenção de Minamata e Controle do Mercúrio: Desafios e Perspectivas para a Proteção Ambiental.	Priorizado	André Luiz Porreca Ferreira Cunha	Seminário	EAD Síncrono	2	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	O objetivo geral deste seminário é aprofundar a compreensão dos instrumentos jurídicos e normativos relacionados à implementação da Convenção de Minamata no Brasil, com ênfase no controle do mercúrio e nas implicações legais decorrentes. O evento busca capacitar os participantes para a atuação interdisciplinar e estratégica no enfrentamento dos desafios ambientais, à luz das obrigações internacionais e da legislação brasileira.	O seminário "Convenção de Minamata e Controle do Mercúrio: Desafios e Perspectivas para a Proteção Ambiental" examinará a aplicação da Convenção de Minamata no Brasil, com ênfase nas implicações jurídicas e na atuação do Ministério Público Federal no controle do mercúrio. Serão abordados temas como a regulamentação do uso de mercúrio, os desafios na fiscalização e a responsabilização por crimes ambientais envolvendo essa substância, destacando a importância da proteção da saúde pública e do meio ambiente. O evento incluirá também a análise de casos práticos e discutirá as dificuldades na implementação das medidas previstas pela Convenção.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1276	SANDRA AKEMI SHIMADA KISHI	Justiça Climática e Resiliência Adaptativa nas cidades	Priorizado	SANDRA AKEMI SHIMADA KISHI	Seminário	EAD Síncrono	3	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	Capacitar e formar nos temas relacionados à adaptação dos territórios urbanos, periurbanos, e rurais aos efeitos das mudanças climáticas. O objetivo é promover a compreensão dos instrumentos de ordenamento territorial e segurança hídrica, com enfoque em estratégias de justiça climática e resiliência socioambiental, além de subsidiar tecnicamente a formulação de pareceres jurídicos voltados à mitigação de riscos climáticos, socioambientais, e à universalização do saneamento.	O curso aborda as mudanças climáticas e seus impactos, com foco na justiça climática, vulnerabilidade socioambiental, e a aplicação de instrumentos jurídicos para mitigação e adaptação. Inclui análise de políticas públicas e estratégias para fortalecimento da resiliência em áreas urbanas, periurbanas, e rurais, enfrentamento do racismo ambiental, universalização do saneamento, e protagonismo das comunidades vulneráveis. Os participantes serão capacitados a utilizar ferramentas para análise sistêmica e planejamento territorial adaptativo, com foco na justiça social e resiliência climática. Atividades práticas incluem estudos de caso e possíveis visitas in loco.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1345	WILSON JOSÉ FIGUEIREDO ALVES JUNIOR	O POTENCIAL TERMAL BRASILEIRO: RESGATE DOS BALNEÁRIOS COMO INCENTIVO PARA O TURISMO NO BRASIL	Priorizado	WILSON JOSÉ FIGUEIREDO ALVES JUNIOR	Seminário	EAD Síncrono	12	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	Possibilita aferir as políticas desenvolvimentistas em saúde, meio ambiente e turismo e a efetividade dessas enquanto ações de governo. O uso do termalismo como uma possibilidade terapêutica ainda é algo que tende a crescer, pois sua inclusão no SUS é algo recente e permite apontar o papel do Estado na política pública de Desenvolvimento sustentável, investigando as relações entre o Direito ambiental.	Práticas terapêuticas naturais, termalismo e crenoterapia; Utilização das águas minerais; O turismo termal e outras práticas (educação ambiental, agroecologia, ecoturismo); História do termalismo brasileiro - resgate dos importantes balneários; Políticas públicas e interação social proporcionada pelo termalismo; O termalismo como prática de inclusão oficializada pelo SUS; Política pública em tratamentos alternativos (interação homem-natureza, fauna e flora); Desenvolvimento, integração e efetividade das políticas públicas em práticas terapêuticas naturais.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
993	Nilton Euripedes de Deus Filho	Espécies Exóticas Invasoras: os impactos atuais no Brasil, a atuação do MPF e os desafios para o controle destas espécies.	Priorizado	Nilton Euripedes de Deus Filho	Seminário	EAD Síncrono	12	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPF	Compreender os conceitos técnicos e normativos fundamentais à temática de espécies exóticas invasoras, assim quanto atribuições institucionais, potencialidades e desafios ao controle destas espécies pelo MPF. Bem como, proporcionar a troca de informações com as instituições brasileiras para obter benefícios mútuos no âmbito desta temática, atualizar as técnicas pertinentes, e fortalecer o papel do MPF como protagonista nacional nesta temática.	A Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras, uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, instituída pela Resolução CONABIO 07/2018, que consolida diretrizes e decisões da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB aplicadas às diversas instâncias nacionais de governança ambiental. Esta estratégia, construída por uma gama de representações, definiu ações prioritárias para gestão, prevenção, manejo e controle de espécies invasoras, referendadas por diversas esferas e setores de governo e da sociedade até 2030. Neste caso, o MPF faz parte do Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), o qual foi definido para auxiliar, monitorar e de fato implementar as linhas de ação discutidas no Plano de Implementação desta Estratégia. Essa participação coaduna com o trabalho do MPF de obter as informações mais atuais sobre espécies exóticas invasoras e subsidiar uma atuação preventiva do MPF.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPT

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
973	Artur Cesar Sartori Lopes	Análise de documentos relacionados ao Meio Ambiente de Trabalho para Analistas e Assessores de Direito.	Priorizada	Cirlene Luiza Zimmermann	Aperfeiçoamento	Ead Assíncrono	16	Direito do Trabalho	MPT	Identificar os aspectos relacionados ao meio ambiente de trabalho, sugerir e analisar documentos com base no relato do denunciante e atividade econômica.	Neste curso os interessados poderão reconhecer os principais documentos a serem solicitados com base nas NR	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1002	Mauricio Alexandre Gadotti	Ergonomia aplicada à análise pericial	Priorizada	Mauricio Alexandre Gadotti	Aperfeiçoamento	Ead Assíncrono	20	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPT	Atualizar e aprimorar o conhecimento dos Analistas Periciais do MPT para atuação na fiscalização de temas relacionados à Ergonomia	Atualizar e aprimorar o conhecimento dos Analistas Periciais do MPT para atuação na fiscalização de temas relacionados à Ergonomia	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1075	Leomar Daroncho	A Agenda 2030 e os Acidentes Ambientais Trabalhistas Ampliados	Priorizada	Leomar Daroncho	Aperfeiçoamento	Ead Assíncrono	16	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPT	Atualizar informações, técnicas e jurídicas, e alinhar estratégias para o enfrentamento, na perspectiva preventiva e reparatória, em relação aos Acidentes Ambientais Trabalhistas Ampliados, orientando a atuação do MP na perspectiva do entendimento do STF e das Cortes Internacionais para a temática ambiental. Enfoque necessário e oportuno no ano de realização da COP30, em Belém – PA.	O Brasil e o mundo vêm acompanhando eventos extremos, com largo impacto e muitas vítimas no meio ambiente do trabalho (frigoríficos, barragens, agrotóxicos, hospitais etc.). A atividade pretende fomentar a discussão e o alinhamento de estratégias e de possibilidades técnicas e jurídicas de dar ao tema um tratamento que viabilize a sintonia, desde o nascedouro das investigações, com o olhar do STF e da Agenda 2030 da ONU.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPT

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1170	ILEANA NEIVA MOUSINHO	CURSO DE ANÁLISE DE PROGRAMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	Priorizada	ILEANA NEIVA MOUSINHO	Aperfeiçoamento	Ead Assíncrono	20	Direito do Trabalho	MPT	ENSINAR AOS DISCENTES COMO ANALISAR OS PROGRAMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, EXAMINANDO DOCUMENTOS E VERIFICANDO SE OS VÁRIOS PROGRAMAS ESTÃO INTEGRADOS ENTRE SI E SUAS ETAPAS DE ELABORAÇÃO E MEDIDAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO ESTÃO E ACORDO COM AS NORMAS REGULAMENTADORAS E COM AS PECULIARIDADES DAS RESPECTIVAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E OCUPAÇÕES.	ENTENDO A FUNÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO E SUA FUNÇÃO GERAL DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO DOS PERIGOS E DOS RISCOS NOS AMBIENTES DE TRABALHO. ELABORAÇÃO DE INVENTÁRIO DE RISCOS E DO PLANO DE AÇÃO. PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL E AS INTERFACES COM OUTROS PROGRAMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO. PROGRAMAS ESPECÍFICOS: PROGRAMA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA, PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO AUDITIVA. PROGRAMA DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA. A ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO E OS RISCOS PSICOSSOCIAIS. ESTUDOS DE CASO COM ANÁLISE CONJUNTA COM OS ALUNOS DE PGR, PCMSO, PPR, PPCA E PROGRAMA DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1192	Roberto Rangel Marcondes	Inteligência Artificial voltada à atividade finalística do MPT	Priorizada	Roberto Rangel Marcondes	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	8	Inovação, Tecnologia e Gestão Pública	MPT	Apresentar e demonstrar instrumentos de inteligência artificial que podem contribuir para a atividade finalística do Ministério Público do Trabalho	Inteligência Artificial e atividade finalística do Ministério Público do Trabalho	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1270	ILAN FONSECA DE SOUZA	ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO EM CADEIAS PRODUTIVAS	Priorizada	ILAN FONSECA DE SOUZA	Aperfeiçoamento	Ead Assíncrono	8	Direito do Trabalho	MPT	Debater estratégias para a atuação do Ministério Público do Trabalho na responsabilização de cadeias produtivas que utilizem mão de obra análoga à escrava, a partir dos recentes paradigmas jurisprudenciais e da devida diligência aplicável às empresas em matéria de direitos humanos.	Violação de direitos humanos nas cadeias produtivas brasileiras. Conceitos introdutórios. Legislação aplicável à responsabilização de atores nas cadeias produtivas que utilizem mão de obra análoga à escrava. Rastreabilidade de cadeias produtivas. O papel das empresas na garantia de direitos humanos. Teorias jurídicas para defesa de trabalhadores. A jurisprudência dos tribunais superiores sobre o tema. Devida diligência em empresas e direitos humanos.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1364	Daniel Miranda de Paiva	Curso de Higiene Ocupacional	Priorizada	Daniel Miranda de Paiva	Aperfeiçoamento	Ead Assíncrono	16	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPT	Capacitar os Analistas Periciais em Engenharia de Segurança do Trabalho e em Medicina do Trabalho do MPT para que tenham competência para avaliar e interpretar, com propriedade, os resultados de avaliações ambientais apresentados pelas empresas investigadas, bem como ter fundamentação técnica para propor as medidas de prevenção e controle necessárias.	O curso de higiene ocupacional tem por objetivo promover a capacitação de profissionais que buscam se especializar na avaliação de riscos ambientais; mais precisamente nas etapas de amostragem, leituras, coletas, interpretação dos resultados de acordo com a legislação vigente, instrumentação aplicada e tratamento estatístico dos resultados. Trata-se de um curso de caráter prático, com aplicação de situações reais de estudo de caso e sólida teoria, com um conteúdo programático que atende as reais necessidades dos profissionais da área de saúde e segurança do trabalho.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPT

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1148	Edelamare Barbosa Melo	Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais: Acesso a Justiça	Priorizada	Andréa Valentim Alves Ferreira	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	30	Educação, Cultura e Sociedade	MPT	O curso tem por objetivo oferecer aos (às) Membros(as), Servidores(as) do Ministério Público, as organizações sociais e aos Povos Originários e Povos e Comunidades Tradicionais, o conhecimento e a compreensão da normativa nacional e internacional voltado aos Povos Indígenas e aos Povos e Comunidades Tradicionais e a forma de acessar seus direitos no âmbito do Ministério Público.	Este curso, estruturado a partir de uma abordagem interdisciplinar, visa capacitar profissionais para atuar de forma integrada em temas essenciais como quem são os Povos Originários e os Povos e Comunidades Tradicionais, direitos territoriais, ambientais, patrimônio genético e tratados internacionais. A formação oferecida é abrangente e atende às demandas específicas dos Povos Originários e das Comunidades Tradicionais, garantindo que o atendimento a esses segmentos seja qualificado e alinhado aos princípios dos direitos humanos e fundamentais. Além disso, o curso contribui para a capacitação de servidoras e servidores públicos, bem como de demais membros institucionais, em conformidade com a Resolução nº 230, de 08 de junho de 2021. Ao final da formação, espera-se que os participantes estejam aptos a fortalecer suas respectivas instituições, promovendo uma atuação eficaz e engajada na defesa e promoção dos direitos dos Povos Originários e das Comunidades Tradicionais.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1338	ANDREA ALBERTINASE	LGPD - ATUAÇÃO MPT - INVESTIGAÇÃO -	Priorizada	Andrea Albertinase	Aperfeiçoamento	Ead Assíncrono	20	Direito do Trabalho	MPT	panorama da LGPD - PERSPECTIVA ATUAÇÃO MPT - INVESTIGAÇÃO EM GERAL - ESPECIFICAR TIPOS ATUAÇÃO DO MPT E QUESTÕES SIGILO	ATUAÇÃO FINALÍSTICA DO MPT E OS LIMITES DA LGPD	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1161	Edelamare Barbosa Melo	Gestão Territorial e o Mundo do Trabalho	Priorizada	Andrea Valentim Alves Ferreira	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	30	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPT	O curso de Gestão Territorial e o Mundo do Trabalho visa capacitar os participantes a integrar conceitos e práticas de gestão territorial com as necessidades e demandas do mundo do trabalho. Com uma carga horária de 40 horas, a formação proporciona uma compreensão abrangente sobre como a gestão eficaz de territórios impacta diretamente o ambiente de trabalho, a economia local e as práticas de desenvolvimento sustentável.	O curso aborda a gestão territorial e sua integração com o mundo do trabalho, iniciando com a definição e importância da gestão territorial e sua relação com o ambiente de trabalho. Examina conceitos e modelos de gestão territorial, ferramentas de planejamento e os desafios e oportunidades associados. Revisita legislações e políticas públicas relevantes, com estudos de casos para entender seus impactos. Enfatiza a gestão de recursos naturais e práticas sustentáveis, além de explorar técnicas de planejamento urbano e rural e seu impacto econômico. Destaca a importância da gestão participativa e engajamento comunitário, métodos para envolver a comunidade e exemplos de sucesso. Inclui análise de dados com tecnologias como SIG e finaliza com estudos de caso reais e desenvolvimento de projetos práticos para aplicação dos conhecimentos adquiridos.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPT

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1365	Cleverson Lautert Cruz	Introdução à atividade de inteligência e contrainteligência	Priorizada	Cleverson Lautert Cruz	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	20	Democracia, Governança e Estado de Direito	MPT	Ao final do curso, os membros e servidores do MPU conhecerão os conceitos básicos para entendimento da atividade de inteligência e contrainteligência no âmbito do Ministério Público, notadamente em razão da edição das Resoluções-CNMP nº 260/2023 e 292/2024, de forma a compor o Sistema de Inteligência do Ministério Público e subsidiar a possibilidade de integração ao SISBIN em câmara temática específica.	O Curso de Introdução à Atividade de Inteligência e Contrainteligência (CIAIC), modalidade à distância, tem por objetivo capacitar, por meio de formação básica, as membras, membros, servidoras e servidores que pretendem atuar na atividade de inteligência do MPU.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
968	GUSTAVO LUÍS TEIXEIRA DAS CHAGAS	Técnica de Investigação na Cadeia Produtiva da Pesca Industrial	Priorizada	Alexandre Marin Ragagnin	Aperfeiçoamento	EAD síncrono	12	Atuação Resolutiva	MPT	O curso tem como objetivo tratar do estudo da cadeira produtiva no setor da pesca industrial, para que os participantes tenham condições de compreender e identificar as irregularidades que afetam a vida destes trabalhadores. Pretende-se apresentar a base normativa para o enfrentamento das irregularidades no setor bem como os principais instrumentos e métodos de investigação à disposição do Ministério Público do Trabalho.	O curso de aperfeiçoamento, com caráter teórico-prático, visa aprofundar e integrar conhecimentos no combate às irregularidades trabalhistas na Pesca Industrial. Além de expor a base normativa aplicável em âmbito nacional e internacional, o curso demonstrará técnicas investigativas práticas, como o mapeamento da cadeia produtiva do setor, e o uso de sistemas de tecnologia e informação, tanto do Ministério Público quanto de parceiros institucionais, para uma atuação mais resolutiva do Parquet. No âmbito teórico, abordará as nuances das Convenções internacionais, especialmente a Convenção nº 188 da OIT, sua relevância no combate às irregularidades trabalhistas na pesca, apresentará a NR-30 e seu Anexo I, e explorará legislações extravagantes do sistema pesqueiro. No âmbito prático, serão demonstradas técnicas de mapeamento da cadeia produtiva e sua importância no combate aos problemas do setor, além de	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1070	Fernanda Brito Pereira	Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Priorizada	Fernanda Brito Pereira	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	8	Direito do Trabalho	MPT	Diante da complexidade do problema relativo à exploração sexual de crianças e adolescentes, o objetivo é de aperfeiçoar estratégias de ação a cargo do MPT, de modo a estimular e promover a sua atuação de maneira coesa e coordenada, visando o incremento da responsabilização trabalhista dos exploradores, com o ajuizamento de ações civis públicas e reclamações trabalhistas ou celebração de termo de ajuste de conduta, bem como estimular e sensibilizar o/as Procuradore/as a atuarem nessa temática.	A exploração sexual de crianças e adolescentes é uma grave violação aos direitos humanos, sendo considerada crime hediondo pela legislação pátria (Lei n.º 8.702/90). Além de crime, é uma das piores formas de trabalho infantil, segundo estabelece a Convenção n. 182 da Organização Internacional do Trabalho e o Decreto n. 6.481, de 12/06/2008, que a regulamentou no Brasil e aprovou a lista das piores formas de trabalho infantil (Lista TIP). Contudo, essa forma vil de exploração tem padecido de enfrentamento adequado, especialmente na seara trabalhista. Geralmente, a responsabilização só se dá na esfera criminal, quando se dá. Há muitas barreiras sociais relativamente ao tema, que naturalizam a exploração, e a realização de curso com o objetivo de aperfeiçoar estratégias de ação a cargo do MPT, visando o incremento da responsabilização trabalhista dos exploradores, bem como estimular e sensibilizar o/as Procuradore/as a atuarem nessa temática, é uma importante iniciativa para enfrentá-la.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPT

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1071	Fernanda Barreto Naves	Desafios para a empregabilidade das pessoas LGBTQIAPN+ no mercado formal de trabalho: o protagonismo necessário do MPT.	Priorizada	Eduardo Varandas Araruna	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	12	Direito do Trabalho	MPT	Combater o preconceito e a discriminação no meio ambiente de trabalho, promovendo a diversidade e preservando o primado constitucional do valor social do trabalho.	1. Classificação dos gêneros; 2. Diversidade de gênero segundo modernas teorias da ciência médica, psicologia, filosofia e sociologia; 3. Nuances da sexualidade humana; 4. Direitos e garantias assegurados à diversidade sexual e de gênero; 5. O Papel do MPT na eliminação de formas de discriminação por questões de gênero ou sexualidade; 6. A importância da atuação do MPT no âmbito da proteção à diversidade sexual e de gênero; 7. Empregabilidade como direito constitucional da população LGBTQIAPN+. Particularidades da diversidade sexual e de gênero nas relações de trabalho; 8. Direitos e garantias específicos do segmento LGBTQIAPN+ conquistados através do direito internacional, legislação pátria, jurisprudência e Resoluções; 9. Técnicas de combate ao assédio e discriminação no trabalho; 10. A importância dos Procedimentos Promocionais para a promoção da diversidade no meio ambiente de trabalho; 11. A interseccionalidade como fator do agravante do preconceito; 12. Boas práticas.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1081	Lúisa Carvalho Rodrigues	A Atuação do MPT na Aprendizagem Profissional no Sistema Socioeducativo diante das novas Regulamentações- Desafios e Resultados	Priorizada	Ana Elisa Alves Brito Segatti	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	8	Direito do Trabalho	MPT	Possibilitar a atuação do MPT de forma efetiva na implementação da Aprendizagem Profissional no Sistema Socioeducativo, considerando a edição da Recomendação Conjunta n. 3 do CNJ e do CNMP em 13 de agosto de 2024, e da Portaria MTE Nº 3872 em 21 de dezembro de 2023.	A Recomendação 03, de 13 de agosto de 2024 recomenda aos Tribunais e ao Ministério Público que adotem, prioritariamente, ações conjuntas para o fortalecimento, apoio e estímulo à implementação e ao desenvolvimento da aprendizagem e qualificação profissional de adolescentes, a partir de 14 anos e jovens durante ou após o cumprimento de medidas socioeducativas, em meio aberto e fechado. A Portaria MTE Nº 3872 em 21 de dezembro de 2023, ao dispor sobre a Aprendizagem Profissional, prevê a necessidade de inclusão de adolescentes e jovens em situação de alta vulnerabilidade socioeducacional.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1082	Lúisa Nunes de Castro Anabuki	Neuroinclusão no Trabalho	Priorizada	Lúisa Nunes de Castro Anabuki	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	8	Direito do Trabalho	MPT	Apresentar o conceito de neuroatipicidade ou neurodivergência e difundir as possibilidades e desafios para a atuação do MPT na promoção de empregabilidade de pessoas neurodivergentes por meio da construção de um meio ambiente do trabalho neuroinclusivo.	Sob a perspectiva da Lei de Cotas, as pessoas com TEA são consideradas pessoas com deficiência, permitindo a inclusão delas no mercado de trabalho e estabelecendo uma porcentagem mínima de vagas destinadas a esse grupo. Apesar disso, as organizações, sejam públicas ou privadas, não têm se mostrado preparadas para acomodar trabalhadores neurodivergentes. Nesse contexto, a inclusão de neurodivergentes no mercado de trabalho é essencial para promover a igualdade de oportunidades, tema central à atuação do MPT. Diante desse quadro, mostra-se urgente apresentar o conceito de neuroatipicidade ou neurodivergência e difundir as possibilidades e desafios para a atuação do MPT na promoção de empregabilidade de pessoas neurodivergentes por meio da construção de um meio ambiente do trabalho neuroinclusivo.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPT

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1088	Cirlene Luiza Zimmermann	A Proteção Integral do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora	Priorizada	Cirlene Luiza Zimmermann	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	16	Direito do Trabalho	MPT	O curso visa aprimorar a atuação do MPT na tutela do Meio Ambiente do Trabalho seguro e saudável e na promoção da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, com fundamento nos tratados e nas convenções internacionais de direitos humanos, normas constitucionais e na harmonização das normas técnicas, a exemplo das Normas Regulamentadoras, com o direito fundamental à redução dos riscos no trabalho.	No curso serão abordados os tratados e as convenções internacionais de direitos humanos e a jurisprudência da Corte IDH que devem ser observados pelo MPT na atuação extrajudicial e judicial na defesa do MAT e da SST. Serão analisadas as diretrizes constitucionais de defesa do meio ambiente do trabalho decente, seguro e saudável e as formas de assegurar sua prevalência frente a normas técnicas. Também serão debatidas as Normas Regulamentadoras enquanto diretrizes técnicas mínimas, assim como outras normas técnicas (ex.: ABNT, NHO, normas sanitárias, ambientais etc) e os meios de harmonização dessas normas com o direito constitucional de redução dos riscos no trabalho. Por fim, será debatido o aprimoramento na utilização das técnicas e ferramentas do Direito Processual do Trabalho em prol da efetivação do MAT seguro e saudável.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1168	Ricardo Jose Macedo de Britto Pereira	Direito Coletivo do Trabalho nos EUA	Priorizada	Viviann Brito Mattos	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	12	Direito do Trabalho	MPT	Conhecer o Direito Coletivo do Trabalho nos EUA e examinar sua possível aplicação no Brasil	Organização sindical, legislação federal e características Práticas desteais Negociação Coletiva, financiamento, abrangência e relação com outras fontes do direito Greve, limites, novos movimentos trabalhistas.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1182	Afonso de Paula Pinheiro Rocha	"Promoção do Trabalho Decente no Sistema Prisional pós ADPF 347"	Priorizada	Afonso de Paula Pinheiro Rocha	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	8	Direito Constitucional e Jurisprudência	MPT	Capacitar membros do Ministério Público da União (MPU) para promover o trabalho decente no sistema prisional, especialmente após a decisão na ADPF 347 do Supremo Tribunal Federal (STF), destacando estratégias para a melhoria das condições de trabalho, fomento à inclusão socioeconômica de presos e egressos, e cumprimento das cotas de empregabilidade, contribuindo para a superação do estado de coisas inconstitucional no sistema carcerário brasileiro.	Análise da decisão na ADPF 347 e o reconhecimento do estado de coisas inconstitucional no sistema prisional brasileiro. Conceito e princípios do trabalho decente aplicados ao contexto prisional. Condições de trabalho no sistema prisional: desafios e perspectivas. Normativas nacionais e internacionais sobre o trabalho de presos e egressos. Estratégias para fomentar o trabalho decente no sistema prisional, incluindo a observância das cotas de empregabilidade. Discussão sobre o plano "Pena Justa" do CNJ e suas diretrizes para a promoção do trabalho no sistema penitenciário. Atuação do MPU na fiscalização e promoção de iniciativas que assegurem o trabalho digno para presos e egressos. Estudos de casos e melhores práticas para a inserção produtiva e econômica dos apenados.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1278	Eliane Araque dos Santos	Assédio Moral e Organização do Trabalho: Construindo uma cultura organizacional de respeito mútuo e equidade de tratamento	Priorizada	Eliane Araque dos Santos	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	12	Atuação Resolutiva	MPT	Situações de assédio moral, sexual e discriminação no trabalho espelham a forma como o trabalho e as relações de trabalho se organizam. Para prevenir e enfrentar essas situações é preciso conhecer as formas de gestão praticadas, conhecer o modo como as relações de trabalho se desenvolvem nesse contexto organizacional, enfatizando a necessidade de se estabelecer um clima organizacional de respeito, de equidade de tratamento e de preservação da dignidade da pessoa.	ASSÉDIO MORAL E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO. PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO. CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA ORGANIZACIONAL DE RESPEITO MÚTUO, EQUIDADE DE TRATAMENTO E DE PRESERVAÇÃO DA DIGNIDADE DAS PESSOAS. CONTROLE DOS RISCOS OCUPACIONAIS E PESSOAIS DECORRENTES. PRESERVAÇÃO DA SAÚDE MENTAL DAS PESSOAS. FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS SOCIAIS E PROFISSIONAIS ENTRE AS PESSOAS. CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE CONFIANÇA E DE FALA.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPT

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1279	Eliane Araque dos Santos	Trabalho Doméstico: Exploração e Violação de Direitos	Priorizada	Eliane Araque dos Santos	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	9	Atuação Resolutiva	MPT	O objetivo da capacitação é possibilitar um maior conhecimento da problemática que envolve o trabalho doméstico, dificuldade e desafios para a garantia de direitos e enfrentar situações de exploração, abuso, maus tratados, assédio, violência sexual, tráfico, trabalho em situação análoga a de escravo, cárcere privado, etc. A problemática envolve trabalho doméstico infantil, considerado pior forma de trabalho infantil, e pessoas adultas vulnerabilizadas.	TRABALHO DOMÉSTICO. EXPLORAÇÃO. TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO. TRÁFICO DE PESSOAS. NEGAÇÃO DE DIREITOS. TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO. PIOR FORMA DE TRABALHO INFANTIL. DESAFIOS. ENFRENTAMENTO. PROTEÇÃO. GARANTIA DE DIREITOS.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1348	Danielle Olivares Correa	Letramento de gênero - atuação estratégica do MPT no combate à violência no trabalho	Priorizada	CRISTIANE MARIA SBALQUEIRO LOPES	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	12	Direito do Trabalho	MPT	Fundamentado nos entendimentos que levam ao letramento de gênero, o curso pretende agregar novas estratégias para atuação no combate à violência no trabalho. Novos instrumentos legais embasam políticas mensuráveis em protocolos de ação, códigos de conduta, canais de denúncias, capacitações de pessoal e cotas de emprego para de mulheres vítimas de violência nas empresas contratadas do poder público.	Letramento de gênero. Objetificação da mulher. Culpabilização da Vítima - misoginia e homofobia - - Convenção 190 da OIT - Convenções internacionais e direitos da mulher Lei Mariana Ferrer - Assédio moral e sexual no trabalho. Protocolo de Julgamento com perspectiva de Gênero - Avanços na Lei Maria da Penha - Lei 14457/22. Canal de denúncia. ISO 37002. Apuração de denúncias. Requisitos e pressupostos. Códigos de conduta. Códigos de Vestimenta. Lei 14786/23. Protocolo Não é Não. Estratégias de prevenção e apuração de violências em estabelecimentos comerciais e de serviços. Pacto Ninguém se Cala. Estratégias de sensibilização coletiva. Campanhas de sensibilização. Atuação do MPT: investigações, recomendações, termos de compromisso.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1350	ELISIANE DOS SANTOS	MULHERES NEGRAS, TRABALHO E DIREITOS	Priorizada	ELISIANE DOS SANTOS	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	8	Educação, Cultura e Sociedade	MPT	Identificar na produção intelectual jurídico-literária de mulheres negras e indígenas no Brasil a luta por trabalho digno, na defesa e no reconhecimento de direitos, de forma a contribuir nos espaços de atuação acadêmica, profissional e ativista, e na garantia de direitos pelo sistema de Justiça.	O curso propõe uma análise crítica sobre a construção social do trabalho e dos direitos no Brasil, a partir da contribuição das mulheres negras e indígenas. Tais reflexões perpassam questões de gênero, raça e classe que estruturam desigualdades sociais e se refletem nas instituições e na produção do conhecimento. As leituras de textos de autoras negras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, entre outras, permitirão refletir sobre sexismo e racismo no contexto das relações sociais, notadamente, no cotidiano das instituições e nas relações de trabalho, fornecendo, ao mesmo tempo, ferramentas para o seu enfrentamento pelo sistema de Justiça.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPT

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1388	SOFIA VILELA DE MORAES E SILVA	CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE EM MATÉRIA TRABALHISTA	Priorizada	SOFIA VILELA DE MORAES E SILVA	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	16	Cooperação e Relações Internacionais	MPT	O objetivo do curso é capacitar procuradores e servidores para aplicar o controle de convencionalidade nas áreas de relevância coletiva e difusa referentes ao direito do trabalho, tais como erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo, proteção meio ambiente do trabalho, combate à discriminação e fraudes nas relações laborais,	O controle de convencionalidade é uma ferramenta que permite aos Estados concretizarem a obrigação de garantia dos direitos humanos no âmbito interno, por meio da verificação da conformidade das normas e práticas nacionais com o Direito Internacional dos Direitos Humanos. Esse controle tem aplicação no âmbito nacional e internacional. Portanto, serão abordados: 1- conceito e forma de aplicação do controle de convencionalidade; 2- aplicação do controle de convencionalidade no sistema interamericano de direitos humanos; 3- Controle de convencionalidade aplicado ao direito do trabalho, tais como erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo, proteção meio ambiente do trabalho, combate à discriminação e fraudes nas relações laborais,	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1410	Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos	Empresas e Direitos Humanos: Implementando a Devida Diligência na Gestão do Trabalho. Boas Práticas e Estratégias.	Priorizada	Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	20	Direito do Trabalho	MPT	Capacitar Procuradores e Procuradoras, servidores e servidoras, a identificar, avaliar e mitigar os impactos adversos das atividades empresariais sobre os direitos humanos, promovendo a implementação de processos de devida diligência na gestão do trabalho e adoção de boas práticas e estratégias que assegurem o respeito aos direitos humanos no ambiente interno da atividade empresarial. Aplicar nas investigações a busca pela prevenção e repressão de toda forma de violência no ambiente de trabalho	Empresas e Direitos Humanos- Implementando a devida diligência na gestão do trabalho: boas práticas e estratégias. Este curso tem como foco capacitar os participantes em sede investigatória, a exigirem de empregadores, públicos ou privados, a implementar processos de devida diligência em direitos humanos, com ênfase na gestão do trabalho. O conteúdo aborda tanto aspectos normativos quanto práticos, visando a adoção de boas práticas e estratégias para prevenir, mitigar e remediar impactos adversos relacionados às formas de violência no ambiente laboral, com vistas a sustentabilidade.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1341	Lúisa Nunes de Castro Anabuki	Letramento de Raça com Perspectiva Interseccional	Priorizada	Lúisa Nunes de Castro Anabuki	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	20	Direito do Trabalho	MPF	Desenvolvimento de ações de letramento racial para membras e membros, servidores e servidoras do Ministério Público da União, com recorte especial para o mundo do trabalho.	I - Racismo, discriminação de gênero e Sistema de Justiça – como atuar na defesa dos direitos humanos das populações historicamente vulnerabilizadas no Brasil II - Racismo, Branquitude e patriarcado III - Interseccionalidade de Raça e Gênero IV - Instituições do sistema trabalhista e direito antidiscriminatório V - Trabalho Infantil, Gênero e Raça V - Trabalho escravo e trabalho doméstico: ambiguidade do afeto e o impacto para mulheres negras. VI - Violências no trabalho e temas transversais (homofobia, capacitismo e etarismo): assédio, discriminação, preconceitos e prejuízos à saúde mental e dignidade humana das populações vulnerabilizadas VII - Atuação em comunidades de matriz africana e povos de terreiro	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPT

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1387	SOFIA VILELA DE MORAES E SILVA	LITÍGIO ESTRATÉGICO TRABALHISTA NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	Priorizada	SOFIA VILELA DE MORAES E SILVA	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	16	Cooperação e Relações Internacionais	MPT	Ao final da capacitação, os participantes estarão aptos a identificar um potencial litígio estratégico e possuir noções sobre o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, tais como sua composição, estrutura normativa e funcionamento, além do procedimento a ser adotado internamente para a atuação do Ministério Público do Trabalho perante essa instância internacional.	O curso visa difundir, de forma simples e didática, noções sobre o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, abordando aspectos como sua composição, estrutura normativa e funcionamento, além do procedimento a ser adotado internamente para a atuação do Ministério Público do Trabalho perante essa instância internacional. Além disso, objetiva-se discorrer sobre o mecanismo de verificação da conformidade das normas e práticas nacionais com o Direito Internacional dos Direitos Humanos, o chamado "controle de convencionalidade". Por fim, registre-se a oportuna exposição sobre o litígio estratégico internacional, ferramenta que se utiliza de casos paradigmáticos perante cortes e fóruns de direitos humanos para alcançar mudanças sociais, para além da reparação da vítima e da solução de casos concretos específicos.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1162	Edelamare Barbosa Melo	Direitos Humanos e Fundamentais de Povos Originários e Comunidades Tradicionais. Trabalho tradicional, trabalho digno	Priorizada	Edelamare Barbosa Melo	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	30	Direito do Trabalho	MPT	Capacitar os participantes para compreender, analisar e aplicar os princípios e direitos humanos e fundamentais dos povos originários e comunidades tradicionais no contexto do mundo do trabalho, promovendo a inclusão, respeito à diversidade cultural e a defesa de direitos.	: Este curso oferece uma abordagem abrangente e prática para entender e aplicar os direitos humanos de povos originários e comunidades tradicionais no mundo do trabalho. Explorando tanto os desafios quanto as oportunidades, o curso capacita os participantes a promoverem a inclusão e o respeito à diversidade cultural quanto ao entendimento sobre o que é o trabalho tradicional na transversalidade do mundo do trabalho. Por meios de 5 módulos, a saber: (i) Introdução aos direitos humanos e fundamentais, (ii) Povos Originários e Comunidades Tradicionais, (iii) O trabalho tradicional e o mundo do trabalho: direito ao trabalho digno, (iv) Práticas de Gestão e Responsabilidade Social Corporativa e (v) Advocacia e defesa dos direitos do Trabalho, pretende-se proporcionar uma formação sólida e prática sobre os direitos humanos e fundamentais dos povos originários e comunidades tradicionais no mundo do trabalho.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1334	ELISIANE DOS SANTOS	DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO E ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL	Priorizada	ELISIANE DOS SANTOS	Seminário	Ead Síncrono	4	Direito do Trabalho	MPT	O objetivo geral é sensibilizar os atores do sistema de Justiça para uma análise interseccional de raça e de gênero na perspectiva das violências praticadas contra crianças, adolescentes e jovens, que permeiam o mundo do trabalho, incidindo no cenário atual de trabalho infantil e escravo, bem no trabalho precarizado e genocídio da juventude negra.	Infâncias brasileiras, racismo e colonialidade. Desafios na proteção integral das infâncias e juventudes. O papel do sistema de Justiça. Políticas públicas e educação antirracista no enfrentamento ao trabalho infantil.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1413	LUTIANA N. LORENTZ	Prevenção e Combate à Discriminação LGBTQIAPN+	Priorizada	LUTIANA N. LORENTZ	Seminário	Ead Síncrono	2	Direito do Trabalho	MPT	Usar da transdisciplinaridade para prevenir e combater as discriminações às pessoas LGBTQIAPN+, no ambiente laboral, com exposição e discussão de conteúdos de dimensão teórica e pragmática, visando ao aperfeiçoamento das práticas dialogais entre direito, pedagogia, sociologia e psicologia.	Prevenção, Combate e Punições às Discriminações às pessoas LGBTQIAPN+ através de uso de recursos dialogais entre direito, pedagogia, sociologia e psicologia.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPT

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
970	Gustavo Luís Teixeira das Chagas	Segurança no Trabalho Marítimo e Fluvial: Métodos de Investigação e Atuação	Priorizada	Gustavo Luís Teixeira das Chagas	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Atuação Resolutiva	MPT	O curso tem como objetivo tratar do tema relacionado ao trabalho marítimo e fluvial, permitindo que os participantes compreendam e identifiquem as irregularidades, considerando que muitas dessas irregularidades ocorrem longe dos olhos da sociedade devido à dinâmica e às características desse tipo de trabalho. Pretendemos apresentar os principais instrumentos e métodos de investigação à disposição do MPT e as principais parceiras institucionais que atuam no setor.	14hs às 18hs (1 dias) 1. Introdução ao Trabalho Marítimo e Fluvial (Características e dinâmicas do trabalho marítimo e fluvial. Contexto histórico e atual das atividades no setor. Legislação Aplicável e normas de segurança (NR-29 e outras). Identificação e análise de riscos específicos. Principais irregularidades e suas consequências para os trabalhadores. 08:30 18:00 (2 dia) 2. Técnicas de Investigação e Fiscalização. 3. Métodos e instrumentos de investigação. Estudos de caso: exemplos de irregularidades e como foram abordadas. 4. Colaboração interinstitucional. 5. Reflexão sobre os desafios e perspectivas futuras.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1047	Cirlene Luiza Zimmermann	Notificação, Investigação e Prevenção de Doenças e Acidentes Relacionados ao Trabalho	Priorizada	Cirlene Luiza Zimmermann	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito do Trabalho	MPT	Capacitar membros/as, analistas periciais e servidores/as do MPT para atuação consistente e eficaz: 1) no combate à subnotificação de doenças e acidentes relacionados ao trabalho; 2) na extração e análise de dados necessários à instrução dos inquéritos civis sobre a temática; 3) na exigência de investigações completas de acidentes e agravos que apoiem a definição fundamentada das medidas corretivas e melhores práticas de prevenção; 4) na atuação judicial em matéria de MAT e SST.	O curso visa ao fortalecimento e à consolidação da atuação do MPT na temática de combate à subnotificação de doenças e acidentes relacionados ao trabalho, que é um dos projetos nacionais da Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - Codemat. A regularidade das notificações é premissa para a investigação adequada dos acidentes e das doenças que acometem as pessoas que trabalham. O curso orientará os membros e as membras com atuação nessa temática para realizar a extração e a análise de dados necessários à instrução dos inquéritos civis. Também serão discutidas as exigências técnicas e normativas para a realização de investigações completas de acidentes e agravos que apoiem a definição fundamentada das medidas corretivas e melhores práticas de prevenção. Por fim, será debatido o aprimoramento da atuação judicial em matéria de MAT e SST. Procuradores/as com atuação no GAET/Codemat terão prioridade para realização do curso.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1065	Margaret Matos de Carvalho	Estratégias de Inclusão Socioprodutiva de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis	Priorizada	Margaret Matos de Carvalho - Procuradora Regional do Trabalho	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPT	Desenvolver estratégias de atuação do Ministério Público Brasileiro visando a implementação, nas 03 esferas de Estado, de políticas públicas de inclusão socioprodutiva de catadoras e catadores de materiais recicláveis, de implementação de programas de coleta seletiva e de logística reversa inclusivos.	Conhecer o instrumental normativo (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais disposições legais que exigem políticas públicas de geração de trabalho digno às catadoras e catadores de materiais recicláveis, que devem se organizar em associações e cooperativas, identificando a importância da inclusão social e produtiva dos adultos como estratégia de combate ao trabalho infantil e de promoção do trabalho decente, contribuindo para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030. Analisar a realidade das catadoras e catadores que trabalhavam de forma desorganizada, principalmente no lixões, e passaram a se organizar em associações e cooperativas, com o pagamento do trabalho realizado e contrato assinado com o Município. Identificar a importância do Ministério Público para o asseguramento de melhores condições de trabalho e renda às catadoras e aos catadores de materiais recicláveis.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPT

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1095	Ulisses Dias de Carvalho	Trabalho decente na mineração: desafios da nova NR-22 do MTE	Priorizada	Ulisses Dias de Carvalho	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito do Trabalho	MPT	qualificar a atuação das membras e dos membros do Ministério Público do Trabalho em casos em que envolvam empresas de mineração ou correlatas com foco nas novas regras previstas na NR-22 do Ministério do Trabalho e Emprego sob um viés de respeito dos direitos humanos dos trabalhadores.	1. Trabalho decente na mineração sob a perspectiva constitucional e legal. 2. Importância do tema para o MPT: recorte estatístico. O GT trabalho decente na mineração: trabalho análogo ao de escravo e exploração sexual em empreendimentos minerários. 3. A nova NR-22 do do Ministério do Trabalho e Emprego com foco nas questões que mais aparecem nas investigações abertas contra empresas de mineração: responsabilidades da tomadora de serviço com relação ao meio ambiente de trabalho; medidas de segurança em barragens de rejeitos de mineração; direitos e deveres dos trabalhadores; máquinas, equipamentos e ferramentas, estabilidade dos maciços; atividades em dragas flutuantes; desmonte hidráulico; ventilação em atividades de subsolo; prevenção contra incêndios e explosões acidentais; plano de atendimento de emergências; condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho. 4. Análise de casos concretos e possibilidades de atuação proativa.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1158	MARICI COELHO DE BARROS PEREIRA	CURSO DE CAPACITAÇÃO DE PROCURADORES DO TRABALHO PARA INSPEÇÃO EM UNIDADES PRISIONAIS	Priorizada	HEILER IVENS DE SOUZA NATALI	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito à Saúde e Saúde Pública	MPT	CAPACITAR membros do MPT a realizar inspeções em unidades prisionais de todo o país, com o uso de aplicativo desenvolvido pelo próprio MPT (chamado "Dr. Watson"), especialmente para investigar irregularidades no meio ambiente do trabalho. O mesmo aplicativo será usado, no futuro, para outros tipos de inspeção.	A inspeção em unidades prisionais constitui dever funcional do membro do Ministério Público, independentemente do ramo a que esteja vinculado. Por força da Resolução CNMP n. 56/2010, compete ao membro do MPT realizar inspeção pessoalmente, sozinho ou em conjunto com membros do MPE ou MPF, em matéria de meio ambiente do trabalho, A capacitação prévia , teórica e prática (esta dentro de uma unidade prisional), com uso da ferramenta "Dr. Watson", facilitará enormemente a atuação dos membros do MPT durante após as inspeções. O uso da ferramenta (aplicativo "Dr. Watson") vai gerar automaticamente relatórios de inspeção, requisições de documentos, termos de ajuste de conduta e ações civis públicas.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPT

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1165	Lúisa Carvalho Rodrigues - André Canuto de Figueiredo Lima	ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL	Priorizada	Lúisa Carvalho Rodrigues	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito do Trabalho	MPT	Aperfeiçoar a atuação do Ministério Público da União, especialmente do Ministério Público do Trabalho, no enfrentamento ao trabalho infantil, considerando o cenário atual	<p>1. Cenário atual com relação ao trabalho infantil e seu enfrentamento: dados oficiais atualizados divulgados em dezembro/2023 relacionados à ocorrência do trabalho infantil (PNAD Contínua IBGE 2022); dados de gestão e planejamento estratégico do MPT com relação ao enfrentamento do trabalho infantil; proposições legislativas em tramitação e aprovadas relacionadas ao trabalho infantil; etc.</p> <p>2. Estratégias de atuação em investigações relacionadas ao trabalho infantil: fluxos de identificação e atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil; atuação coordenada e articulada com outros órgãos; diligências possíveis; etc.</p> <p>3. Políticas públicas de enfrentamento ao trabalho infantil</p> <p>4. Questões procedimentais e processuais no enfrentamento ao trabalho infantil: tutela inibitória; tutela reparatória; processos estruturantes; etc.</p> <p>5. Atuação promocional, boas práticas e aprendizagem profissional como estratégias de prevenção e enfrentamento ao trabalho infantil</p>	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1285	Renan Bernardi Kalil	Fraudes nas relações de trabalho: técnicas gerais de investigação	Priorizada	Renan Bernardi Kalil e Priscila Dibi Schvarcz	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito do Trabalho	MPT	Aperfeiçoar a atividade instrutória dos membros do MPT em procedimentos que tenham o intuito de apurar a prática da descaracterização da relação de emprego por meio de cooperativa, pessoa jurídica, estágio, trabalho autônomo, da condição de sócio, dentre outros. O número de procedimentos autuados no MPT com esse tema está aumentando anualmente, bem como as condutas fraudulentas tem adquirido novos contornos, sendo essencial explorar novos horizontes a respeito da forma de realizar investigações.	<p>O número de procedimentos autuados no MPT no tema 3 (fraudes trabalhistas) está aumentando nos últimos anos. Em 2022, houve 23.661 casos relacionados a fraudes. Em 2023, esse número chegou a 24.032. Em 2024, somente até o mês de agosto já foram autuados 20.258. Ainda, deve-se ter em vista o uso de novos formatos adotados por empresas para fraudar a legislação trabalhista, como as plataformas digitais. Para fechar a contextualização do cenário vivenciado em face desse assunto, vivenciamos um momento de instabilidade na jurisprudência do STF, com pouca clareza dos parâmetros adotados para caracterizar o uso desvirtuado de figuras contratuais cíveis para burlar o Direito do Trabalho. Nesse sentido, o curso debaterá técnicas de investigação, com vistas à produção eficaz de provas em investigações, a partir de consultas às ferramentas de investigação disponíveis ao MPT, dados obtidos por meio de convênios e consultas públicas e roteiros de investigação de fraudes.</p>	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPT

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1217	CONALIS - LIA MAGNOLER GUEDES DE AZEVEDO RODRIGUEZ	Liberdade Sindical. Efetivo alcance no Brasil e atuação prática e propositiva da CONALIS.	Priorizada	LIA MAGNOLER GUEDES DE AZEVEDO RODRIGUEZ	Aperfeiçoamento	Híbrido	8	Direito do Trabalho	MPT	O completo entendimento do alcance, exercício e limitações da Liberdade Sindical, inclusive quanto à negociação coletiva, art. 8º/CF e ordem jurídica internacional, é matéria que exige amplos debates e contínua atualização e diálogo social. O debate e as dificuldades práticas adentram o campo de atuação ministerial, razão pela qual a CONALIS conta com projetos estratégicos para estimular e promover maior atenção e reflexão sobre o tema e propõe a presente atividade acadêmica.	LIBERDADE SINDICAL. Atuação estratégica e alinhamento institucional. A atividade visa compartilhar e aprofundar conteúdo e difundir os planos estratégicos e a forma de atuação dialética e propositiva da CONALIS quanto à liberdade sindical, cujos contornos e amplitude, hoje, passam por intensa discussão doutrinária, finalística e jurisprudencial, Tema 935/STF (contribuições sindicais), IRDR 1000907-30.2023.5.00.0000 (recusa arbitrária para a negociação coletiva) e IRDR-1000154-39.2024.5.00.0000 (exercício da oposição). A CONALIS conta com os seguintes projetos estratégicos que serão abordados na atividade: (i) Liberdade Sindical sob a Ótica dos atos Antissindicais, que aborda os atos antissindicais praticados pelo empregador contra a entidade sindical, incluindo o financiamento sindical como fonte de ato antissindical, e; (2) Sindicalismo e Diversidade, que promove o enfrentamento de preconceitos, a pluralidade e o respeito a diversidade no meio sindical.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1223	DANIELLE OLIVARES CORRÊA	Curso - Tutela jurídica dos direitos fundamentais da pessoa com deficiência nas relações de trabalho	Priorizada	Fernanda Barreto Neves	Aperfeiçoamento	Híbrido	12	Direito do Trabalho	MPT	Capacitar membras e membros do MPT para abordagem adequada e aprofundamento na temática afeta aos direitos fundamentais da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, colheita de provas nos inquéritos civis e estratégias processuais na ação civil pública com vistas a instrução probatória eficiente e ao conhecimento de possível Recurso de Revista.	Tutela dos direitos fundamentais da pessoa com deficiência nas relações de trabalho. Instrução de Inquéritos Civis. Litigância estratégica.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.
1085	Leomar Daroncho	Seminário - O Trabalho em Frigoríficos. 12 anos da NR36	Priorizada	Leomar Daroncho	Seminário	Híbrido	12	Direito do Trabalho	MPT	Reunir trabalhadores, sindicalistas, pesquisadores e juristas para apresentar diagnóstico e perspectivas do trabalho no setor de abate processamento da carne, atividade que ocupa diretamente mais de 600 mil trabalhadores, quando a NR36 completa 12 anos, com conquistas, mas com enormes desafios, em razão dos altos índices de acidentes e doenças do trabalho.	O Brasil é um destacado produtor de carne: bovina; suína e de aves; possuindo rebanhos significativos e grandes Plantas de abate e processamento de proteína de origem animal. Todavia, o setor concentra atividades com altos índices de acidentes e doenças do trabalho. Há grande mobilização sindical no segmento, que concentra mais de 600 mil empregos diretos, como ficou demonstrado no evento organizado em parceria com a ESMPU por ocasião dos 10 anos da NR36, no dia 19 de abril de 2023, que reuniu mais de 600 trabalhadores do Brasil inteiro, em Brasília, numa Seminário que reuniu trabalhadores, sindicalistas, advogados, indígenas, pesquisadores, magistrados e procuradores. O Seminário, aberto, representa a oportunidade de dar sequência às discussões preparando, inclusive, temas para a participação nas discussões da COP 30, em novembro de 2025, uma vez que o estado do Pará já responde por um dos maiores rebanhos bovinos do país.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPT

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1404	Piero Rosa Menegazzi	Mudanças climáticas e Desastres Socioambientais: repercussões no mundo do trabalho	Priorizada	Márcia Cristina Kamei López Aliaga	Seminário	Híbrido	16	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPT	Compreender as inter-relações entre as leis, políticas e sistemas de prevenção de acidentes e desastres, com o mundo do trabalho. Estudar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei 12.608/2012), o Sistema Nacional de Defesa Civil (Lei 12340), e suas alterações posteriores, Identificar na Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009) e na Lei nº 14.904/2024 (estabelece as diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima) espaços de atuação do MPT	Os impactos das mudanças climáticas se fazem sentir em toda a sociedade. Os desastres decorrentes dos fenômenos climáticos têm repercutido igualmente em todos os setores. O mundo do trabalho, porém, tem se alheado dessa discussão, que raramente integra a pauta das discussões em sede de acordos ou dissídios coletivos. A execução de planos voltados à adaptação a mudança clima, assim como os planos de mitigação, não podem ser efetivados sem se valer da força de trabalho. Essa porém, vem sendo negligenciada na legislação pertinente à matéria, que pouco se ocupa do trabalhador. Ademais, na ocorrência de desastres que exijam a instauração de estado de calamidade, há dúvidas quanto às repercussões no contrato em curso, na extensão da jornada de trabalho, entre outras implicações. Outrossim, há repercussões na segurança e na saúde da população trabalhadora que, em última instância, é quem atua na proteção da população afetada por desastres. Saber proteger a quem protege é fundamental.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo.

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPDFT

Código	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1437	Hiza Maria Silva Carpina Lima	Orçamento Público	Priorizada	Hiza Maria Silva Carpina Lima	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Democracia, Governança e Estado de Direito	MPDFT	Consolidar e aprofundar o conhecimento sobre orçamento público como instrumento para monitoramento de políticas públicas. A atividade de ensino busca capacitar membros e servidores do Ministério Público em gestão financeira pública, orçamento, alocação de recursos, monitoramento e avaliação de desempenho, como instrumentos aptos a fortalecer a atividade de fiscalização e de acompanhamento das políticas públicas e de garantir transparência e eficiência na gestão de recursos públicos.	A proposta de curso inclui uma abordagem completa sobre os fundamentos do orçamento público e sua importância para a administração pública. Serão discutidos os tipos de orçamento governamental (tradicional e por desempenho), além do "Medium Term Expenditure Framework "(MTEF), abrangendo as etapas do ciclo orçamentário, a participação democrática e a transparência no processo, além de melhores práticas e desafios na gestão orçamentária. Também serão abordadas técnicas de execução orçamentária, princípios de disciplina fiscal, alocação de recursos e monitoramento do desempenho orçamentário, com foco na governança e transparência na gestão financeira pública. Casos reais de sucesso e insucesso serão analisados em oficinas visando a aplicação prática dos conceitos discutidos. A atividade prática permitirá aos participantes identificar desafios específicos relacionados ao orçamento, propor soluções práticas e discutir o aprimoramento da atividade de fiscalização desempenhada pelo MP.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1295	PAOLA LUDUVICE SALOMAO	Revogação de medidas protetivas: Diálogo indireto entre mulheres e promotores de justiça	Priorizada	Paola Ludovice Salomão	Aperfeiçoamento	Híbrido	4	Direito Penal e Processo Penal	MPDFT	Explorar a temática acerca da revogação das medidas protetivas de urgência (MPUs) por mulheres em situação de violência doméstica por meio de duas abordagens diferentes em relação à temática. A primeira, a partir da investigação da repercussão para a atuação dos promotores de justiça e outros profissionais afetos à temática da solicitação de revogação das medidas protetivas. A segunda, com base na análise das motivações elencadas por essas mulheres para revogarem as MPUs.	Disseminar os resultados da pesquisa de mestrado no programa de pós-graduação de psicologia clínica e cultura (Unb), de modo a aprofundar o conhecimento na temática da violência doméstica contra as mulheres a partir da análise do momento processual de revogação das medidas protetivas de urgência, buscando promover a reflexão e aprimoramento da prática laborativa de profissionais que trabalham com mulheres em situação de violência doméstica.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1036	Thiago André Pierobom de Ávila	Os direitos humanos de crianças e adolescentes, à luz dos padrões interamericanos	Priorizada	Thiago André Pierobom de Ávila	Aperfeiçoamento	Presencial	16	Direito Constitucional e Jurisprudência	MPDFT	Proporcionar a profissionais do sistema de justiça brasileiro uma visão sistêmica quanto à jurisprudência do sistema interamericano de direitos humanos em relação aos direitos de crianças e adolescentes, com perspectiva interseccional e intercultural, de forma a fortalecer o controle de convencionalidade na temática.	A relevância do controle de constitucionalidade no sistema de justiça brasileiro Apresentação geral do sistema interamericano de direitos humanos e seus mecanismos Avanços dos padrões interamericanos em matéria de direito da infância e juventude Conceito de acesso à justiça às crianças no SIDH e elementos da reparação integral Enfrentamento às violências contra meninas e adolescentes: a perspectiva interseccional de gênero e infância Impactos do crime organizado nos direitos de crianças e adolescentes Enfrentamento ao trabalho infantil Estudo de casos Perspectivas para o contexto brasileiro	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1037	Thiago André Pierobom de Ávila	Estândares do Sistema Interamericano de Direitos Humanos sobre Pessoas Privadas de Liberdade	Priorizada	Thiago André Pierobom de Ávila	Aperfeiçoamento	Presencial	16	Direito Penal e Processo Penal	MPDFT	Apresentar a profissionais do sistema de justiça brasileiro os principais padrões interamericanos em matéria de pessoas privadas de liberdade	A relevância do controle de constitucionalidade no sistema de justiça brasileiro Apresentação geral do sistema interamericano de direitos humanos e seus mecanismos Avanços dos padrões interamericanos em matéria de direitos de pessoas privadas de liberdade Direitos Humanos das mulheres privadas de liberdade Medidas dirigidas a reduzir o uso da prisão preventiva Diretrizes Interamericanas sobre segurança cidadã Estudo de casos Perspectivas para o contexto brasileiro	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
983	raoni parreira maciel	A Instrução processual nos crimes contra a vida	Priorizada	Raoni Parreira Maciel	Aperfeiçoamento	Presencial	12	Direito Penal e Processo Penal	MPDFT	Apresentar aos assessores de promotorias que atuam em crimes dolosos contra a vida um modelo de análise de inquéritos e processos, diante das peculiaridades que envolvem o processo e julgamento desses crimes. Notadamente por serem decididos por jurados leigos.	O curso irá abordar desde análise de inquéritos como forma de controle externo efetivo da atividade da polícia judiciária até técnicas de redação da denúncia de homicídio consumado e tentado até documentação imprescindível para um bom desempenho na sessão plenária de julgamento. Um período será dedicada à análise de inquéritos, diligências a serem requisitadas e casos de arquivamento; Um período dedicado à redação das denúncias; Um período dedicado à instrução documental dos processos antes da sessão plenária de julgamento.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPDFT

Código	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
982	raoni parreira maciel	Atuação na sessão plenária de julgamento - abordagens	Priorizada	Raoni Parreira Maciel	Aperfeiçoamento	Presencial	12	Direito Penal e Processo Penal	MPDFT	Promover o intercâmbio institucional com promotores que atuam em diferentes realidades nas sessões de julgamento.	Inicialmente, pretendemos que o curso tenha duração de 3 dias, pela manhã, às sextas-feiras. Isso facilita sobremaneira o comparecimento do público alvo. Em casa manhã, um promotor de uma unidade da federação será palestrante. Tratando, sempre, de sua atuação nas sessões plenárias de julgamento. Uma promotora da Bahia irá falar sobre sessões de julgamento com acusado integrante das forças de segurança pública. Um promotor de São Paulo irá falar sobre sessões de julgamento com acusado facionado. Uma promotora do Paraná irá falar sobre sessões de julgamento em feminicídios.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1216	BRUNO ESTEVES TAVORA	Sensoriamento Remoto em Nuvem com GEE: Ferramentas para Investigação Ambiental	Priorizada	Bruno Esteves Távora	Aperfeiçoamento	Ead Assíncrono	6	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPDFT	A ação de treinamento tem como objetivo atualizar membros e servidores sobre as novas tecnologias disponíveis no campo do Sensoriamento Remoto. O uso da tecnologia de sensoriamento remoto em nuvem, utilizando a plataforma Google Earth Engine (GEE), proporciona acesso a bancos de dados de imagens orbitais e ao poder computacional da infraestrutura da Google permitindo uma célere análise da evolução temporal e espacial de distintos alvos de interessa da atuação do parquet em matéria ambiental.	1. Fundamentos de Sensoriamento Remoto: - Conceitos básicos de sensoriamento remoto; - Tipos de dados de sensoriamento remoto; - Natureza da radiação eletromagnética e comportamento espectral de alvos 2. Introdução ao Google Earth Engine (GEE): - Apresentação da plataforma GEE; - Apresentação de alguns bancos de dados nativos da plataforma; - Interface e funcionalidades básicas 3. Manipulação de Dados no GEE - Importação e visualização de dados; - Composição de imagens e índices espectrais - Processamento de imagens e análise temporal 4. Estudo de caso - Desenvolvimento de aplicação para investigação de recuperação de áreas degradadas;	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1213	Fernanda da Cunha Moraes	Bullying sob a perspectiva da instituição de ensino. Prevenção e enfrentamento.	Priorizada	Caroline Resende Araújo Lima	Aperfeiçoamento	Ead Assíncrono	10	Educação, Cultura e Sociedade	MPDFT	Objetivo Geral: Ao final da ação educacional o participante será capaz de contribuir com ações e intervenções para combater o bullying na instituição de ensino, bem como articular a implementação de um programa de combate ao bullying Objetivos Estratégicos: Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes. Crianças e adolescentes protegidos.	1. Legislação aplicada 2. Conceito 2.1. Origem da palavra 2.2. Bullying 2.3. Cyberbullying 3. Características 4. Classificações 5. Personagens e intervenções aplicáveis a cada personagem envolvido no bullying 5.1. Agressor 5.2. Vítima 5.3. Testemunha 6. Efeitos do bullying 7. Consequências 7.1. Responsabilidade civil 7.2. Responsabilidade penal 8. Programa de combate ao bullying 8.1. Fases (diagnose, conscientização, prevenção e combate)	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
956	THIAGO DUARTE MESQUITA	Aperfeiçoamento em Proteção de Dados no Ministério Público: Conformidade e Boas Práticas com a LGPD	Priorizada	Thiago Duarte Mesquita	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	24	Direito Administrativo e Regulatório	MPDFT	Aperfeiçoar membros e servidores do Ministério Público no entendimento aprofundado e aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), com foco nos aspectos mais relevantes para o setor público, além de abordar a Resolução 281 do CNMP, as normas da ANPD e a Lei de Acesso à Informação (LAI), promovendo conformidade e boas práticas no tratamento de dados pessoais.	Módulo 1: Introdução à LGPD no Setor Público (6h/a) Contextualização da LGPD e seus princípios. Bases legais para o tratamento de dados. Tratamento de dados sensíveis e de crianças. Módulo 2: Aplicação Prática da LGPD (4h/a) Módulo 2: Aplicação Prática da LGPD (4h/a) Direitos dos titulares de dados. Responsabilidades dos agentes de tratamento e DPO. Implementação de políticas de governança. Módulo 3: Resolução 281 do CNMP e Diretrizes da ANPD (6h/a) Aplicação da Resolução 281. Medidas de segurança e guias da ANPD. Módulo 4: LAI, Portal da Transparência e Proteção de Dados (4h/a) Transparência versus proteção de dados. Boas práticas no uso do Portal da Transparência. Módulo 5: Casos Práticos no Ministério Público (4h/a) Aperfeiçoamento de políticas de governança. Solução de conflitos entre LAI e LGPD. Conformidade no Portal da Transparência.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1184	Ana Cláudia de Souza Valente	Estratégias de mudanças institucionais por meio da inovação sistêmica de serviços: um olhar para o aprimoramento das práticas de gestão ministeriais	Priorizada	Ana Cláudia de Souza Valente	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	10	Inovação, Tecnologia e Gestão Pública	MPDFT	Descrever tipos de estratégias para diferentes tipos de mudanças institucionais e analisar como os elementos de inovação sistêmica de serviços podem contribuir para o aprimoramento das práticas de gestão ministeriais, numa perspectiva sistêmica.	1. A escola do raciocínio sistêmico e os desafios para governança ministerial. 2. Abordagem da mudança institucional. 2.1 Vertentes de análise. 2.2. tipos de mudança institucional. 2.3 Estratégias de mudanças institucionais. 3. Inovação sistêmica de serviços. 3.1 Contexto normativo nacional. 3.2 Elementos de inovação. 3.3 Abordagem funcional. 4. Proposta de categorias de inovação para gestão do ambiente ministerial.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPDFT

Código	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1183	Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza	Direitos fundamentais da criança e do adolescente à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores (com comentários à Lei n. 14.721/2023)	Priorizada	Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	16	Direito Constitucional e Jurisprudência	MPDFT	Descrever os direitos fundamentais específicos de crianças e adolescentes, mostrando dados estatísticos e as inovações legislativas sobre a temática, assim como conhecer os principais julgados dos Tribunais Superiores atrelados a eles, numa perspectiva crítica.	1. Paradigmas do direito da criança e do adolescente. 2. Dos direitos fundamentais. 2.1 Direito à vida e à saúde e jurisprudências associadas. 2.2. Direito à Liberdade, ao respeito e à dignidade e jurisprudências associadas. 2.3 Direito à convivência familiar e comunitária e jurisprudências associadas. 2.4 Do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer e jurisprudências associadas. 2.5 Do direito à profissionalização e à proteção no trabalho e jurisprudências associadas. 3. Dados relativos aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes: reflexões teóricas e práticas.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1042	Daniela Pereira da Silva	Proteção digital do consumidor	Priorizada	Leonardo Otrera	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	20	Inovação, Tecnologia e Gestão Pública	MPDFT	Capacitar os participantes a compreenderem e aplicarem os princípios e práticas de proteção digital, com foco em direitos do consumidor, segurança online, privacidade de dados, e combate a fraudes, promovendo uma navegação segura e consciente no ambiente digital	Introdução à Proteção Digital do Consumidor Privacidade e Proteção de Dados Pessoais Segurança em Compras Online Reconhecimento e Prevenção de Fraudes Digitais Cibersegurança e Boas Práticas Online Direitos e Deveres do Consumidor Digital	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
957	THIAGO DUARTE MESQUITA	Aperfeiçoamento em LGPD e Resolução 281 do CNMP: Conformidade e Práticas Essenciais para o Ministério Público	Priorizada	Thiago Duarte Mesquita	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	12	Direito Administrativo e Regulatório	MPDFT	Aperfeiçoar membros e servidores do Ministério Público no entendimento e aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e da Resolução 281 do CNMP, com foco em garantir conformidade e boas práticas no tratamento de dados pessoais.	Módulo 1: Fundamentos da LGPD para o Ministério Público (4h/a) Introdução à LGPD: Princípios, objetivos e aplicação no setor público. Bases legais para o tratamento de dados pessoais. Direitos dos titulares de dados. Módulo 2: Resolução 281 do CNMP e sua Aplicação (4h/a) Contextualização da Resolução 281 e seu impacto. Definições e princípios fundamentais. Diretrizes para o tratamento de dados pessoais no Ministério Público. Responsabilidades dos agentes públicos. Medidas de segurança da informação. Módulo 3: Desdobramento e Aplicação Avançada da Resolução 281 (4h/a) Implementação de controles internos. Monitoramento e auditoria da conformidade. Gerenciamento de incidentes de segurança. Desafios e soluções práticas.	Aprovada para oferta em 2025.
SN 14	Polyanna Silveiras de Moraes Dias	População em situação de rua e o papel do Ministério Público no cumprimento da ADPF 976	Priorizada	Polyanna Silveiras de Moraes Dias	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	15	Democracia, Governança e Estado de Direito	MPDFT	O curso tem como objetivo ampliar a compreensão de membros e servidores do Ministério Público brasileiro sobre o fenômeno da população em situação de rua e as políticas públicas voltadas a implementação de seus direitos fundamentais. Dessa forma, provoca debates sobre as possíveis estratégias a serem adotadas na perspectiva de fomento à efetivação das determinações contidas na ADPF 976/DF pelos entes da federação.	<ul style="list-style-type: none"> O fenômeno da população em situação de rua Participação social na construção de políticas públicas: o papel dos movimentos sociais e dos Comitês Intersecretoriais de Acompanhamento e Monitoramento (CIAMP-Rua) Aporofobia: conceito e desafios Direitos fundamentais relacionados às pessoas em situação de rua Política Nacional para pessoas em situação de rua – Decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009. Aspectos específicos da decisão do STF na ADPF 976/DF “Plano Ruas Visíveis - Pelo direito ao futuro da população em situação de rua” Desafios para a atuação resolutiva do Ministério Público na implementação de políticas públicas voltadas a garantia de direitos das pessoas em situação de rua 	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
SN 15	Tiago Dias	Investigação de crimes praticados pela internet	Priorizada	Tiago Dias	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	8	Direito Penal e Processo Penal	MPDFT	Apresentar informações e aspectos práticos sobre a investigação de crimes praticados pela internet	Análise de provas digitais; Fundamentos de Open Source Intelligence - OSINT; Investigação criminal tecnológica; Aspectos práticos da investigação criminal e das fraudes eletrônicas.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1408	Fernanda Rocha Lobato Miguel	Ciclo de palestras e oficinas - Combate ao racismo e ao bullying nas escolas	Priorizada	Fernanda Rocha Lobato Miguel	Seminário	EAD Síncrono	60	Educação, Cultura e Sociedade	MPDFT	Capacitar e orientar pais, responsáveis e profissionais da Educação para (re)agirem em situações de práticas racistas e bullying no ambiente escolar.	Legislação correlata. Direito educacional. Teorias sociológicas, psicológicas e pedagógicas sobre o assunto. Pedagogia Grô. Elaboração de um protocolo de ação por parte das escolas do Distrito Federal.	Aprovada para oferta em 2025.

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPDFT

Código	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1210	DENIO AUGUSTO DE OLIVEIRA MOURA	A participação social na política de mobilidade urbana	Priorizada	Dênio Augusto de Oliveira Moura	Seminário	Híbrido	16	Meio Ambiente e Sustentabilidade	MPDFT	Fomentar a participação social na elaboração, implementação e fiscalização da política nacional e local de mobilidade urbana, conforme assegurado pela Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e preparar os membros e servidores do Ministério Público para atuarem como garantes dessa participação, sob a perspectiva da sustentabilidade socioambiental, da preservação da vida, do direito à cidade e de outros direitos fundamentais relacionados ao tema.	Seminário "A participação social na política de mobilidade urbana". A efetividade da participação social na elaboração, implementação e fiscalização da política de mobilidade urbana, garantida pela Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. O Plano de Mobilidade Urbana como instrumento de efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana. A atuação do Ministério Público como garante da participação social na política de mobilidade urbana, sob a perspectiva da sustentabilidade socioambiental, da preservação da vida, do direito à cidade e de outros direitos fundamentais relacionados ao tema.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1145	ELISIO TEIXEIRA LIMA NETO	Inovações no Direito Civil e seus reflexos na atuação do Ministério Público	Priorizada	Libânio Alves Rodrigues	Seminário	Híbrido	12	Direito Civil e Processo Civil	MPDFT	Atualizar os membros do Ministério Público e promover uma discussão crítica sobre as mudanças promovidas recentemente pelo CNJ sobre a possibilidade de realização de divórcios e inventários extrajudiciais mesmo com a presença de menores.	Discutir os reflexos das alterações promovidas pelo CNJ com a realização de atos notariais nas serventias extrajudiciais que possuem reflexo na atuação do Ministério Público. Refletir sobre as formas efetivas de atuação e fiscalização dos atos notariais quando houver a presença de menores e incapazes. Conhecimento da situação nacional tendo em vista que antes da regulamentação nacional pelo CNJ alguns Tribunais de Justiça já haviam tratado sobre a possibilidade de realização dos atos notariais de divórcio e inventário extrajudiciais mesmo com a presença de menores e incapazes. Conhecer e refletir sobre as experiências estaduais eventualmente existentes. O curso deve resultar em uma reflexão crítica sobre a atuação ministerial como custos legis na área de família e sucessões e as inovações trazidas pelo CNJ.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1096	Verônica Freitas Moura	Noções sobre recursos e ações autônomas de impugnação no processo penal militar (teoria e prática).	Priorizada	Verônica Freitas Moura	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	12	Direito Penal e Processo Penal	MPM	Apresentar os principais aspectos teóricos e práticos relativos aos recursos e ações autônomas de impugnação adotados no processo penal militar.	Teoria geral. Princípios e pressupostos recursais. Efeitos dos recursos. Recursos em espécie: a) Apelação; b) Recurso em sentido estrito; c) Embargos de declaração; d) Embargos Infringentes e de nulidade; e) Recurso Extraordinário; f) Recurso ordinário constitucional em Habeas Corpus; g) Recurso inominado. Correição parcial. Revisão criminal. Habeas corpus.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1092	VINÍCIUS YSCANDAR DE CARVALHO	Pacote Anticrime e processo penal militar	Priorizada	VINÍCIUS YSCANDAR DE CARVALHO	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	16	Direito Penal e Processo Penal	MPM	O curso visa abordar as principais alterações do Pacote Anticrime (Lei n. 13.964/19), explorando especialmente as repercussões dos novos institutos, como cadeia de custódia, juiz das garantias e Acordo de Não Persecução Penal, no Processo Penal Militar.	O Pacote Anticrimes trouxe inúmeras e significativas modificações ao Código de Processo Penal. Embora não tenha disposto expressamente sobre o Processo Penal Militar, a Lei nova (n. 13.964/19) e os seus institutos, como o juiz das garantias, o Acordo de Não Persecução Penal e a cadeia de custódia, certamente impactaram e continuarão a impactar o processo penal castrense (a Súmula n. 18 do STM é um exemplo). Assim, busca-se debater sobre as resistências iniciais, os limites ontológicos e axiológicos.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1252	César Medeiros Cupertino	Sistema de Investigação de Registros Telefônicos e Telemáticos (Sittel) - aspectos conceituais, jurídicos e boas práticas de análise	Priorizada	César Medeiros Cupertino	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	14	Inovação, Tecnologia e Gestão Pública	MPM	Capacitar os participantes a compreenderem as bases conceituais do Sistema de Investigação de Registros Telefônicos e Telemáticos (Sittel), seu arcabouço jurídico, bem como as melhores práticas para a análise de dados recebidos das operadoras de telefonia, visando auxiliar as investigações com a produção de provas robustas e fundamentadas.	I - Introdução ao Sittel: Conceito e histórico do Sittel; Funcionalidades e objetivos do sistema; Marcos legais e normativos; Impacto do Sittel nas investigações II - Aspectos Jurídicos: Garantias constitucionais e legais no contexto do Sittel; Aspectos processuais: requisições, cumprimento de mandados e prazos III: Análise de Dados: Tipos de dados coletados pelo Sittel; Ferramentas e técnicas de análise de dados; Visualização de dados e construção de relatórios; Boas práticas para a interpretação de resultados IV: Casos Práticos: Tipologias e cenários investigativos; Casos práticos; Elaboração de relatórios de análise V: Tendências e Desafios: Novas tecnologias e suas aplicações no Sittel; Desafios futuros e perspectivas para o sistema; Integração do Sittel com outras ferramentas e sistemas	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1409	HELENA MERCÊS CLARET DA MOTA	PERSPECTIVA DE GÊNERO E CONFLITOS ARMADOS	Priorizada	HELENA MERCÊS CLARET DA MOTA	Seminário	Ead Síncrono	6	Democracia, Governança e Estado de Direito	MPM	DE ACORDO COM ESTUDOS, EM UMA SITUAÇÃO DE CONFLITO ARMADO, AS MULHERES E MENINAS SÃO AS PESSOAS MAIS AFETADAS, TANTO AS MULHERES COMBATENTES QUANTO AS MULHERES E MENINAS CIVIS QUE SE ENCONTRAM EM TERRITÓRIO TOMADO POR UM CONFLITO ARMADO. DIANTE DESSE CONTEXTO, A ATIVIDADE PROPOSTA VISA A DISCUSSÃO SOBRE A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA PREVENÇÃO E PROTEÇÃO DAS MULHERES E MENINAS, COMO MECANISMO PARA O AVANÇO NA REDUÇÃO DE DANOS.	IDENTIFICAÇÃO, ESTUDO E APLICAÇÃO DAS REGRAS DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO DAS REGRAS DE RESPEITO, TRATAMENTO NÃO DISCRIMINATÓRIO E PROTEÇÃO CONTRA OFENSAS A HONRA E DIGNIDADE SEXUAL DAS MULHERES. CRIMES DE GUERRA SEXUAIS. JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS. ESTUDO DE CASOS.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo

Planejamento Acadêmico 2025
Propostas MPM

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Deliberação CONAD
1101	CLAUDIA MARCIA RAMALHO MOREIRA LUZ	Prevenção e combate dos crimes de assédio e importunação sexual e outros crimes contra a dignidade sexual nas Forças Armadas	Priorizada	CLAUDIA MARCIA RAMALHO MOREIRA LUZ	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito Penal e Processo Penal	MPM	Ensinar formas de prevenção, a importância do acolhimento das vítimas e da colheita de provas nos crimes de assédio e importunação sexual nas Forças Armadas. Elaboração de Manual de Conduta.	Crimes de assédio e importunação sexual nas Forças Armadas. Formas de prevenção. Combate. Colheita de provas. Acolhimento das vítimas. Consequências psicológicas para vítimas, família e colegas do ambiente de trabalho.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo
1074	Cícero Robson Coimbra Neves	Militar indígena: serviço militar e crimes militares	Priorizada	Cícero Robson Coimbra Neves	Aperfeiçoamento	Híbrido	8	Direito Penal e Processo Penal	MPM	Discutir a situação do indígena incorporado às Forças Armadas, avaliando a necessidade de revisão das normas de regência e a concepção de crimes militares por e contra esse público,	O serviço militar inicial, nos termos constitucionais, é obrigatório nos termos da lei, o que remete o tema para a "Lei do Serviço Militar", de 1964. Por ela, não há especial concepção para os indígenas o que somente se alcança por força de norma afeta às Forças Armadas. Deve-se, assim, discutir o contexto do serviço militar prestado pelo indígena e os reflexos dessa situação no Direito Penal Militar, mormente após a Lei n. 13.491/2017, que permite a configuração de crime militar em tempo de paz, ainda que não tipificado no Código Penal Militar, mas apenas na legislação penal comum.	Aprovada conforme recomendação da Coordenação de Ensino do ramo

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Debeliração CONAD
1174	João Akira Omoto	Uso Estratégico do Direito Internacional dos Direitos Humanos na Atuação do MPU	Priorizado	Paulo Gilberto Cogo Leivas	Aperfeiçoamento	Híbrido	20	Cooperação e Relações Internacionais	ESMPU	O curso tem por objetivo capacitar os participantes a utilizarem de modo estratégico o corpus juris do direito internacional dos direitos humanos como ferramenta na atuação extrajudicial e judicial do Ministério Público da União.	O curso visa aprofundar o conhecimento sobre a aplicabilidade do corpus juris do direito internacional dos direitos humanos no direito interno por meio de aulas expositivas e metodologias ativas, inclusive por meio de estudo de caso envolvendo a atuação do MPU. Serão abordados temas como os sistemas universal e interamericano de direitos humanos, instrumentos normativos e decisões dos mecanismos internacionais de proteção e monitoramento dos direitos humanos, princípios do controle de convencionalidade, litígio estratégico em direitos humanos no direito brasileiro. Será oferecido em EAD de forma síncrona e assíncrona, com um encontro presencial ao final do evento.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1146	Antonio do Passo Cabral	Processo estrutural: como organizar e ajuizar o novo controle de políticas públicas	Priorizado	Antonio do Passo Cabral	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito Constitucional e Jurisprudência	ESMPU	Analisar o precedente do STF que consagrou o processo estrutural no Brasil. Identificar as características deste tipo de conflito e as técnicas processuais contemporâneas para gerir as investigações e processos judiciais de controle de políticas públicas. Mostrar como conduzir o processo como estrutural desde o inquérito civil, passando pela petição inicial, identificação das provas, participação dos interessados e envolvidos, até o cumprimento da sentença ou acordo.	Processo estrutural e controle de políticas públicas: principais características. Técnicas processuais previstas na legislação para a condução do processo estrutural. Investigação estrutural. Postulação: petição inicial em processo estrutural. Indicação de provas. Participação dos envolvidos e interessados: novas formas de interação e intervenção em processo administrativo e judicial. Case management. Cooperação judiciária e interinstitucional: cooperação com o Ministério Público e entidades e instituições externas. Delegação de competências. Reunião e centralização de processos. Negociações de acordos em litígios estruturais. Cumprimento de sentença e execução de acordos em processo estrutural. Infraestruturas específicas para solução do processo estrutural.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1113	MANOEL JORGE E SILVA NETO	EXAME COMPARATIVO DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO BRASIL E NA FRANÇA	Priorizado	MANOEL JORGE E SILVA NETO	Aperfeiçoamento	Híbrido	16	Direito Constitucional e Jurisprudência	ESMPU	O propósito se prende à necessidade de conhecimento acerca do modo como se opera a proteção dos direitos fundamentais na França e quais os instrumentos normativos mais relevantes destinados a efetivar a indigitada tutela. Esse exame comparativo é muito importante para a proteção dos direitos fundamentais no Brasil porque a casuística francesa em tema de proteção aos direitos individuais é extremamente rica.	Direitos Fundamentais. Proteção no Brasil e na França. Controle de constitucionalidade e proteção aos direitos fundamentais	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Debeliração CONAD
1321	PRISCILA PINHEIRO DE CARVALHO	I CURSO DE FORMAÇÃO PRÁTICA PARA FACILITADORES em JUSTIÇA RESTAURATIVA da ESMPU	Priorizado	PRISCILA PINHEIRO DE CARVALHO	Aperfeiçoamento	Híbrido	20	Atuação Resolutiva	ESMPU	Fornecer formação prática voltada à capacitação de facilitadores em Justiça Restaurativa, à luz do Plano Pedagógico Mínimo Orientador para Formações em Justiça Restaurativa do CNJ.	Círculos de Construção de Paz, processos circulares, encontros vítima-ofensor, conferências familiares. Introdução. Fundamentos teóricos e pressupostos centrais. Elementos estruturais. Papel do facilitador/guardião. Tipos e possibilidades de aplicação. Planejamento e organização do círculo de construção de paz/processo circular. Facilitação de círculos de construção de paz/processos circulares pelos participantes. Vivências, simulações e estudos de caso.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1261	Dr. João Akira Omoto	CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE E ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DO MPU NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS – Módulos regionais	Priorizado	Paulo Gilberto Cogo Leivas	Aperfeiçoamento	Híbrido	8	Cooperação e Relações Internacionais	ESMPU	Refletir e debater sobre as necessidades e possibilidades de atuação estratégica do Ministério Público em Direitos Humanos por meio do controle de convencionalidade tendo por base o corpus juris do direito internacional dos direitos humanos considerando-se as peculiaridades locais da Sexta Região.	MÓDULO INTRODUTÓRIO: SISTEMA UNIVERSAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE E O CORPUS JURIS INTERNACIONAL. BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE. USO ESTRATÉGICO DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS NA ATUAÇÃO DO MPU NA SEXTA REGIÃO.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
965	Manoel Jorge e Silva Neto	Fundamentos da Constituição Econômica	Priorizado	Manoel Jorge e Silva Neto	Aperfeiçoamento	Presencial	4	Direito Constitucional e Jurisprudência	ESMPU	O objetivo geral do curso se prende à tentativa de consolidar a ideia de que existe uma constituição da ordem econômica, que possui institutos específicos e fortíssima conexão com a Economia, razão por que os juristas necessitam compreender adequadamente as prescrições constitucionais respectivas, tudo com o propósito de realização de hermenêutica constitucional minimamente adequada.	Ordem Econômica. Princípios gerais da atividade econômica. Intervenção do estado no domínio econômico	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Debeliração CONAD
1267	Dr. João Akira Omoto	ASPECTOS PRÁTICOS DA ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DO MPU NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS COM BASE NO DIDH: – Módulos regionais	Priorizado	Lucas Daniel Chaves de Freitas	Aperfeiçoamento	Híbrido	8	Cooperação e Relações Internacionais	ESMPU	Refletir e debater sobre possibilidades de atuação estratégica do Ministério Público em Direitos Humanos tendo por base a integralidade do corpus juris internacional sobre a matéria, em uma perspectiva prática, apresentando o sistema interamericano de proteção, as possibilidades de pesquisa em fontes normativas e jurisprudenciais, propondo aplicações práticas nas diversas dimensões da atuação ministerial, de modo conjunto a aspectos processuais e materiais de direito interno.	MÓDULO INTRODUTÓRIO: SISTEMA INTERAMERICANO NA PERSPECTIVA DAS DEMANDAS DA SEXTA REGIÃO. A COMISSÃO E A CORTE INTERAMERICANA. CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE E CORPUS IURIS INTERNACIONAL. COMO PESQUISAR O CONTEÚDO DOS ESTÂNDARES INTERAMERICANOS PARA AS DEMANDAS. DIREITO A DEFENDER DIREITOS NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1107	ELAINE MARIA PENA DOS SANTOS ROCHA	Curso novidades legislativas sobre Inteligência Artificial no MPU.	Priorizado	Elaine Maria Pena dos Santos Rocha	Aperfeiçoamento	Híbrido	8	Inovação, Tecnologia e Gestão Pública	ESMPU	Capacitar membros e servidores sobre novidades legislativas no uso da Inteligência Artificial (IA) no âmbito do Ministério Público da União.	Novidades legislativas no uso da Inteligência Artificial. Principais desafios de implantação da IA. Tendências jurisprudenciais e práticas relacionados ao uso da IA na administração pública. Discutir boas práticas do uso da IA voltados para o MPU.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1117	MANOEL JORGE E SILVA NETO	INTERPRETAÇÃO E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	Priorizado	MANOEL JORGE E SILVA NETO	Aperfeiçoamento	Híbrido	8	Direito Constitucional e Jurisprudência	ESMPU	Sabe-se muito bem a respeito da generalizada dificuldade de os operadores do direito de entenderem como se processa a interpretação e a aplicabilidade das normas constitucionais. E sabe-se também que as referidas interpretação e aplicabilidade são conformadas por especificidade em razão de a constituição figurar no ápice do ordenamento positivo estatal. Portanto, muitíssimo relevante a atividade para membros e servidores do MPU para o fim de realizar a constituição no trabalho diário.	Interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais. Princípios de interpretação constitucional. Eficácia das normas constitucionais. Exame das normas em espécie	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Debeliração CONAD
1181	Afonso de Paula Pinheiro Rocha	Responsabilidade civil contemporânea nas cadeias de suprimento públicas e privadas em face de violação a direitos humanos	Priorizado	Afonso de Paula Pinheiro Rocha	Aperfeiçoamento	Híbrido	8	Direito Administrativo e Regulatório	ESMPU	Capacitar membros do Ministério Público da União (MPU) para identificar, prevenir e agir em casos de responsabilidade civil nas cadeias de suprimento públicas e privadas, com foco nas violações de direitos humanos, abordando os princípios, a legislação contemporânea e as melhores práticas para a promoção de um ambiente de negócios ético e justo.	Princípios e fundamentos da responsabilidade civil contemporânea. Análise jurídica das cadeias de suprimento públicas e privadas e o seu impacto na proteção dos direitos humanos. Legislação nacional e internacional sobre responsabilidade social corporativa e due diligence em direitos humanos. Mecanismos de prevenção e mitigação de riscos de violações de direitos humanos nas cadeias de suprimento. Atuação do Ministério Público da União na promoção de práticas empresariais responsáveis e no combate a violações de direitos humanos em contextos de terceirização e contratação pública. Estudos de casos emblemáticos de responsabilização civil por violações de direitos humanos em cadeias de suprimento. Estratégias de atuação conjunta e integrada dos ramos do MPU.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1008	Alexandre Senra	Q&A: Bitcoin, Criptoativos e Blockchain para o MPU	Priorizado	Alexandre Senra	Aperfeiçoamento	Síncrono e Assíncrono	2	Direito Penal e Processo Penal	ESMPU	Responder às dúvidas dos alunos de turmas recorrentes da atividade EAD assíncrona "Bitcoin, Criptoativos e Blockchain para o MP", que a tenham concluído.	Moeda e Bitcoin. Criptoativos e Blockchain. Persecução patrimonial e Rastreio onchain.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1268	Dr. Carlos Bruno Ferreira da Silva	Eficácia do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no Brasil: o papel do MPU no Controle de Convencionalidade	Priorizado	Helena Mercês Claret Da Mota	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	12	Cooperação e Relações Internacionais	ESMPU	O Curso visa ao aprofundamento da temática proposta em Seminário, abrangendo a difusão dos instrumentos internacionais para promoção defesa dos Direitos Humanos no Brasil. Isto é, ampliar a compreensão da dinâmica de funcionamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e sua aplicabilidade (prática) no ordenamento nacional, por meio dos Controles de Convencionalidade, a partir da análise de casos.	Aprofundar o conhecimento sobre a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos com seus mecanismos de ajuste, incluindo os efeitos das decisões de seus órgãos em relação ao sistema de justiça interno. A partir de casos concretos, refletir sobre as relações práticas entre ordenamentos jurídicos internos e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o papel dos quatro ramos do MPU dentro da sistemática do controle de convencionalidade no Brasil.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Debeliração CONAD
1416	Jorge Augusto Caetano de Farias	Direito e Processo Disciplinar aplicado ao MPU	Priorizado	Jorge Augusto Caetano de Farias	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	20	Direito Administrativo e Regulatório	ESMPU	Permitir aos membros e servidores do MPU um conhecimento mais abrangente e atualizado acerca da matéria disciplinar (infrações, penalidades, procedimentos), seja para a prevenção da ocorrência de ilícitos desse jaez, seja para subsidiar o exercício da persecução disciplinar de forma escoreita e alinhada aos ditames do CNMP.	I- Introdução ao Direito Administrativo Disciplinar: a) Delimitação do Direito Administrativo Disciplinar no Direito Administrativo; b) Princípios constitucionais aplicados ao Direito Administrativo Disciplinar; c) Direito Administrativo Disciplinar e sua proximidade ao Direito Penal e Processual Penal; d) Princípios penais e processuais penais aplicáveis ao Direito Administrativo Disciplinar; II - Direito Administrativo Disciplinar e o servidor do MPU: a) Configuração da transgressão disciplinar; b) Processamento da transgressão disciplinar; c) Sanções disciplinares; d) Atribuição e competência para o processo administrativo e a aplicação das sanções. e) Jurisprudência aplicável. III - Direito Administrativo Disciplinar e o Membro do MPU: a) Configuração da transgressão disciplinar; b) Processamento da transgressão disciplinar; c) Sanções disciplinares; d) Peculiaridades da perda do cargo do Membro do MPU; e) Jurisprudência aplicável.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1401	Alexandre Schneider	Análise comportamental do direito	Priorizado	Alexandre Schneider	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	16	Educação, Cultura e Sociedade	ESMPU	Estimular os Membros a utilizarem ferramental de aplicação do direito que toma em consideração a psicologia comportamental na seleção de atitudes e tomada de decisões pelos indivíduos em sociedade.	Psicologia comportamental. Seleção de comportamentos, decisões e atitudes pelo indivíduo. Estímulos e freios. Análise comportamental da norma jurídica. Interpretação e aplicação do direito conforme a maximização de efeitos positivos.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1136	LEONARDO ANDRADE MACEDO	Inteligência Artificial aplicada ao Direito	Priorizado	LEONARDO ANDRADE MACEDO	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	20	Inovação, Tecnologia e Gestão Pública	ESMPU	Capacitar os membros e/ou servidores do MPU a compreender e aplicar os conceitos de Inteligência Artificial no Direito, desde fundamentos de programação até técnicas de jurimetria, abordando os desafios jurídicos relacionados a essa tarefa, como transparência e viés, além das vantagens e riscos de se utilizar modelos de linguagem como ChatGPT e assemelhados.	1. Conceitos fundamentais da inteligência artificial 2. Noções de programação na prática 3. Introdução à inteligência artificial no Direito 4. Algumas técnicas de tratamento de dados 5. Formas de visualização dos dados 6. Usos da jurimetria na esfera pública 7. Governança Institucional da IA 8. Introdução à Teoria do Machine Learning 9. Desafios Jurídicos da IA: Transparência, viés e accountability 10. Regulação da inteligência artificial: análise comparada Brasil e União Europeia 11. Programando sua Própria IA: pontos de partida 12. Regimes de responsabilidade civil por falha em modelos de IA e avaliação baseada em análise de riscos 13. Dicas de uso e limites dos Large Language Models (LLMs), como ChatGPT e assemelhados	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Debeliração CONAD
1328	Gattiênio da Cruz Paulino	Compliance na Administração Pública	Priorizado	Gattiênio da Cruz Paulino	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	4	Democracia, Governança e Estado de Direito	ESMPU	Promover o estudo do compliance no âmbito da Administração Pública, proporcionando um estudo que exponha as melhorias de governança interna no âmbito público e a repercussão em outras esferas, como a criminal.	Compliance. Aspectos Gerais. Base normativa. Compliance internacional e investigações internas. Planos de integridade da Administração Pública. Compliance na Administração Pública. Repercussão criminal.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1240	Thales Messias Pires Cardoso (MPF)	O USO DA PROVA GENÉTICA PARA A PERSECUÇÃO PENAL E OUTROS FINS FORENSES: PERSPECTIVAS JURÍDICAS E CIENTÍFICAS.	Priorizado	Thales Messias Pires Cardoso (MPF)	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	8	Direito Penal e Processo Penal	ESMPU	Capacitação de membros e servidores do MPU sobre a identificação por meio de perfis genéticos no âmbito forense, especialmente para a apuração de crimes, abordando-se aspectos jurídicos e científicos, os últimos com foco nas necessidades dos operadores do Direito.	Fundamentos de ciências forenses aplicados à prova genética. Procedimentos técnicos e coleta de amostras biológicas em local de crime e para fins de referência. Etapas técnicas dos exames de genética forense: amostragem, extração, amplificação, quantificação, eletroforese e interpretação dos resultados. Funcionamento dos bancos de perfis genéticos e a estrutura da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG) no Brasil. Laudo de perícia criminal na área de genética forense: aspectos práticos e interpretativos. Os direitos fundamentais como limite à identificação por perfis genéticos: Direito comparado e Direito brasileiro. Legislação sobre a coleta de amostras biológicas, em local de crime e de investigados e condenados. Alterações da Lei nº 13.964/2019. Jurisprudência atual. Boas práticas. Cooperação internacional em matéria de prova genética.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1237	ricardo wittler contardo	FERRAMENTAS E TÉCNICAS DE PESQUISA PATRIMONIAL	Priorizado	Ricardo wittler contardo	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	12	Direito Civil e Processo Civil	ESMPU	Capacitar os alunos na investigação patrimonial e nas técnicas de recuperação de ativos, inclusive com emprego de cautelares patrimoniais.	Sistema Financeiro Nacional. Funcionamento e uso do Cadastro de Clientes. Bloqueios de ativos financeiros. Alcance. Uso para comunicar/receber ordens de afastamento de sigilo. Técnicas (principais) para ocultação de operações com ativos financeiros e burla às ordens de bloqueios. Sistema Brasileiro de Pagamentos - como funciona. Contas de pagamentos e suas movimentações. Rastreabilidade. Uso para rápida movimentação de ativos financeiros. Volumes financeiros movimentados. Extratos de contas de pagamentos por requisição direta e via SIMBA. Bloqueios de moedas eletrônicas. Criptomoedas e sistemas de bloqueios do Judiciário. Identificação de operações com criptoativos. IN 1888-2019, da RFB. Ativos financeiros compostos. Fundos de investimento, factorings, financeiras. Ocultação de ativos em sistemas compostos. Identificação e bloqueios. Dados fiscais importantes para cautelares patrimoniais. (DOI, DIMOB, CNIB, Dossiê Integrado, RIF do COAF, declarações de rendas, e-financeira)	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Debeliração CONAD
999	Marco Otavio Almeida Mazzoni	ChatGPT – Funcionalidades para o desempenho do Ministério Público – Do básico ao avançado.	Priorizado	Marco Otavio Almeida Mazzoni	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	12	Inovação, Tecnologia e Gestão Pública	ESMPU	Proporcionar aos alunos o conhecimento e as habilidades práticas necessárias para trabalhar com IA Generativa e ChatGPT.	O curso abordará os princípios e práticas de IA Generativa utilizando ChatGPT Plus. Os tópicos incluem introdução à IA Generativa, conceitos básicos e avançados, uso de plugins, Advanced Data Analysis, multimodalidade e um mini-projeto de criação de um GPT especializado.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1269	Dra. Helena Mercês Claret Da Mota	Corte Interamericana de Direitos Humanos: instrumentos internacionais para a promoção da defesa dos Direitos Humanos no Brasil	Priorizado	Carlos Bruno Ferreira da Silva	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	12	Cooperação e Relações Internacionais	ESMPU	O Curso visa ao aprofundamento do Seminário proposto que tem por objetivo conhecer a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos em seu aspecto prático, compreender como o sistema internacional dos direitos humanos pode/deve contribuir para o princípio da não repetição, de modo a evitar a reincidência de violações de direitos humanos no Brasil.	Aprofundar o conhecimento sobre a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e refletir sobre as relações práticas entre ordenamentos jurídicos internos e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Entre os temas a serem abordados: (i) Insuficiência da proteção da vítima na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Especial atenção para a situação de gênero. Estudo dos casos Ximenes Lopes v. Brasil e Barbosa de Souza e outros v. Brasil; (ii) Normas Ambientais no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Estudo do caso La Oroya v. Peru.; (iii) Caso Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e Seus Familiares Vs. Brasil: lições aprendidas e medidas de não repetição e, (iv) Direito à Verdade nas Américas: Caso Collen Leite e outras Vs. Brasil.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1045	maria aparecida gugel	A AUTOCOMPOSIÇÃO EM GERAL E O INSTITUTO DA MEDIAÇÃO COMO SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVERSIAS	Priorizado	Maria Aparecida Gugel (MPT)	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	12	Direito do Trabalho	ESMPU	PROMOVER O CONHECIMENTO DA AUTOCOMPOSIÇÃO APLICADA PARA A SOLUÇÃO DE CONTROVERSIAS, EM ESPECIAL EM RELAÇÃO AO INSTITUTO DA MEDIAÇÃO QUE EXIGE PREPARO DO(A) MEDIADOR(A) COM TÉCNICAS E FERRAMENTAS ADEQUADAS.	VISÃO GERAL DA AUTOCOMPOSIÇÃO. O INSTITUTO DA MEDIAÇÃO NA SOLUÇÃO DE CONTROVERSIAS. MODELOS DE MEDIAÇÃO. TÉCNICAS E FERRAMENTAS. FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO. RESOLUÇÃO CNMP 118/2014; RESOLUÇÃO CSMPT 157/2019, ATUALIZADA pela RESOLUÇÃO 213/2023; LEI 13.140/2015; no §3º, Art. 3º, § 3º, DO CPC; CR/1988. IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE AUTOCOMPOSIÇÃO INSTITUÍDA PELO CNMP RESOLUÇÃO 118/2014 E POLÍTICA DE INCENTIVO A AUTOCOMPOSIÇÃO DO CSMPT RESOLUÇÃO 157/2019. LEI 13.140/2015; no §3º, Art. 3º, § 3º, DO CPC; CR/1988.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Debeliração CONAD
1316	Nathalia mariel	Direito antidiscriminatório e o papel do MPU	Priorizado	Nathalia mariel Ferreira de Souza Pereira	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	12	Direito Constitucional e Jurisprudência	ESMPU	Capacitar os membros e servidores do MPU sobre os conceitos e o papel do direito antidiscriminatório em nosso ordenamento.	Direito antidiscriminatório. Conceito, objetivos e finalidades. Abordagem constitucional e abordagem internacional. Gênero. Raça. População LGBTQIA+. Idosos.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
998	Marco Otavio Almeida Mazzoni	Neurociência e Direito: introdução aos novos instrumentos na atuação do Ministério Público.	Priorizado	Marco Otavio Almeida Mazzoni	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	8	Inovação, Tecnologia e Gestão Pública	ESMPU	O curso pretende apresentar o que é a Neurociência aplicada ao Direito (Neurolaw), suas bases fundamentais, campos de estudo, instrumentos e o potencial de aplicações práticas para otimizar a atividade ministerial.	Neurociência & Direito (NeuroLaw) - Introdução - Emoções e memórias - A reação ao não-humano: pessoas jurídicas e inteligência artificial. A relação dos julgamentos morais - O juízo criminal. Por que punimos? Otimização da reação penal - Estado de Direito e Democracia: o Institucionalismo Discursivo sob o impulso neurocientífico.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1100	Fabiana Keylla Schneider	Por um letramento antirracista	Priorizado	Fabiana Keylla Schneider	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	3	Educação, Cultura e Sociedade	ESMPU	Conduzir o público a reflexões sobre o conceito de branquitude, enquanto categoria de negação da condição de "colonizador", para formação de um letramento antirracista que aprimorem o vocabulário e a atuação jurídica nas mais diversas vertentes, principalmente quanto à consciência de um racismo estrutural vigente que se retroalimenta por meio da própria atuação jurídica. Ao mesmo tempo, analisar as consequências sociais geradas pela herança colonial e séculos de escravidão.	#REF!	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Debeliração CONAD
1178	Afonso de Paula Pinheiro Rocha	Processos Estruturais e atuação do Ministério Público da União	Priorizado	Afonso de Paula Pinheiro Rocha	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	8	Atuação Resolutiva	ESMPU	Capacitar membros do Ministério Público da União (MPU) para a compreensão e aplicação de processos estruturais, abordando suas características, diferenças em relação aos processos tradicionais, e a importância da atuação resolutiva e integrada em situações que demandam a tutela coletiva de direitos, especialmente à luz das recentes propostas de resolução do CNMP para a atuação estrutural dos MPs brasileiros.	O conceito de processo estrutural e suas características distintivas em relação aos processos tradicionais. Histórico e fundamentos teóricos dos processos estruturais. Aplicação dos processos estruturais nas relações privadas e suas implicações jurídicas. Medidas de atuação resolutiva e seus reflexos práticos para os ramos do Ministério Público da União. Estudo de casos emblemáticos envolvendo processos estruturais e atuação do MPU. Propostas recentes de resolução do CNMP para a atuação integrada e estrutural dos Ministérios Públicos brasileiros. Estratégias para fortalecimento da atuação estrutural em defesa dos direitos coletivos.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1140	LEONARDO ANDRADE MACEDO	Desafios à atuação do MPU diante das novas tecnologias	Priorizado	LEONARDO ANDRADE MACEDO	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	10	Inovação, Tecnologia e Gestão Pública	ESMPU	Capacitar os membros e/ou servidores do MPU para enfrentar os desafios impostos pelas novas tecnologias, no contexto das atividades finalísticas do Ministério Público, por meio da compreensão dos marcos regulatórios e dos dilemas ético-jurídicos criados ou ampliados pelas novas tecnologias.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desafios ao Estado brasileiro face à mudança tecnológica 2. Como a internet funciona: Dos RFCs ao 5G 3. 10 anos do Marco Civil da Internet: o que deu certo e o que ainda precisa melhorar 4. Futuro da proteção de dados pessoais: atuação da ANPD e do Ministério Público 5. Dilemas éticos e jurídicos da inteligência artificial 6. Cibersegurança num mundo cada vez mais digital 7. Accountability pública, governança e novas tecnologias 8. Governo digital, autosserviço e dados abertos 9. Governo como plataforma e dever de transparência ativa 10. Direito médico, novas tecnologias e setor público 	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
966	Manoel Jorge e Silva Neto	Aspectos Controvertidos do Direito Fundamental à Liberdade Religiosa	Priorizado	Manoel Jorge e Silva Neto	Aperfeiçoamento	Híbrido	4	Direito Constitucional e Jurisprudência	ESMPU	Decerto a liberdade religiosa é um direito fundamental controvertido por excelência. Contudo, tais controvérsias não são muito compreendidas pelos diversos agentes que se ocupam diuturnamente com as questões mais graves acerca de ofensa aos direitos fundamentais. Assim, o curso pretende apresentar as situações de ordem prática mais tormentosas e que exigem maior descortino, sobriedade e conhecimento técnico de membros e servidores do Ministério Público da União.	Direitos Fundamentais. Liberdade Religiosa. Direitos culturais e liberdade religiosa. Transfusão de sangue. Organizações de tendência e contratação de trabalhadores. O princípio da reversibilidade da opção é o direito humano à liberdade de religião.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Debeliração CONAD
1291	André Luiz Porreca Ferreira Cunha	Antígona de Sófocles - Reflexões sobre Justiça, Direito e Sociedade.	Priorizado	André Luiz Porreca Ferreira Cunha	Aperfeiçoamento	Ead Síncrono	6	Educação, Cultura e Sociedade	ESMPU	Este curso de aperfeiçoamento propõe um estudo profundo e interdisciplinar da tragédia "Antígona" de Sófocles, utilizando uma abordagem que abrange e conclama o público à crítica literária, à reflexão filosófica, jurídica e ao exercício do pensamento crítico. A partir de uma contextualização histórica e literária, a proposta pedagógica visa não apenas a leitura e interpretação da obra, mas também a reflexão sobre seus significados e a aplicação de seus conceitos aos dilemas contemporâneos.	O curso "Antígona de Sófocles - Reflexões sobre Justiça, Direito e Sociedade" propõe um estudo aprofundado da tragédia grega para explorar temas atemporais como moralidade, direito e poder. Destinado a membros e servidores do MPU, estagiários e público externo, o curso se desenvolve em 6 horas-aula, em modalidade síncrona, permitindo ampla participação dos alunos em debates e reflexões. Através de uma abordagem interdisciplinar, o curso contextualiza Sófocles e o teatro grego, analisa a obra "Antígona" dentro da trilogia tebana, e discute suas implicações para a filosofia do direito e dilemas contemporâneos, como o conflito entre dever cívico e valores pessoais. Com metodologia interativa e crítica, o curso visa proporcionar uma compreensão profunda da obra e seu impacto na análise de questões jurídicas e éticas atuais.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1380	Gisele Elias de Lima Porto Leite	O capital psicológico positivo como ferramenta de promoção da saúde mental e do bem-estar no trabalho. Teoria e Prática	Priorizado	Gisele Porto	Aperfeiçoamento	EAD Síncrono	18	Direito à Saúde e Saúde Pública	ESMPU	Apresentar os componentes externos e internos do bem-estar e do adoecimento no trabalho e os elementos do capital psicológico positivo como ferramenta para identificação dos gatilhos geradores de conflitos, bem como para desenvolver estratégias de gestão dos conflitos e estimulação o desenvolvimento funcional, da liderança positiva e do alcance de resultados almejados para a organização, priorizando a saúde e o bem-estar individual e organizacional.	Lei 14.831/24.o. Capital psicológico positivo como ferramenta de promoção da saúde mental e do bem-estar no trabalho. Autoconhecimento. Identificação e Estratégias de gestão dos conflitos. Liderança positiva.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1196	MANOEL JORGE E SILVA NETO	Novas Teses de Direitos Sociais	Priorizado	Manoel Jorge e Silva Neto	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	4	Direito Constitucional e Jurisprudência	ESMPU	REFLETIR CRITICAMENTE SOBRE OS PRESSUPOSTOS, A NATUREZA E A FINALIDADE DO REGIME DOS DIREITOS SOCIAIS, DENTRO DO CONTEXTO INSTITUCIONAL DO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO.	Direitos Sociais. Constituição de 1988. Novas Teses. Efetividade dos direitos sociais	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Debeliração CONAD
1035	Thiago André Pierobom de Ávila	Acesso à justiça com perspectiva de gênero a partir dos padrões do sistema interamericano de direitos humanos	Priorizado	Thiago André Pierobom de Ávila	Aperfeiçoamento	Ead Assíncrono	30	Democracia, Governança e Estado de Direito	ESMPU	Proporcionar a profissionais do sistema de justiça brasileiro informação sobre os padrões interamericanos de direitos humanos relevantes para o acesso à justiça com perspectiva de gênero	A relevância do controle de constitucionalidade no sistema de justiça brasileiro Avanços dos padrões Interamericanos em matéria de acesso à justiça Apresentação geral do sistema interamericano de direitos humanos e seus mecanismos Relatórios da Comunicados da Comissão IDH em tema de direitos das mulheres Conceito de acesso à justiça às mulheres no SIDH e elementos da reparação integral Estudo de casos Acesso à justiça às mulheres de iure e de facto: aspectos normativos, institucionais e de cultura organizacional na jurisprudência do SIDH Perspectivas para o contexto brasileiro	Aprovada conforme considera�es da Diretora-Geral
1153	Edelamare Barbosa Melo	Atua�o do MP e Judiciário junto aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais: Legisla�o, ferramentas e mecanismos de execu�o laborat em territórios.	Priorizado	Andréa Valentim Alves Ferreira	Aperfeiçoamento	Ead Assíncrono	30	Direito Constitucional e Jurisprudência	ESMPU	O objetivo geral deste curso � capacitar os participantes a compreender e aplicar a legisla�o pertinente e os mecanismos de execu�o relacionados � atua�o do Ministério Público e do Judiciário junto aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais, explorando as ferramentas e práticas específicas para garantir a efetiva prote�o dos direitos desses povos, promovendo uma atua�o eficaz e alinhada com as diretrizes legais estabelecidas.	A forma�o visa capacitar os participantes na compreensão e aplica�o das legisla�es e mecanismos relacionados � atua�o do Ministério Público e do Judiciário junto aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais. A forma�o abordará as ferramentas e práticas específicas necessárias para garantir a prote�o efetiva dos direitos desses grupos, promovendo uma atua�o institucional eficaz e em conformidade com as diretrizes legais estabelecidas. O curso integrar� teoria e prática para preparar os participantes a atuar de maneira alinhada às normas e regulamenta�es vigentes. Diante disso, serão abordados conteúdos, como: (i) Quem são os Povos e Comunidades Tradicionais e Originárias, (ii) Legisla�o Pertinente e Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais, (iii) Diretrizes Legais e Atua�o Institucional, (iv) Público, (v) Ferramentas e Práticas para Prote�o dos Direitos - Plataforma de Territórios Tradicionais e (vi) Atua�o Internacional: OEA, CIDH.	Aprovada conforme considera�es da Diretora-Geral
1120	MANOEL JORGE E SILVA NETO	ASPECTOS RELEVANTES DO PROCESSO LEGISLATIVO BRASILEIRO	Priorizado	MANOEL JORGE E SILVA NETO	Aperfeiçoamento	Ead Assíncrono	4	Direito Constitucional e Jurisprudência	ESMPU	Não � possível adequadamente reconhecer a inconstitucionalidade formal das leis e atos do Poder Público no Brasil sem realizar o imprescindível estudo das normas constitucionais que regem o processo legislativo brasileiro. Adicione-se também o fato de que o tema � estudado de modo bastante superficial no âmbito dos cursos de gradua�o, com o que não se possibilita o consistente conhecimento acerca de assunto tão importante para o direito público no Brasil.	Processo Legistivo: Conceito e natureza jurídica. Espécies de processo legislativo. O rito no processo ordinário. O rito no processo especial. Processo legislativo e as medidas provisórias.	Aprovada conforme considera�es da Diretora-Geral

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Debeliração CONAD
1323	Daniela Pereira da Silva	Educação antirracista	Priorizado	Julio de Castilho	Aperfeiçoamento	Ead Assíncrono	20	Educação, Cultura e Sociedade	ESMPU	Capacitar os participantes a reconhecer, compreender e combater o racismo em suas diversas formas, promovendo práticas educativas e sociais que incentivem a equidade, a inclusão e o respeito à diversidade étnico-racial, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.	Aula 1: Introdução à Educação Antirracista Aula 2: História do Racismo no Brasil e no Mundo Aula 3: Racismo Estrutural e Institucional Aula 4: A Importância da Consciência Racial na Educação Aula 5: Microagressões e Racismo Cotidiano Aula 6: Interseccionalidade e as Múltiplas Dimensões da Opressão Aula 7: Práticas Pedagógicas Antirracistas Aula 8: Desconstruindo Estereótipos Raciais e Culturais Aula 9: Ativismo Antirracista e Engajamento Comunitário Aula 10: Reflexão, Compromisso e Ação Antirracista	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1385	Nelson Lacava Filho	Curso sobre Proteção de Dados, Inteligência Artificial e Transparência no contexto das atividades do Ministério Público da União (MPU)	Priorizado	Nelson Lacava Filho	Aperfeiçoamento	Ead Assíncrono	30	Inovação, Tecnologia e Gestão Pública	ESMPU	Capacitar os membros e servidores do MPU a aplicar as legislações de proteção de dados e garantir a conformidade com as normas específicas de segurança pública e persecução penal, considerando os diversos riscos de violação a direitos fundamentais ao tratar dados pessoais nesses contextos.	Este curso tem como objetivo capacitar membros e servidores do Ministério Público da União (MPU) para a correta aplicação das normas de proteção de dados pessoais e de transparência pública, com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei de Acesso à Informação (LAI) e Resolução nº 281/2023 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Serão discutidos, ainda, os principais debates em andamento sobre temas correlatos, como a regulação das redes sociais e as propostas legislativas voltadas para a criação do marco legal da inteligência artificial. Uma análise aprofundada será realizada sobre as diretrizes específicas para o tratamento de dados pessoais em contextos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado e persecução penal. O curso irá explorar como propostas já apresentadas podem afetar a atuação institucional e como mitigar os desafios específicos de proteção de dados nesses contextos sensíveis.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1151	Edelamare Barbosa Melo	A relação dos Povos e Comunidades Tradicionais e Originários com a sustentabilidade e preservação do meio ambiente: a Biointeração para o bem estar dos territórios	Priorizado	Andréa Valentim Alves Ferreira	Aperfeiçoamento	EAD Assíncrono	30	Meio Ambiente e Sustentabilidade	ESMPU	A formação tem por objetivo geral, levar a compreensão da diversidade que o Brasil possui em Povos e Comunidades Tradicionais e Povos Originários, explorando às legislações vigentes que garantem a proteção dos direitos destes grupos, a partir de questões como a gestão de terras tradicionalmente ocupadas, recursos naturais e conservação ambiental.	Este curso tem como objetivo proporcionar uma compreensão aprofundada da diversidade cultural e social presente no Brasil, com foco nos Povos Originários e nas Comunidades Tradicionais. A formação abordará as legislações vigentes que garantem a proteção dos direitos desses grupos, com ênfase em temas como a gestão de terras tradicionalmente ocupadas, o uso sustentável de recursos naturais e a conservação ambiental. Por meio de uma análise interdisciplinar, os participantes serão capacitados a atuar de forma eficaz na promoção e defesa dos direitos desses povos, reconhecendo a importância de sua preservação e valorização. Explorando conteúdos como (i) Diversidade Cultural e Social no Brasil, (ii) Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais, (iii) Gestão de Terras e Territórios Tradicionalmente Ocupados, (iv) Recursos Naturais e Sustentabilidade, (v) Conservação Ambiental em Territórios Tradicionais, (vi) Interdisciplinaridade e Práticas de Proteção dos Direitos Humanos.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Debeliração CONAD
1281	Oliveiros David Rocha Gomes	O estado da arte do novo Plano Nacional de Educação 2024-2034	Priorizado	Maria Cristina Manella Cordeiro	Aperfeiçoamento	Ead Assíncrono	20	Educação, Cultura e Sociedade	ESMPU	Contextualizar o processo de produção do novo Plano Nacional de Educação - PNE por meio da convergência do documento final, resultante da realização da Conferência Nacional Extraordinária de Educação (CONAE) e do texto do Grupo de Trabalho instituído pelo Ministério da Educação com a finalidade de realizar a análise dos problemas da educação nacional e elaborar diagnóstico contendo diretrizes, objetivos, metas e estratégias para o Plano Nacional de Educação - PNE, decênio 2024-2034.	conhecimento do documento diagnóstico contendo diretrizes, objetivos, metas e estratégias para o Plano Nacional de Educação - PNE, decênio 2024-2034; discussão do contexto e da produção do novo PNE, Projeto de Lei - PL PL 2614/2024; revisitação dos processos de participação democrática institucionalizados pelo Decreto Presidencial nº 11.697/2023/2023 que convocou, em caráter extraordinário, a Conferência Nacional de Educação - Conae, edição 2024, a ser realizada na cidade de Brasília, Distrito Federal; revisitação dos ciclos de monitoramento do PNE 2014/2024.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1322	Daniela Pereira Da Silva	Comunicação antirracista	Priorizado	Fabiana Keylla Schneider	Aperfeiçoamento	Ead Assíncrono	20	Educação, Cultura e Sociedade	ESMPU	Desenvolver competências e habilidades de comunicação que promovam a equidade e a inclusão racial, capacitando os participantes a identificar, desconstruir e prevenir práticas e discursos racistas em diversos contextos sociais e profissionais, promovendo um ambiente de respeito e valorização da diversidade étnico-racial.	Aula 1: Introdução ao Conceito de Racismo Aula 2: A Formação das Identidades Raciais Aula 3: Racismo Estrutural e Institucional Aula 4: Interseccionalidade: Raça, Gênero e Classe Aula 5: O Papel da Mídia na Perpetuação do Racismo Aula 6: Microagressões e o Racismo do Cotidiano Aula 7: Educação Antirracista: Teoria e Prática Aula 8: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena Aula 9: Ativismo e Movimentos Sociais Antirracistas Aula 10: Estratégias de Ação e Compromisso Antirracista	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1063	Carlos Bruno Ferreira da Silva	Eficácia do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no Brasil: o papel do MPU no Controle de Convencionalidade	Priorizado	Helena Mercês Claret Da Mota	Seminário	Híbrido	16	Cooperação e Relações Internacionais	ESMPU	O Seminário visa à difusão dos instrumentos internacionais para promoção defesa dos Direitos Humanos no Brasil. Isto é, ampliar a compreensão da dinâmica de funcionamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e sua aplicabilidade (prática) no ordenamento nacional, por meio dos Controles de Convencionalidade, a partir da análise de casos.	O Seminário visa aprofundar o conhecimento sobre a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos com seus mecanismos de ajuste, incluindo os efeitos das decisões de seus órgãos em relação ao sistema de justiça interno. A partir de casos concretos, refletir sobre as relações práticas entre ordenamentos jurídicos internos e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o papel dos quatro ramos do MPU dentro da sistemática do controle de convencionalidade no Brasil.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Debeliração CONAD
1058	Carlos Bruno Ferreira da Silva	Congresso Internacional: "Defesa da democracia e proteção de direitos fundamentais pelo Judiciário e o Ministério Público: diálogos Brasil-Alemanha"	Priorizado	Antonio do Passo Cabral	Seminário	Híbrido	16	Democracia, Governança e Estado de Direito	ESMPU	Proporcionar debate sobre direitos fundamentais em temas transversais na defesa da democracia, oportunizando a produção de conhecimento por meio da intersecção entre o direito pátrio e o direito alemão, refletindo sobre os avanços, recuos e latentes ressignificações dos institutos jurídicos em ambos países.	O Congresso é desenvolvido em dois dias consecutivos por meio de seis painéis, cada qual contando com ilustres representantes do Brasil e Alemanha. O eixo inicial se dará na Conferências de abertura, abordando a função do sistema de justiça na defesa da democracia, norteando todo o evento. O 1º Painel, trará a discussão acerca da liberdade de expressão nas redes e efeitos sobre a democracia; o 2º versa sobre instrumentos jurídicos de combate às fake news. O dia subsequente será iniciado com o 3º Painel, cuja temática aborda os obstáculos recursais: duplo grau de jurisdição entre eficiência e garantias; o 4º aborda o acesso à justiça e tutela coletiva dos direitos no Brasil e na Europa e o 5º, a ampla defesa e produção de prova. O 6º Painel, por fim, traz como tema a participação e contraditório nos incidentes de resolução de casos repetitivos. Constará com a presença internacional de Ministros do Tribunal Constitucional Alemão e Professores de Universidades renomadas na Alemanha.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1362	Thiago André Pierobom de Ávila	Metodologia de avaliação de risco de violência grave ou feminicídio em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher	Priorizado	Thiago André Pierobom de Ávila	Seminário	Ead Síncrono	3	Atuação Resolutiva	ESMPU	Divulgar os resultados de pesquisa científica "Metodologia de avaliação de risco de violência grave ou feminicídio em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher" aplicada subvencionada pela ESMPU, selecionada por meio do Edital nº 2/2023 e ainda não iniciada.	A iniciativa visa difundir os resultados encontrados pelo grupo de pesquisa "Estudo exploratório sobre metodologia de avaliação de risco de violência grave ou feminicídio em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher", cujo eixo temático é estado, segurança jurídica e direitos e interesses coletivos.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1361	João Paulo Lordelo Guimarães Tavares	Critérios para a reparação de danos em litígios de massa como forma de efetivação de direitos fundamentais em comunidades afetadas por desastres ambientais	Priorizado	João Paulo Lordelo Guimarães Tavares	Seminário	Híbrido	16	Meio Ambiente e Sustentabilidade	ESMPU	Evento de divulgação de resultados da pesquisa científica "Critérios para a reparação de danos em litígios de massa como forma de efetivação de direitos fundamentais em comunidades afetadas por desastres ambientais", selecionada por meio do Edital nº 2/2023 e iniciada em agosto de 2024.	A iniciativa visa difundir os resultados encontrados pelo grupo de pesquisa "Critérios para a reparação de danos em litígios de massa como forma de efetivação de direitos fundamentais em comunidades afetadas por desastres ambientais", cujo eixo temático é estado, segurança jurídica e direitos e interesses coletivos.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Debeliração CONAD
1400	Alexandre Schneider	Liberdade de expressão, democracia e redes sociais	Priorizado	Alexandre Schneider	Seminário	Híbrido	4	Direito Constitucional e Jurisprudência	ESMPU	Propiciar reflexão sobre os rumos do direito fundamental ao livre pensamento e manifestação do pensamento, e dos marcos do conceito de democracia, sob a influência do "free speech" norte-americano e europeu, com suas nuances operacionais marcadas pela legislação dos EUA e da União Europeia.	Direito fundamental à livre manifestação. Democracia como regime de livre manifestação das ideias, pensamentos e opiniões, inclusive por parte das minorias. Limites materiais e direito à crítica. Censura ao "free speech". Legislação americana e europeia dos foros sociais.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1383	STELLA FÁTIMA SCAMPINI	SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS. DESAFIOS, COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS	Priorizado	STELLA FÁTIMA SCAMPINI	Seminário	Híbrido	6	Cooperação e Relações Internacionais	ESMPU	O objetivo da atividade é a conscientização e a capacitação no dia internacional do enfrentamento ao tráfico de pessoas (30/07), visando maior articulação entre MPF e órgãos e entidades parceiras (MPT, MJSP, Poder Judiciário, UNODC, ONU), ampliar o conhecimento sobre sinais identificadores de TP, cooperação internacional na temática, produção probatória processual, assistência e reinserção das vítimas na sociedade em trabalho digno, e estimular a realização de projetos conjuntos e parcerias.	ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL. IDENTIFICAÇÃO DE POTENCIAIS SITUAÇÕES DE TRÁFICO. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS. ESCUTA QUALIFICADA. ASSISTÊNCIA E ACOLHIMENTO ÀS VÍTIMAS. PROJETOS CONJUNTOS E PARCERIAS ENTRE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS, NÃO GOVERNAMENTAIS NA REINserÇÃO DAS VÍTIMAS DE TRÁFICO DE PESSOAS EM TRABALHO DIGNO.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1060	Mario Luis Grangeia Ramos	Desigualdade e política social no Brasil contemporâneo	Priorizado	Mario Luis Grangeia	Seminário	Ead Síncrono	6	Democracia, Governança e Estado de Direito	ESMPU	Ampliar a compreensão dos participantes sobre a desigualdade e a política social no caso brasileiro e discutir como governos e Ministério Público abordam essas questões em suas agendas e discursos oficiais	<p>1. Desigualdade na teoria e na prática</p> <p>1.1. De onde vem a desigualdade?</p> <p>1.2. Quais os efeitos da desigualdade?</p> <p>2. Política social na teoria e na prática</p> <p>2.1. Políticas em resposta à desigualdade</p> <p>2.2. Entre conservadorismo e inovação</p> <p>3. Brasil, desigualdade e política social (1990-2020)</p> <p>3.1. Na agenda e na retórica de governos brasileiros</p> <p>3.2. Na agenda e na retórica do Ministério Público</p>	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Debeliração CONAD
1064	Dra. Helena Mercês Claret Da Mota	Corte Interamericana de Direitos Humanos: instrumentos internacionais para a promoção da defesa dos Direitos Humanos no Brasil	Priorizado	Carlos Bruno Ferreira da Silva	Seminário	Híbrido	16	Cooperação e Relações Internacionais	ESMPU	O objetivo do Seminário é conhecer a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos em seu aspecto prático, compreender como o sistema internacional dos direitos humanos pode/deve contribuir para o princípio da não repetição, de modo a evitar a reincidência de violações de direitos humanos no Brasil.	O Seminário visa aprofundar o conhecimento sobre a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e refletir sobre as relações práticas entre ordenamentos jurídicos internos e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Entre os temas a serem abordados: (i) Insuficiência da proteção da vítima na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Especial atenção para a situação de gênero. Estudo dos casos Ximenes Lopes v. Brasil e Barbosa de Souza e outros v. Brasil; (ii) Normas Ambientais no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Estudo do caso La Oroya v. Peru.; (iii) Caso Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e Seus Familiares Vs. Brasil: lições aprendidas e medidas de não repetição e, (iv) Direito à Verdade nas Américas: Caso Collen Leite e outras Vs. Brasil.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1219	LIVIA NASCIMENTO TINOCO	SEMINÁRIO MULHERES E PROTAGONISMO CULTURAL	Priorizado	LIVIA NASCIMENTO TINOCO	Seminário	Híbrido	6	Educação, Cultura e Sociedade	ESMPU	promover uma reflexão crítica e aprofundada sobre o papel das mulheres na preservação e transmissão de saberes culturais, valorizando suas contribuições históricas e contemporâneas em diversas esferas da cultura. Busca destacar o protagonismo feminino na construção de espaços culturais e identidades de gênero, fortalecendo a compreensão da cultura como um campo onde as mulheres exercem poder, criatividade e liderança, tanto em contextos domésticos quanto públicos.	O Seminário Mulheres e Protagonismo Cultural tem como foco explorar o papel central das mulheres na preservação, transmissão e transformação de saberes e práticas culturais. A atividade abordará temas como gênero e cultura, a valorização dos saberes e ofícios tradicionais femininos, e a importância das casas como espaços de valor cultural. Além disso, serão discutidas as formas de resistência e expressão cultural das mulheres, destacando seu protagonismo histórico e contemporâneo. A programação inclui palestras de especialistas, seguidas por sessões de debates, que proporcionarão um espaço para a troca de ideias e a reflexão crítica. O seminário visa fortalecer a compreensão da cultura como um campo dinâmico e multifacetado, onde as mulheres exercem poder, criatividade e liderança, tanto em contextos domésticos quanto públicos, reafirmando sua contribuição essencial para a construção e preservação das identidades culturais.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1326	Daniela Pereira da Silva	Racismo e sistema de justiça	Priorizado	Marco Antonio Delfino	Seminário	Híbrido	6	Atuação Resolutiva	ESMPU	Analisar e discutir as interseções entre racismo e sistema de justiça, destacando como as práticas racistas influenciam a aplicação das leis e o funcionamento das instituições judiciais, e promovendo a conscientização e o desenvolvimento de estratégias para combater a discriminação racial e promover a equidade e a justiça social.	Perfilamento Racial e Criminalização da População Negra A Interseção entre Racismo e Direitos Humanos Desafios na Advocacia Antirracista Magistratura e Compromisso com a Equidade Racial Racismo nos Tribunais Superiores: Análise Crítica e Perspectivas de Mudança Formação Acadêmica e Ensino do Direito com Perspectiva Antirracista	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Debeliração CONAD
1062	Cíntia Costa da Silva	Enfrentamento à violência institucional	Priorizado	Jaqueline Ferreira Gontijo	Seminário	Ead Síncrono	3	Atuação Resolutiva	ESMPU	Apresentar a abrangência do conceito de violência institucional, as dificuldades para o seu enfrentamento e possíveis linhas de atuação para o seu enfrentamento	- Conceito de violência Institucional - Dificuldades para o enfrentamento da violência Institucional - Linhas de atuação para o enfrentamento da violência Institucional	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1087	Jaqueline Barbosa Pinto Silva	Direito do cuidado - quem cuida de quem cuida?	Priorizado	Lutiana Nacur Lorentz	Seminário	Híbrido	8	Direito do Trabalho	ESMPU	Debater sobre a emergência do Direito do Cuidado (direito das pessoas que cuidam de crianças, pessoas com deficiência, idosos, enfermos, entre outras), sobre o papel do Ministério Público na fiscalização da implementação da Política Nacional do Cuidado e sobre o cuidado como ocupação pública e como dever social.	A pandemia Covid-19 trouxe à tona os problemas relacionados ao cuidado, ofício de baixo reconhecimento e remuneração, relegado ao espaço privado e normalmente a mulheres, pretas, pobres e periféricas. É urgente publicizar o debate sobre o cuidado, que, embora já seja oficializado como ocupação, as legislações que amparam os cuidadores são esparsas e pouco mobilizadas juridicamente, de modo que os cuidadores, esses profissionais que são tão importantes no cotidiano e sobretudo em momentos de crise, encontram-se desamparados. Nesse contexto é que vem sendo construída a Política Nacional do Cuidado, como um aparato jurídico-legal para proteção e suporte às pessoas que cuidam de crianças, pessoas com deficiência, idosos, enfermos, entre outras. Com efeito, o cuidado é um dever social e deve ser compartilhado. É urgente a compreensão das dinâmicas jurídicas do cuidado para a redução das desigualdades e dificuldades de acesso relacionadas.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral
1339	JAQUELINE BARBOSA PINTO SILVA	Defesa do direito à cultura e o papel do Ministério Público	Priorizado	Luciana Loureiro	Seminário	Híbrido	8	Educação, Cultura e Sociedade	ESMPU	Despertar a importância dos espaços de cultura para que sejam efetivamente frequentados e alinhados com a atuação institucional.	Os espaços culturais públicos são subutilizados e as atividades culturais são tidas como periféricas ou mero entretenimento, pouco priorizadas em termos orçamentários e institucionais. O Brasil é um dos países mais ricos culturalmente, reconhecido internacionalmente por suas artes, mas que tem seus artistas e sua própria arte pouco valorizada por sua população interna. As instituições públicas são equipamentos públicos cujos espaços físicos são pouco frequentados pela população, em especial, as instituições de justiça. Atividades culturais nessas instituições têm servido para visibilizar a atuação institucional por meio das linguagens artísticas, que se mostraram mais acessíveis e inspiradoras, aproximando a sociedade da justiça. É papel do Ministério Público defender o direito à cultura e a preservação do patrimônio público. A atividade almeja, portanto, estimular uma utilização efetiva dos espaços públicos na promoção e preservação da cultura.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral

CÓDIGO	1. NOME DO PROPONENTE	Atividade Acadêmica	Prioridade	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Modalidade	Carga horária	Eixo temático	Ramo	Objetivo Geral	Ementa	Debeliração CONAD
1403	Lys Sobral Cardoso	Afeto e violência: a necessidade da perspectiva de gênero, raça e classe para reconhecer formas de escravidão contemporânea	Priorizado	Lys Sobral Cardoso	Seminário	Híbrido	9	Direito Constitucional e Jurisprudência	ESMPU	Faz-se esse pedido via Conselho Nacional do Ministério Público / Comitê Nacional de Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas do CNMP. Almeja-se envolver todos os ramos do Ministério Público, além dos demais órgãos do sistema de justiça. O objetivo geral é trazer luz à discussão sobre a necessidade de resignificação do conceito de "afeto" nas relações de trabalho que se dão no âmbito doméstico. O "afeto" muitas vezes é o manto que cobre violência, exploração e escravização.	Afeto, subalternidade, releitura das relações de família X trabalho e formas invisibilizadas de escravidão contemporânea: são as palavras-chaves que definem essa proposta de seminário. O Brasil é uma referência na comunidade internacional no quesito enfrentamento às formas contemporâneas de escravidão. Mais de 63 mil pessoas já foram resgatadas, mas o percentual de mulheres chama a atenção: menos de 10% foram mulheres e mais de 90% foram homens. E o suposto "afeto" é um fator que vem encobrendo violências e escravização, pois muitas das formas de escravidão contemporânea ocorrem nas casas, no âmbito das relações familiares. São exemplos a adoção e o casamento ilegalmente utilizados para escamotear subjugação e escravização. Para trazer luz às formas de escravização que vêm sendo absolutamente invisibilizadas, é urgente uma releitura das relações, familiares e de trabalho, sob a perspectiva de gênero, raça e classe no Brasil.	Aprovada conforme considerações da Diretora-Geral